



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - FUNDOS DE PENSÃO			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 2411/15	DATA: 12/11/2015	
LOCAL: Plenário 5 das Comissões	INÍCIO: 10h00min	TÉRMINO: 15h28min	PÁGINAS: 132

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
SÉRGIO SALGADO - Ex-Suplente do Conselho Fiscal da Fundação PETROBRAS de Seguridade Social — PETROS. CARLOS AUGUSTO BORGES - Diretor de Participações Societárias e Imobiliárias da Fundação dos Economiários Federais — FUNCEF.

SUMÁRIO

Oitiva e tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Há expressões ininteligíveis. Há oradores não identificados em breves intervenções. Há intervenções simultâneas ininteligíveis. Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis. Houve exibição de imagens. A reunião foi suspensa e reaberta. Grafia não confirmada: Kru.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Declaro aberta a 24ª Reunião Ordinária da CPI dos Fundos de Pensão.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 23ª reunião.

Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura da referida ata.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Peço dispensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Dispensada a leitura, a pedido do Deputado Marcus Pestana.

Em discussão a ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

Esta reunião de audiência pública foi convocada para a oitiva do Sr. Sérgio Salgado, ex-Suplente do Conselho Fiscal da Fundação Petrobras de Seguridade Social — PETROS, e para a tomada de depoimento do Sr. Carlos Augusto Borges, Diretor de Participações Societárias e Imobiliárias da Fundação dos Economistas Federais — FUNCEF.

Informo a V.Exas. que o Deputado Wellington Roberto requereu, com base no art. 114 do Regimento Interno, e esta Presidência deferiu, a retirada de tramitação do Requerimento nº 412.

Informo, também, que a CPI recebeu convite do Comitê dos Participantes, Aposentados e Pensionistas da FUNCEF de Londrina e Região (*palmas*), convidando para participação de audiência pública, onde serão discutidos os problemas que vêm enfrentando os fundos de pensão no Brasil, que será realizada no dia 02 de dezembro, às 19 horas, na Câmara de Vereadores de Londrina — o Deputado Marcus Pestana, com certeza, gostará de se fazer presente —, e que o referido Comitê nos enviou moções de apoio e aplauso pela criação desta CPI dos Fundos de Pensão.

Além dessas, há outras moções, para registro, que esta CPI tem recebido Brasil afora: as Câmaras de Vereadores de Londrina, Rolândia, Cambé e Arapongas e também a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná deferiram moções de apoio pelos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que trata de cuidar do futuro das pessoas com quem andam brincando neste Brasil.



Convido o Sr. Sérgio Salgado a tomar assento à mesa, ao tempo em que cumprimento o Relator, Deputado Sergio Souza; para tomar assento também, acompanhando o Sr. Sérgio Salgado, o Sr. Raul Rechden, Assessor da AMBEP.

Antes de passar a palavra ao convidado, peço a atenção dos senhores presentes para os procedimentos que vamos adotar: o tempo concedido ao expositor é de 20 (vinte) minutos, não podendo ser aparteado. Os Deputados interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria. O Relator disporá de 30 (trinta) minutos para suas interpelações; os Sub-Relatores terão 10 minutos; os autores de requerimentos terão 5 minutos para interpelações. Cada Deputado inscrito terá o prazo de 3 minutos. *(Pausa.)*

Pergunto se o Sr. Sérgio Salgado já está para iniciar a sua fala. *(Pausa.)*

Solicito que o Sr. Sérgio Salgado faça o compromisso de juramento. *(Pausa.)*

O SR. SÉRGIO SALGADO - *“Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.”*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito bem.

Antes de passar a palavra, indago se V.Sa. fará uso de algum Datashow.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Já tem disponível o Datashow? *(Pausa.)*

Pode colocar na tela, por favor. *(Pausa.)*

Queria agradecer, mais uma vez, a presença dos pensionistas, aposentados, beneficiários, representantes das associações dos participantes que aqui vejo: da FUNCEF, do POSTALIS e da PETROS.

Muito obrigado, mais uma vez, pela presença das senhoras e dos senhores. *(Palmas.)*

Com a palavra o Dr. Sérgio Salgado, pelo tempo 20 minutos.

V.Sa. pode se orientar pelo relógio à sua esquerda.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Vou fazer o uso da palavra em pé. *(Pausa.)*

Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Sou o Sérgio Salgado, assistido da PETROS, aqui representando a AMBEP, juntamente com o Raul Rechden à mesa, e o Velocino Tonietto, na plenária. E, além disso, creio que represento todos os participantes que estão no mesmo barco.



Nosso trabalho foi feito exclusivamente em cima de Itaúsa e Lupatech. Quanto à Itaúsa porque foi ela a pedra de toque do início, do acordar do nosso grupo para discutir as questões da PETROS. Quanto à Lupatech, a razão foi uma consequência natural do que ocorreu com as gestões da PETROS, que jogaram pela janela mais de 500 milhões dos nossos participantes.

Em 30 de dezembro de 2010, em leilão público, a PETROS comprou da Camargo Corrêa 11,43%. Isso representou perto de 192 milhões de ações. Comprou de outros participantes no mercado mais 1,3%, totalizando 12,73%. Por este total, ela pagou 3,09 bilhões. Ela vendeu, para poder pagar isso daí, títulos públicos num total de 1,285 milhão — títulos que havíamos recebido em 2001 e trocado em 2010. Esses títulos nos renderam 2,6 bilhões. E essa venda imediata causou um prejuízo a Petros de 16,3 milhões de reais.

Essa troca, título por título, que foi viabilizada em dezembro e tinha três vencimentos: 13, 23 e 33. O vencimento de 13, o IPCA mais 6%; o 23, IPCA mais 11,05% — os quais vieram da ELETROBRAS e não da PETROBRAS —; por último, o de 33, IPCA mais 6% ao ano.

Ao comparar o rendimento dos títulos que nós vendemos com os dividendos que essas ações da Itaúsa nos renderam no período de 2011, 2012, 2013 e 2014, trazidos a valores atuais, valor a valor, aquilo que nós vendemos em títulos — 2,6 bilhões — representou uma perda dos juros que os títulos pagavam semestralmente de 123%. Isso representou uma perda total, em valor, de 478 milhões, o que é um valor totalmente irrecuperável.

Se a gente pegar os títulos da ELETROBRAS, que rendiam 11,05% — e vejam bem o valor que eles nos rendiam —, vamos ver que não havia necessidade de serem vendidos para essa operação. Mas eles foram vendidos. Só eles davam uma perda anual de 31 milhões, os quais, somados por 4 anos, dão um total de 124 milhões que nós perdemos com a passagem desses títulos à frente.

A operação foi feita a um preço irreal, com um ágio absurdo de 14,48%. A perda, se a gente fizer um preço médio nos 4 últimos meses da operação — setembro, outubro, novembro e dezembro — trazendo de novo a preços atuais, fazendo-se um preço médio da ações e multiplicando-se pelo valor do que foi comprado; podemos dizer que perdemos nessa operação 545 milhões.



Ou seja, essa operação, feita naquela ocasião, nos deu um prejuízo total e irrecuperável, vejam bem, de 1 bilhão de reais.

Não sei se os senhores se lembram, mas o Dr. Henrique Jäger esteve aqui, dia 1º, e fez a sua apresentação. E, ao justificar uma resposta ao Deputado Efraim Filho, ele afirmou que o preço embutiu um prêmio de controle. Certamente, foi erro da assessoria. Não há isso na negociabilidade — e isso a CPI pode muito bem exigir que se traga o documento da parte da Camargo Corrêa ou da parte da PETROS, que mostre que existia essa situação.

Ou seja, a Camargo Corrêa — com os 11,43% — não fazia parte do acordo de acionistas e não tinha qualquer *plus* dentro das ações, do lote dela, que permitisse essa questão.

Ele também falou que nós temos um comitê de investimento que é o principal comitê de investimento ouvido nas operações que se relacionam com os nossos investimentos. Porém, ele esqueceu infelizmente de dizer que em 12 meses em que essa operação foi discutida dentro da PETROS, em nenhum momento o COMIN, que é esse Comitê, foi chamado a dar qualquer palpite; sequer foi colocado atrás da porta para ficar ouvindo o que ocorria.

A Camargo Corrêa, com o lote dela, tinha sim um conselheiro no Conselho Administrativo da Itaúsa. Porém, esse conselheiro não estava em conformidade com a Lei nº 6.404, que é a lei que fala em 15% para se ter condições de eleger algum conselheiro. Certamente, é a mesma situação. No caso deles, era um elo de amizade entre as famílias, a Camargo Corrêa com a Setubal-Villela.

Possivelmente, na questão da PETROS, o que deve ter ocorrido é o seguinte: para permitir que a operação se realizasse, que não tirasse a possibilidade de qualquer explicação futura, inseriu-se o Sr. José Sérgio Gabrielli como conselheiro, a partir de 29 de abril de 2011. Foi a primeira assembleia após a compra das ações.

A PETROS não comprou mais ações até junho de 2011, quando explodiu a denúncia feita pela revista *Veja*, que acabou originando ou sendo uma consequência da saída do ex-Ministro Antonio Palocci.

A partir de junho, ela iniciou uma desenfreada compra para tentar atingir os 15% que ela não tinha. Esse valor só foi atingido no dia 10 de janeiro de 2014.



No período de 2011 a 2014, a PETROS se tornou a maior compradora de ações ON na Bolsa de Valores. Do total negociado, 85% foram negócios feitos pela PETROS.

Só em dezembro, na beira de chegar aos 15%, ela estava com mais ou menos 14,5%, ela comprou — de 800 mil e 800 ações — 717 mil ações; ou seja, praticamente 90% do que foi negociado em Bolsa. E isso criou uma situação muito, muito suspeita, ao menos para mim e para aqueles companheiros que, junto comigo, analisam a proposta.

Em 2013, a PETROS fez uma série de alterações, que a gente hoje conhece como pedalada. Uma delas, só uma delas envolveu a questão do Itaúsa. E de que forma? Em dezembro de 2013, com aquela compra lá que nós fizemos, as ações vinham tendo uma queda, as ações Itaúsa ON — que ela usava ON — elas vinham tendo uma queda, e certamente essa queda ia gerar em 30 de dezembro um possível valor abaixo de 9 reais. Quando chegou a 9,65, o valor mais baixo em todo o ano de 2013, a PETROS praticamente entrou compradora, e as ações foram fechar, em 30 de dezembro, a 12,70. Isso representou 3 reais por ação e resultou numa situação muito especial.

De outubro-novembro para dezembro, ela estava com um déficit que certamente ia alcançar os 10% dos nossos ativos, que foi aquilo que eu falei. Ela, só com essa alteração do Itaúsa, recuperou 1 bilhão de reais. A prova de que as ações não tinham qualquer sustentação é que, a partir da efetivação da compra, em 10 de janeiro, ela desceu. Em 21 de fevereiro, ela estava a 9,10. As ações, segundo as informações colhidas e passadas, inclusive pela própria diretoria quando se tentou justificar a operação, foram discutidas durante 12 meses, dentro da PETROS, envolvendo o CD e a diretoria.

Isso daí leva a uma situação, conhecida provavelmente, e é uma suspeita nossa, até pelos casos que a gente está mostrando aqui, de informação privilegiada. Nessa informação privilegiada, dois documentos nós temos em mãos. São três situações gritantes. A principal delas, no entanto, a gente não tem provas. Só tem informação dada pela mídia, que sabia, em um determinado momento anterior a 2009, que a Camargo Corrêa era possuidora de somente 10,31% do capital votante,



representando isso aí 173 milhões de ações. Ela acabou vendendo 192 milhões. Ou seja, ela vendeu 19 milhões a mais.

Há outra situação. Se alguém acompanhou o que ocorreu naquele mês de dezembro de 2013, vai perceber claramente a situação de sobe e desce e de intensa negociação que causou inclusive, em relação a todo o ano de 2010... Só em dezembro, as ações do Itaúsa foram negociadas em mais de 56%. Nós fizemos denúncia à PREVIC, a diversos órgãos, à CVM. Infelizmente, a da PREVIC, em um primeiro momento, foi arquivada, nós não acreditamos, não aceitamos e entramos, de novo, insistimos na apuração. A resposta seguinte que ela nos deu, e provavelmente atrelada já às várias situações de investigação que estavam ocorrendo dentro da PETROS... Porque nós fizemos essa denúncia inclusive à própria Delegacia de Crimes Financeiros da Polícia Federal. Fomos ao Ministério Público, encaminhamos ao Lava Jato, ou seja, nós cercamos de todas as formas possíveis situações que nós temos como graves. Só foi punido, infelizmente, o Sr. Luiz Carlos Fernandes Afonso, que, naquela operação, era o Diretor de Investimentos. Assim que a operação se realizou, o Wagner Pinheiro, o Presidente, assumiu a Presidência dos Correios, e o Afonso assumiu a Presidência da PETROS. Só que, se eu não estou enganado, já em 2014, ele foi condenado em outra situação ocorrida durante a sua gestão na Secretaria de Finanças da Prefeita Marta, em São Paulo, nos anos 2003-2004. Isso daí fez com que ele renunciasse a PETROS. Daí que a gente fala: *“Só ele foi punido”*. Só que, se os senhores lembrarem novamente, o Sr. Henrique Jäger afirmou categoricamente aqui: *“A diretoria age colegiadamente”*. E age, nós temos a ata disso daí. O CD aprovou por unanimidade. É correta a afirmação dele, não há a menor dúvida.

Então, não há qualquer cabimento em que a PREVIC tenha chegado somente a esse culpado. O que nós sugerimos? Que se faça uma convocação dos fiscais da PREVIC que fizeram essa apuração para dar testemunho aqui dentro da CPI do que ocorreu de fato para chegarem somente a uma pessoa, quando toda a diretoria, toda a parte decisória dessa empresa acabou culpada. Por favor. Aí está um dos documentos que eu afirmei, da Camargo Corrêa. A data está pequena lá em cima: 2 de junho de 2010. Vocês vão ver pela informação, está riscado aqui, que a Camargo Corrêa tinha 190 milhões de ações — documento passado, acho, pela Bocater, que



era o escritório que dava sustentação jurídica à Camargo Corrêa. A informação: 190,5 milhões. Ou seja, em 02/06 ela tinha 1,4 milhão de ações a menos. Vendeu em 30/12 192 milhões de ações. Esse valor, calculado, como diz o Raul, à conta de padeiro, permitiu um pequeno lucro de 6,2 milhões. Aí estão os títulos negociados em 2001. As atas 2.013 e 2.033 eram da PETROBRAS: IPCA + 6%. A troca que foi feita com o Tesouro Nacional está aí, foi embutido sem qualquer justificativa técnica, porque se nós vendêssemos aqueles títulos de 11,05% a mercado, eles teriam aquele valor. Com isso daí, eles disseram que a gente teve um lucro contábil, em que esse título, só ele, deu um lucro de 500 milhões por causa do valor de face.

Por favor. LUPATECH. Quanto à LUPATECH, eu não vou me estender, até porque infelizmente ele é o resultado da gestão que não se foca na responsabilidade de pagamento de benefício dos nossos aposentados. Com esse currículo apresentado pelo Presidente da LUPATECH, que veio a falecer em 2013, ele só foi desligado em 2011 da diretoria executiva, mas permaneceu à frente do CA até 2013. Com esse currículo, ainda assim, a PETROS começou a comprar — por favor — em 2007 ações da LUPATECH. A LUPATECH já havia, num determinado momento, eu creio que anterior a isso daí, em torno de 62 reais. A LUPATECH era o xodó da Bolsa de Valores — para quem age em bolsa de valores era o xodó. Era um sobe e desce incrível dessa ação, e ela certamente já estava em queda quando nós começamos a comprar, 11/2007. O último dividendo distribuído pela LUPATECH foi em 9 de abril de 2007.

Portanto, a PETROS comprou as ações e nunca teve qualquer rendimento, qualquer dividendo dessas ações. Ela comprou o primeiro lote, 376 mil ações a 51; um ano depois, ela estava 18,75, nós compramos mais. Em 12/2009, podíamos ter vendido, compramos mais. Os gestores da PETROS não são ingênuos. Eles sabem o que estão fazendo e certamente não obedecem ao critério de atenderem a nós. Não sabemos a quem eles atendem. A LUPATECH estava numa situação totalmente descendente, com um detalhe, nós, nesse instante, 2012 e 2013, chegamos a ter dentro do CA da LUPATECH três conselheiros eleitos e mais um no Fiscal. Éramos quatro conselheiros, fora os conselheiros do BNDESPAR, que era o maior acionista.



A situação se deteriorou de vez, e aí num determinado momento o mercado estava discutindo — isto é comprovado, eu coloquei lá um portal indicativo —, a PETROS discutiu uma repassada de 60 milhões a juros estratosféricos, IPCA + 11,5%; isso são juros de agiota. Para ele passar esse título não sabemos para quem, para que a LUPATECH recomprasse, daria mais de 11,5%. Esse título certamente não nos rendeu nada. Isso foge a qualquer legalidade. Infelizmente, é uma triangulação que a legislação permite; se o senhores verificarem aquela história de dizer que nós temos uma provisão para devedores duvidosos, ela atinge, ou atingia na data que nós fizemos isso aí, 850 milhões de reais em pelo menos 70 investimentos — 70 investimentos! Em 2/07/2012, a LUPATECH e a PETROBRAS tinham um contrato leonino, 779 milhões de dólares; ambos sentaram, foi na crise, já era Presidente a Graça Foster, cortando na carne a PETROBRAS diversos contratos, acertaram de encerrar o contrato sem despesa para ninguém. Porém, 3 dias depois, PETROS e BNDESPAR sentam à mesa com a LUPATECH, que estava num processo de subscrição a 4 reais por ação, e se comprometem a comprar toda e qualquer ação que fosse da proposta.

O resultado disso daí: as ações estavam desabando. Quando foi efetivada a proposta, estava abaixo dessa proposta de 4 reais, praticamente ninguém exerceu o seu direito de subscrição; sobrou para a PETROS e sobrou para o BNDESPAR. Só a PETROS teve um prejuízo aí de 130 milhões. Com toda a certeza, a LUPATECH, nesse contrato, teria como exigir da PETROBRAS indenização, pelos atrasos, por uma série de situações — isso infelizmente não foi feito.

Bom, o resultado disso tudo: socializamos prejuízos, somente. Nós chegamos a atingir 15% do capital votante, que nos dava direito a pelo menos três conselheiros no CA e mais um no Fiscal. A PETROS aplicou valores superiores a 400 milhões, totalmente perdidos, hoje avaliados, trazidos à nossa... o prejuízo todo a 520 milhões. As ações hoje valem somente, preço de ontem ou anteontem, 223 mil reais. *(Pausa.)* Isso aí foge um pouco ao tema da nossa situação, da proposta...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Só para dizer, Dr. Sérgio, que a Mesa terá tolerância, mas já demos 3 minutos além de seu tempo. Se puder ir caminhando para o encerramento, pois são duas oitavas hoje.



O SR. SÉRGIO SALGADO - Então, só explicando rapidamente, essas são as previsões matemáticas frente ao nosso patrimônio trazidos a preço de agosto de 2015, para explicar aquilo que foi falado pelo Sr. Henrique Jagger em algumas situações. Vocês podem notar que nesta... Aqui, em 2014, foi falado que nós tínhamos um rombo, e esse rombo foi jogado em cima, principalmente, das ações que os aposentados estariam movendo sem qualquer legalidade ou dessa forma contra a Fundação, e isso estaria causando toda essa diferença.

Ele esqueceu, no entanto, e misturou, provavelmente, duas situações muito claras. Nós temos, dentro do plano PETROS, e acho que isso acontece em todos os planos, a questão da repactuação, que foi sair do contrato anterior e aceitar o contrato novo. Isso daí, a maior parte, 70%, segundo a PETROS, aceitou; os 30% remanescentes estão com ações na Justiça cobrando diferenças que o nosso contrato original permitia. Ele misturou as duas situações, por quê? Porque ocorreu uma questão muito grave, a FUP, que é a Federação dos Petroleiros, que não tem, na nossa opinião, qualquer representatividade frente aos nossos aposentados, juntamente com a PETROBRAS, que também não pode discutir sobre as questões que nos envolvem mais, porque nós somos aposentados... O nosso relacionamento é com a PETROS. O que eles fizeram? Fizeram um acordo, e nesse acordo assumiram que as ações que nós estávamos ganhando judicialmente, e com razão, deveriam ser repassadas para o pessoal que repactuou e que quando assinou essa repactuação, assumiu que o passado anterior, o nosso contrato não valia mais, está certo? Isto não é verdade. A parte do pessoal que repactuou deu um aporte de 3,9 bilhões. É isto, Raul? Perdão, 2,9 bilhões.

Isto é que fez essa grande diferença. Então, só para esclarecer. *(Palmas na plateia.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Obrigado.

Com a palavra o Relator, o Deputado Sergio Souza.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia a todos aqui presentes, em especial aos beneficiários da FUNCEF lá do meu Estado, Estado do Paraná, de Londrina, que estão aqui, e todos mais. *(Palmas na plateia.)*

Caro Sérgio Salgado, eu queria entender qual era a participação de V.Sa., qual era a sua função dentro da PETROS? O que V.Sa. fazia na PETROS?



O SR. SÉRGIO SALGADO - Na PETROS, eu fui eleito como suplente do Conselheiro Fiscal Fernando Siqueira, em 2007, e fiquei no cargo até 2011. Essa operação foi realizada em 2010, e, naquele instante, isso aí não passou por qualquer discussão dentro do Conselho Fiscal, porque a ele não cabia. A operação chegou de fato quando houve a denúncia da revista *Veja*. E aí a gente discutiu, inclusive por conta de eles darem suporte aos conselheiros eleitos. No administrativo, a gente...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Vamos com calma.

Além de suplente do Conselho na PETROS, qual era a outra função que V.Sa. exercia, se exercia?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Sou somente um aposentado.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Aposentado?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Exatamente.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - De onde?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Da PETROS.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Da PETROS ou PETROBRAS?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Da PETROBRAS, dependente da PETROS.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Lá em 2007, V.Sa. já era aposentado?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Já era aposentado. Fui eleito como aposentado. Exatamente.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E a função de suplente consiste em quê? O que o senhor fazia como suplente no Conselho?

O SR. SÉRGIO SALGADO - O suplente depende do interesse dele. Se ele não quiser participar da sessão, ele simplesmente não participa e fica atrelado a qualquer convocação na ausência do titular. Eu, como suplente, comparecia a praticamente 93 a 95% das sessões, e sempre que pude dei a minha participação, até porque eu tinha um pouco de conhecimento das coisas que ocorriam.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E o que o que vocês decidiam nesse Conselho? E o senhor só votava na falta do titular, é isto?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Exatamente.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E o que é que decidiam ali no dia a dia?



O SR. SÉRGIO SALGADO - No dia a dia, a gente focava muito... Veja bem, essa operação Itaúsa foi praticamente uma pedra de toque dentro da nossa questão, porque nós nunca discutimos com desconfiança o que ocorria na gestão do Presidente, da nossa diretoria, dos conselheiros, nada disso. Nós entendíamos... As nossas disputas dentro do Conselho Fiscal sempre ficaram atreladas à questão estatutária. Logicamente, a gente acompanhava as decisões. O Conselho Fiscal, infelizmente, sempre recusou, a partir de 2003, as contas da PETROS, por determinadas situações criadas e não acertadas, só que nós éramos sempre vencidos dentro do Conselho Deliberativo.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Então, o Conselho Deliberativo julgava as contas. Ele também autorizava os investimentos, as aplicações?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Sim, os investimentos a partir de um percentual.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Certo.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Autorizava não. Veja bem, toda situação criada pela Diretoria Executiva é encaminhada ao conhecimento do Conselho Deliberativo.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Certo.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Estatutariamente, há situações em que ele tem que votar "sim" ou "não"; no resto, ele simplesmente toma conhecimento. Entendemos nós que tomar conhecimento...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Nesses casos da Lupatech e Itaúsa, o Conselho teve poder decisório, ou não?

O SR. SÉRGIO SALGADO - O Deliberativo? Teve.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Teve?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Teve.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E para a gente entender aqui, para o cidadão que está nos assistindo, o que é Itaúsa?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Itaúsa é a *holding* que envolve...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Uma *holding*...

O SR. SÉRGIO SALGADO - Uma *holding* do Grupo Itaú, Itaú Unibanco, que é o principal, que tem mais a Elekeiroz, e mais umas 3 ou 4 companhias, como ITAUTECH. A principal, na verdade, é o próprio banco.



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Essa Itaúsa é dona de uma série de empresas.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Exatamente.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Entre essas empresas...

O SR. SÉRGIO SALGADO - Está o Itaú banco, Itaúsa.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Está a Itaúsa. É uma *holding*.

O SR. SÉRGIO SALGADO - É uma *holding*, Itaú.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Entre essas empresas, está o Itaú.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Exatamente, o Itaú é o principal delas, que dá o total de 95; eu acho que 90 a 95%.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Certo. E a Lupatech, o que é a Lupatech?

O SR. SÉRGIO SALGADO - A Lupatech era um empresa originariamente do Rio Grande do Sul, criada lá nos idos de 68, e ela num determinado momento se especializou em fornecer equipamentos, principalmente para uma área que a PETROBRAS estava avançando, que era principalmente a de exploração, e aí pegou lá no pré-sal, naquela condição.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Em que ano isso?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Em 2006, 2007, mais ou menos.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Tá. E a PETROS, então, comprou ações da Lupatech e por consequência, a Lupatech fornecia equipamentos para a PETROBRAS. É isto?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Não, não. Ela já fornecia, e a PETROS...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Já fornecia antes.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Exatamente. Uma coisa não dependeu da outra. A PETROS...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E por que a PETROS decidiu investir na Lupatech?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Eu não tenho conhecimento, porque foi uma decisão de diretoria num primeiro momento, até pelo valor baixo, que foi trezentas e poucas mil ações, ela decidiu em diretoria que era uma boa ação, apresentou isso, como eu disse, ao Conselho Deliberativo, que só tomou conhecimento.



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Deixe-me tentar entender. V.Sa. é suplente no Conselho, aposentado da PETROBRAS, e como beneficiário que é da PETROS foi lá defender os interesses de V.Sa. e de todos os beneficiários. E, durante esse período que esteve na suplência... Até que ano foi?

O SR. SÉRGIO SALGADO - De 2007 a 2011.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Até 2011. E parece-me que depois também V.Sa. passou a investigar e a consolidar dados, no que diz respeito a investimentos suspeitos da PETROS que tenham causado prejuízo à PETROS, mais ou menos isso — certo?

Bom, e a respeito disso, o maior prejuízo pode ter sido aquele da compra das ações da Camargo Corrêa na Itaúsa.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Não, teve mais.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Não, mas esse pode ser... Esse deve ter sido o maior prejuízo.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Foi... Não, eu acho que não.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Não?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Teve mais, tiveram alguns outros investimentos em que a gente praticamente está perdendo tudo, que é o caso... O caso da Sete Brasil é um caso específico também em que a gente investiu valores lá, e ela está numa situação gravíssima.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E o que o senhor sabe da Sete Brasil?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Infelizmente, a Sete Brasil só veio a surgir já agora. Então o que nós sabemos é função de comparar o que nós tínhamos em investimento dentro da PETROS, buscar documentação própria, principalmente na área dos portais que apresentam, fazer análise e torná-las públicas. O que nós soubemos nessa operação é somente isso daí.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - No que diz respeito a Itaúsa, quando o Comitê de Investimentos aprovou a compra das ações do Itaúsa? Quando...

O SR. SÉRGIO SALGADO - Não aprovou!

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Não aprovou?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Não, é como eu falei, o Dr. Henrique afirmou aqui que era o principal...



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Como foi aprovado então?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Ele foi aprovado no Conselho Deliberativo da PETROS. Ele foi negociado conforme... Essa informação de negócio durante 12 meses só surgiu após denúncia feita pelo ex-Diretor Domingos de Saboya, que analisou a proposta, publicou uma análise — tá certo? Eu inclusive já a disponibilizei a alguns Deputados. Ele... ele fez essa... essa denúncia, e a partir daí é que começaram a surgir respostas. E uma das respostas era esta: *“Analisamos durante 12 meses”*. Só que nós sabíamos que o COMIN, que ele alega que é o principal órgão de apoio à análise da operação, não foi ouvido. A alegação que se deu a isso daí é que era para não espalhar o conhecimento do que estava sendo negociado, para não gerar aquela história de que se fala de informação privilegiada a grupos de interesse.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E essas ações que a PETROS comprou da Itaúsa são ações ON — é isso? —, que dão direito a voto.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Exatamente.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Essas ações são as que têm maior poder de liquidez ou menor, como é que... Que ações são essas?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Sem qualquer liquidez no mercado — tá certo? É só ver o volume de ações que eram negociadas. Se a gente tivesse comprado...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Por que isso? Você pode nos explicar por que isso acontece?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Porque há uma questão muito séria dentro da... A Itaúsa é grupo fechado, familiar.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Certo.

O SR. SÉRGIO SALGADO - É o Vilella e o Setúbal. Eles têm um acordo de acionista entre eles que não entra de forma alguma. E praticamente, apesar das alegações que deram no decorrer da justificativa, não há como você tentar influenciar numa briguinta de família, vai ser muito difícil você chegar lá, mesmo com 15% — tá certo? Você não... Se eles não quiserem que você se eleja como conselheiro, mesmo com 15%, certamente eles não deixam você se eleger.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Aqui, durante a oitiva do Sr. Henrique Jäger, Presidente da PETROS, ele disse que a PETROS comprava as ações porque



ela queria participar do Conselho da Itaúsa. E nos pareceu que compraram pelo preço de mercado, porque era o preço praticado em bolsa. E o senhor está nos dizendo que compraram por um preço para chegar a um superávit, face ao déficit que já vinha acumulando no período. Eu queria entender um pouco melhor isso, eu confesso.

O SR. SÉRGIO SALGADO - A questão é a seguinte: a Itaúsa, ela... A Itaúsa ON... Quando eu falar Itaúsa, vamos dizer Itaúsa ON; quando eu quiser falar preferencial, eu digo preferencial. A Itaúsa, ela não tem qualquer liquidez, é só acompanhar a negociação em bolsa...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Mas ela tem um valor de mercado, está lá na bolsa.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Não, ela tem um valor de... O que acontece? Acontece, por exemplo, se você olhar a PETROBRAS, hoje a PETROBRAS ON, em que se tem direito a voto, ela tem mais valor, porque o mercado chegou à conclusão de que a situação como ON tem valor. No caso da Itaúsa, isso não existe, por quê? Porque é um acordo fechado, familiar.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - São dois sócios que decidem.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Exatamente, exatamente!

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Seu voto é minoria.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Exatamente — tá certo? Então, discutiu-se um valor que chegou no dia 30/12 a R\$ 14,48 sem qualquer justificativa técnica. Não há qualquer...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Isso não é pelo fato de a PETROS ter entrado no mercado e comprado que elevou o preço das ações?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Não, não, não! Não, não, não!

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Não é uma realidade do mercado?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Não, exatamente!

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Por que não é?

O SR. SÉRGIO SALGADO - A questão é a seguinte: essas ações andaram pela faixa dos R\$ 11,00 ou R\$ 12,00 nos meses anteriores, 1 ano, por aí. Num determinado momento que a gente não sabe qual foi, ocorreu uma situação até



muito séria, que é o que eu falo quando a Itaú... A Camargo Corrêa tinha somente 10,31%, tá?

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sim.

O SR. SÉRGIO SALGADO - O que ocorreu neste instante? Todo mercado financeiro — e isso envolve a própria mídia, que questionou — sabia que a Camargo Corrêa só tinha 10,31%...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E a Camargo Corrêa foi lá e comprou na baixa e vendeu na alta para a Itaúsa?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Exatamente, ela... Provavelmente, nessa discussão que ocorreu...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor tem provas disso, não?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Eu acho que... As provas que eu tenho disso aí são...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Ou o senhor só ouviu falar?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Não! Eu tenho as informações repassadas por jornais da mídia. E isso daí... O que eu afirmei aqui é que é necessário apurar. De que forma tem que se apurar? Tem que pegar junto à CVM... A CVM e a BM&F... A BM&F publica lá as informações das companhias, a composição acionária, só que ela coloca lá o valor atual, os valores anteriores não existem.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor está nos dizendo aqui que a Camargo Corrêa comprou as ações na baixa já sabendo que ia vender para a PETROS. E isso...

O SR. SÉRGIO SALGADO - Se isso ocorreu, certamente...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Isso não vai estar na CVM e também não vai estar na BM&F.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Não.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Onde é que está a prova disso?

O SR. SÉRGIO SALGADO - O que vai.. o que vai acontecer é o seguinte: quando você... Você só tinha 10,31%. Quando ele afirma que está discutindo politicamente a... Os gestores da Camargo Corrêa, naquele instante em que eles se prontificaram, em que eles se definiram por vender as ações, eles estavam num processo de expansão, eles precisavam arrecadar R\$ 26 milhões. Esses R\$ 26



milhões precisavam ser de venda de ativo. O que aconteceu nesse instante? Eles tentaram junto... Como não tem, como não tem — como é que a gente fala? — liquidez, o que eles fizeram? A Itaúsa, por acordo de família e tal, sentou com eles e definiu por chamar uma assembleia extraordinária, em que faria a permissão de trocar a ON por PN, tá? Essa decisão não foi aceita pela Camargo Corrêa, somente pela Camargo Corrêa, todos os demais conselheiros que estavam presentes concordaram. Por que não aceitaram? Porque o valor da ON era muito mais baixo, cerca, se eu não estou enganado, de 30%, tá? Ao não comprar, o mercado se surpreendeu. E daí o nosso questionamento. O mercado se surpreendeu porque era do conhecimento do mercado que a Itaúsa... que a Camargo Corrêa só tinha 10,31%. E aí, nesse instante — eu tenho, inclusive, a mídia que fala isso —, a afirmação da pessoa, do diretor da Camargo Corrêa é que eles não aceitaram, porque estavam discutindo outras possibilidades e aí poderiam, inclusive, tentar valorizar as ações. No entanto, provavelmente dentro do período da discussão, a única forma de comprovar isso daí é forçar e, inclusive junto à CVM, talvez no próprio portal da Itaúsa, que publica isso daí, mas não mantém a informação anterior, só a atualizada.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor tem, então, a convicção de que houve um prejuízo sistêmico dentro da PETROS por uma situação...

O SR. SÉRGIO SALGADO - Sim! Se ocorreu essa situação, sim.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - ...de ingerência. Agora, o senhor não tem provas...

O SR. SÉRGIO SALGADO - Não tenho.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - É a suposição e a notícia que saiu no jornal.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Exatamente.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Pode ser um fato, como pode ser uma operação de mercado.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Operação de mercado é assim: para quem conhece mercado, vender operações Itaúsa, que não têm negociação, e é só você acompanhar a quantidade de ações negociadas e o volume de ações que foram compradas: R\$ 19 milhões... E outro detalhe...



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor está dizendo que isso pode ter sido combinado antes, mas o senhor também não tem provas, nem informações...

O SR. SÉRGIO SALGADO - Não tenho, exatamente. Eu coloquei claro isso aí, eu não tenho prova disso aí, mas eu acho que...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O formato...

O SR. SÉRGIO SALGADO - Eu não tenho como apurar. Eu acho que tem que...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O formato da operação que é exótico, depois eu vou falar. É não usual.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Então, não sabemos se é um resultado de mercado ou é um erro de investimento em que tenha havido uma ingerência por alguns dirigentes da PETROS, já com a intenção de... De repente, alguém da Camargo Corrêa foi lá na PETROS e falou assim: *“Vou vender para você as ações. Só que elas valem tanto. E é a solução para você gerar o superávit que você precisa para fechar o ano”*.

O SR. SÉRGIO SALGADO - *(Risos.)* Veja bem, uma das provas que a gente ao menos tem de que ela tinha menos ações do que aquilo que foi vendido é aquilo que mostrei ali. Era um documento feito pelo Abucater, que era o advogado deles, e que acusou naquele instante que ela só tinha 190 milhões de ações, e não os cento e noventa e poucos que ela acabou vendendo.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Certo, mas nesse contexto, como a Camargo Corrêa...

O SR. SÉRGIO SALGADO - Era 2013. V.Exa. está perguntando sobre 2013 ou 2010?

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - No contexto geral.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Não, são duas situações; em 2013, é outra situação.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Veja só...

O SR. SÉRGIO SALGADO - Cobrir o déficit da PETROS, essa situação foi em 2013. Então, o que ocorreu em 2013? Em 2013, a PETROS, quando adquiriu, foi 12,7% do capital votante da Itaúsa.



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Daí, com a sugestão de adquirir ali um assento no conselho, ela foi...

O SR. SÉRGIO SALGADO - Não. A intenção, num primeiro momento, o argumento que a PETROS deu foi: "*Nós só vamos comprar até o limite de 15%*". E por que ela fez isso? Muito claro: pelo valor que estava, em relação ao que estava no mercado, certamente, se ela abre o leque, iria aparecer 20% de venda, e ela não poderia cobrir ao preço que estava. Então, ela limitou a 15%, apareceram 12,7%, ela levou tudo. Ela parou até junho de 2011 e, a partir daí, ela entrou na caminhada de chegar aos 15%, o que tecnicamente poderia dar...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Assento.

O SR. SÉRGIO SALGADO -... o assento sem...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sem o pregão, em mercado.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Em mercado.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Tentando completar: os 12% primeiros foi um bloco da Camargo Corrêa. Depois eu vou me expressar.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Pode falar, Deputado Marcus. É bom, acho que está dentro do...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Você tem dois objetivos no mercado. Quando você quer ser um acionista que interfere no negócio, que faz parte do bloco do controle, você vai atrás das ações ordinárias, visando participação no conselho e nas decisões estratégicas de gestão. Dada a estrutura, a Itaúsa em si é um ótimo investimento. Ela acabou de dar lucro neste semestre em cinquenta e tantos por cento. Mercado financeiro, em plena crise, é a única coisa que dá lucro no Brasil. Os bancos é quem têm...

O SR. SÉRGIO SALGADO - Mas que não repassa...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - A Itaúsa não tem nada a ver com isso, né?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Mas que não repassa para a Itaúsa. É o banco que tem, e ele não repassa para a Itaúsa.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sim, sim, sim. Mas a *holding* capta o resultado do conjunto das empresas que são abrangidas. Em si não é um mau



negócio, não é um “mico”, não é uma Canabrava, não é uma Lupatech. A Itaúsa, em si, é uma empresa...

O SR. SÉRGIO SALGADO - Sólida, concordo.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sólida, com credibilidade e rentável. O problema é que, dada a estrutura explicada, familiar, o fundo não teria...

O SR. SÉRGIO SALGADO - Interferência.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Então, se ele queria só usufruir, se fosse um outro tipo de investidor, que quisesse só usufruir, se fosse um aplicador, visando rentabilidade e não intervenção na gestão, compraria preferenciais. O estranho é comprar um bloco que não dava direito à assento no conselho, de 12%, um bloco que estava na posse da Camargo Corrêa, e superfaturado. Isso é que não é usual. A PETROS fez uma decisão estratégica e, depois, saiu perseguindo a presença no conselho. E, mesmo pela estrutura societária e estatutária da Itaúsa, mesmo estando presente no conselho, iria acompanhar, iria opinar, mas nunca iria conseguir interferir na dimensão estratégica da Itaúsa — não é isso?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Posso só complementar?

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Claro, claro.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Se vocês se lembrarem do depoimento do Dr. Henrique Jäger aqui, em um primeiro momento, ele confirmou que a PETROS só entrou no conselho da Itaúsa após os 15%. Só lá na frente, ao final, quando inquirido pelo Deputado Efraim, é que ele se corrigiu. Ele interrompeu e se corrigiu, dizendo que, na verdade, nós tínhamos sim exercido o conselho a partir já da operação, que foi a questão...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - A questão dos 12%. Lembro-me disso. Quanto foi o volume negociado entre a PETROS e a Itaúsa? Qual o valor? O senhor se recorda, não?

O SR. SÉRGIO SALGADO - A gente não tem o valor. Eu não fiz esse levantamento. A gente tem uma suposição de valor, porque, ao participante — e aí já não estou mais no conselho —, a informação que me chega é a do fechamento do mês. Aí, no fechamento do mês, eu não tenho o valor que foi pago na compra, durante a... Um exemplo típico, muito típico: em janeiro de 2014, ou melhor, em



janeiro de 2013... Exatamente, a última operação que ela fez, quando ela comunicou à Itaúsa que tinha atingido os 15%, vocês podem notar que a ação despencou.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Mas quanto valia à época?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Ela tinha fechado...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Mas quanto a PETROS investiu? Quanto ela pagou por essas ações? O senhor não tem esse dado?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Não.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Está bem.

O SR. SÉRGIO SALGADO - É isso o que ele está me sugerindo aqui: o valor inicial que ela pagou foram 3 bilhões e 90 milhões. O resto é estimativa. Então, há uma estimativa de que...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Então, ela pagou 3 bilhões pelas ações dos 12,7%.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Exatamente.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Depois comprou mais 3% e alguma coisa.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Exatamente.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quanto vale isso hoje?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Ah, desabou. O valor de ontem estava R\$ 7,75. Estamos com...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Hoje é R\$ 7,75. E ela pagou quanto?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Pelo primeiro lote ela pagou... Bom, aí tem a questão de valores que foram de subscrição e tal. O valor real a gente não tem aqui.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Pode passar o microfone para ele. Fica mais fácil.

O SR. RAUL RECHDEN - Ao preço de ontem, com a cotação de ontem da ação, a carteira toda, em dinheiro de hoje, valeria em torno de 3 bilhões e 200 milhões de reais.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Os 15%?

O SR. RAUL RECHDEN - Os 15%.



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Então, ela está valendo praticamente a mesma coisa que pagou.

O SR. RAUL RECHDEN - Mas tem que corrigir pela inflação.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Muito menos.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Está certo. Ela pagou, pelos 12,7%, 3 bilhões...

O SR. RAUL RECHDEN - Eu fiz esta conta ontem. Hoje, essas ações, as originais, os 3 bilhões...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Já eram os 12,7%.

O SR. RAUL RECHDEN - Os 3 bilhões valem hoje 53% do que valiam quando a PETROS comprou — 53%. Em valores reais, pois é isso que vale.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Claro.

O SR. RAUL RECHDEN - Porque a fundação funciona com base em correção.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Em que ano foi essa compra? Foi em 2011?

O SR. RAUL RECHDEN - Não. Essa compra foi em 30 de dezembro de 2010.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Em 2010.

O SR. RAUL RECHDEN - Essa grande carteira da Camargo Corrêa foi comprada...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Temos aí 5 anos. E vale menos...

O SR. RAUL RECHDEN - Nós temos 4 anos, quase 5 anos, sendo que neste último ano foi de uma alta inflação. Então, eu fiz essa conta ontem. Só o valor original perdeu 47% do valor...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor está dizendo o seguinte: hoje, mais ou menos, os 15% que a PETROS tem da Itaúsa valem em torno R\$ 3 bilhões. No entanto, lá no final de 2010, ela comprou 12,7% por R\$ 3 bilhões, o que hoje vale 50% a menos, em valores reais.

O SR. RAUL RECHDEN - É, em números redondos.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Considerando a atualização, o cálculo atuarial, a projeção atuarial.



O SR. RAUL RECHDEN - Considerando, obviamente, as quatro bonificações que a Itaúsa fez em ações. Então, cada ação daquelas que a PETROS comprou hoje corresponde a uma ação e meia, talvez. Isso tudo está considerado nessa conta.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Certo. Certo. Então, quer dizer que o prejuízo é gigante para a PETROS. E aí cabe à CPI investigar se houve ingerência ou é uma questão de relação de mercado.

O SR. RAUL RECHDEN - O prejuízo potencial é gigante.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Está bem. Obrigado, Sr. Raul, obrigado, Sr. Sérgio.

Eu me dou por satisfeito, Sr. Presidente Enio Verri.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Enio Verri) - Obrigado, Deputado Sergio.

Eu concedo a palavra ao Sub-Relator, o Deputado Marcus Pestana.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sr. Presidente em exercício nesta reunião, caro Relator, caros Deputados, primeiro quero ressaltar — e é pedagógico para esta CPI que está trabalhando na questão dos desastres produzidos nos nossos fundos de pensão — a importância da organização dos participantes. O controle social, por mais que tenhamos mecanismos — CVM, PREVIC —, a ação organizada da sociedade é insubstituível. Então, a organização de vocês, da associação de vocês, é um exemplo para o futuro. Todas as categorias têm que se organizar para fiscalizar, porque, na calada da noite, tenebrosas transações ocorrem fora da vista da sociedade.

Vocês se concentraram — e é sempre bom ter foco — em duas operações. A gente devia torcer para ser uma exceção, e não a regra. Mas, quando a gente desce a lupa, você vê um raio-x de como as coisas são feitas. Você pode até pegar um patrimônio saudável, um ativo saudável, como ações da Itaúsa, e ainda assim, no processo, coisas estranhas ocorrerem. Há alguns ativos que são podres na raiz, que não dá para entender o investimento, que é o caso da Lupatech, que teve momentos de glória, mas tudo ali está dizendo que iria “micar”, como aconteceu.

Mas, no caso específico — e acho que já foram prestadas muitas informações —, eu queria remontar esse calendário, porque a operação, o leilão foi em dezembro de...

O SR. SÉRGIO SALGADO - De 2010.



O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - ...de 2010. Foi um leilão de uma operação estruturada de um bloco de ações da Camargo Corrêa, que era participante da Itaúsa, uma ação de baixa liquidez, sem formar ainda participação no bloco de controle, porque eram 12%, e não 15%. Isso faz muita diferença, quando se participa do conselho e do bloco de gestão, pois valoriza um pouco. Eu queria saber o seguinte: uma coisa é o leilão, mas quando foi fechada a negociação? Em dezembro foi a concretização, mas vocês têm notícia da negociação bilateral entre PETROS e Camargo Corrêa, quando foi fechada?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Essa operação, justamente pela questão da falta de negociabilidade das ações, num determinado momento, foi trazida a uma discussão. Se não me engano, em 120 dias eles fizeram um levantamento de preço, a média do preço. Eles não fizeram a média de preço pelas ON, mas pelas PN.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sim, mas que dia foi fechada a operação, a negociação?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Essa negociação foi fechada, se eu não me engano, no mês de novembro...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Outubro.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Em outubro ou novembro, porque a aprovação se deu, fechou definitivamente em 26 de novembro. Foi isso, né? Dia 26 de novembro.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Deixe-me ajudar o senhor: a tratativa foi fechada no dia 05/10/2010; 2 dias depois da eleição presidencial. Qual foi o valor de compra? Nós estamos falando em termos do bloco. Então fica mais didático, talvez, falarmos do preço de compra da ação.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Saiu, naquele dia 30/12, por R\$ 14,48.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - E qual era o valor de mercado da ON?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Era R\$ 13,26 ou R\$ 13,31. Era esse valor.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - E depois saíram correndo atrás de inteirar os 15%.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Exatamente.



O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - É muito relevante perceber a estranheza de uma operação desse tipo, fechada 2 dias depois da eleição presidencial, com um prejuízo já inicial do valor de mercado e sem objetivos claros. Se fosse usufruir da rentabilidade da Itaúsa, era melhor comprar preferencial. Se fosse para comprar 12% e investir esse dinheiro todo, teria muito mais liquidez e rentabilidade a preferencial. Então, de saída... e hoje o preço está em torno de R\$ 7? É isso?

O SR. SÉRGIO SALGADO - É, R\$ 7,50 ou R\$ 7,60, por aí.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Dada a baixa liquidez.

Isso resultou naquilo que se fala em Minas Gerais, que a gente introduziu nas discussões das MPs: *"Jabuti não sobe em árvore; se jabuti está na árvore, ou é enchente ou mão de gente"*. Acho que na PETROS não houve nenhuma enchente. Teve?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Não, não teve nenhuma enchente.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Então, é mão de gente que fez realizar um prejuízo de R\$ 6 bilhões. Do buraco atuarial de R\$ 6 bilhões, R\$ 500 milhões estão nessa operação. (*Palmas.*) E, no caso da Lupatech, também, é impressionante, assim... Hoje já está precificado, já está julgado como...

O SR. SÉRGIO SALGADO - É praticamente definitivo. Ela, inclusive, sofreu uma... porque a ação hoje, ela, retirando a questão do agrupamento que eles fizeram das ações, de 500 para 1, chegou, em um determinado momento, se não me engano, nesses 500 para 1, foi 16 ou 14, uma coisa assim. Ela está arriando. Hoje ela está dois e qualquer coisa, o que significa, em preços anteriores, abaixo de 0,10.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Agora, vocês têm notícia de quem levou, quem apresentou à PETROS esses dois investimentos que vocês analisaram em detalhe?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Não.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O senhor mencionou...

O SR. SÉRGIO SALGADO - O da Itaúsa, o que a gente acabou... nessa discussão, nessa análise que a gente fez, é que, num determinado momento, se apresentou, provavelmente... E aí é só suposição, até por conta das denúncias que



a gente viu na *Veja*, que não foram adiante. O que ela fez? Ela sugeriu que houve a interferência do ex-Ministro Antonio Palocci — tá certo? Ele tentou, ele teria tentado essa operação junto a PREVI. A PREVI não concordou, não aceitou. E aí a negociação, a conversa partiu para cima da PETROS, que aceitou.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Que aceitou.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Exatamente.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - É interessante, é muito importante para essa... Nós, aqui na CPI, temos espírito aberto e não estamos fazendo prejulgamento de ninguém. E, pelo andar da carruagem, é possível perceber uma clara distinção da posição da PREVI em relação aos outros fundos. Em vários investimentos... Na Sete Brasil, ela se expôs muito menos e não foi na segunda chamada.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Exatamente.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Mais um caso, e aí até quero elogiar a gestão da PREVI, que é muito mais blindada, que tem — parece-me, sem ser precipitado — regras de governança e controle mais apuradas. Tanto que está superavitária. Quer dizer, não é inevitável. Nós não podemos achar que é normal e natural que é o POSTALIS, a PETROS e a FUNCEF estejam em situação deficitária. A PREVI não está. E por que não está? Porque recusa esse tipo de aventura.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Posso complementar, Deputado?

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sim.

O SR. SÉRGIO SALGADO - A questão é a seguinte. A PREVI, ela fez um acordo bem lá atrás, se eu não me engano, já em 1997, em que ela acertou com os seus participantes — tá certo? — e, praticamente, me parece que, dali em diante, eles têm participação na própria diretoria. Então, eles têm diretores que são eleitos pelos participantes, coisa que, infelizmente, os nossos fundos não têm. Nós temos, vamos dizer, temos lá gente dos sindicatos? Temos, ligados à FUP.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sei.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Sem qualquer conhecimento técnico, tanto esses quanto os anteriores...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Com base nisso, o senhor julgaria que a gestão do fundo está aparelhada politicamente?



O SR. SÉRGIO SALGADO - Não tenho a menor dúvida. Ele se aparelhou politicamente. Não tenho dúvida disso. Isso aí eu posso afirmar sim. Por que não? *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Então, eu me dou por satisfeito, elogiando o trabalho de vocês, de controle social, sobre o patrimônio que é de vocês, mas realçando, para finalizar, que, de um buraco atuarial, de um rombo atuarial de R\$ 6 bilhões, vocês trouxeram luz sobre R\$ 1 bilhão desses R\$ 6 bilhões. Se essas duas operações não tivessem sido feitas, o rombo não seria de 6, seria de 5, e, se as outras tantas...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E, aí, Deputado Marcus Pestana, se me permite um aparte...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - É claro.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - ...não pode o beneficiário pagar a conta.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - É claro.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quem cometeu um erro desse tamanho foram os que administravam o fundo. E aí nós temos que separar. A conta tem que ser paga, e, é lógico, responsabilizados aqueles que cometeram o crime, a má-gestão, a ingerência. Mas quem tem que pagar a conta é quem gerou o prejuízo, e não os beneficiários. *(Palmas.)*

O SR. SÉRGIO SALGADO - Posso só me estender um pouquinho mais, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Enio Verri) - O senhor pode concluir.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Veja, bem, essa questão da PETROS, inclusive, é muito grave, porque nós estamos falando numa situação que fechou, em 2014, que seriam somente R\$ 6 bilhões, tá? O nosso déficit hoje, fechado em agosto, 31 de agosto, ele bateu R\$ 13 bilhões.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Déficit atuarial.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Atuarial, tá certo? E, veja bem...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Por correção de precificação, de avaliação, né?



O SR. SÉRGIO SALGADO - Exatamente. E há um detalhe importante, esse valor ainda é irreal. Certamente, vai fechar este ano, não há como fugir, vai.... Se apurar tecnicamente isso aí, vai bater mais de R\$ 15 bilhões a R\$ 16 bilhões, porque nós temos títulos, como nós falamos... Nós falamos em Itaúsa, em 2013. Nós temos Sete Brasil, nós temos Norte Energia...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Canabrava.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Canabrava são títulos. Eu estou falando em ações.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sim.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Norte Energia, Invepar. Ou seja, nós temos ações extremamente superavaliadas, que, já naquele momento, deram um prejuízo elevado. Eles estão com esse valor totalmente irreal. A Sete Brasil, por exemplo, ela está no nosso balanço...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Enio Verri) - Por favor, conclua. *(Pausa.)*

Não, não, eu não pedi para o senhor interromper, só para concluir. Fique à vontade. Encerre. *(Riso.)* Desculpe.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Tá bom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Enio Verri) - É que houve um problema de comunicação.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Ela está no nosso balanço por 2 bilhões e 700 — não é isso, Raul? Por 2 bilhões e 700. Na verdade, ela está sendo discutida, agora, pela Brookfield, junto com a própria OAS, que está em situação calamitosa, no valor... pela metade, 1 bilhão, trezentos e qualquer coisa.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. SÉRGIO SALGADO - A Invepar. Desculpe, desculpe, desculpe. Vou voltar à questão da Sete Brasil.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - A Sete Brasil vale zero hoje. Se a PETROBRAS não socorrer, em condições muito especiais, a Sete Brasil, ela está valendo zero.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Exatamente. A Sete Brasil arriou o valor exatamente para 3 bilhões e qualquer coisa agora, sem qualquer justificativa que



possa balizar isso daí. A probabilidade é: se a PETROBRAS não aceitar qualquer discussão, ela fecha, não há como fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Enio Verri) - O.k.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Enio Verri) - Deputado Marcus Pestana, obrigado.

Por favor, eu sou o próximo inscrito, então, quero pedir ao Vice-Presidente... É que estão todos... O Vice-Presidente Paulo Teixeira está presente? Por favor, se pudesse assumir. *(Pausa.)*

Ah, o Presidente chegou. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Tenho certeza de que o Deputado Enio Verri conduziu a contento. Eu justifico minha ausência: eu estava na CCJ, Comissão de Constituição e Justiça, era Relator de um projeto, e, para que ele não fosse retirado de pauta, eu corri até lá.

Mas, já retomando a condução dos trabalhos, pelo que me foi passado, a palavra está com o Deputado Enio Verri.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Sr. Presidente, primeiro, obrigado pela oportunidade de representá-lo na Mesa, Sr. Sérgio Salgado, Sr. Raul, nosso Relator, Deputado Sergio Souza.

Sr. Sérgio, eu vou lhe fazer algumas perguntas aqui, dentro da minha obrigação como Parlamentar. Não nos conhecemos, então, permita-me, às vezes, ser um pouco enfático, mas não se trata de...

A primeira questão... Eu vou começar pela política, para depois ir para os aspectos econômicos, nos quais o senhor foi muito claro. Primeiro, eu tenho que reconhecer que as suas intervenções, enquanto intervenções quantitativas, foram boas. Isso, sem dúvida, provoca não só a Mesa, mas nós todos, para trabalhar a comparação. Eu acho que isso é um objetivo positivo da CPI, comparar as suas informações com as do representante da PETROS que aqui esteve, até para que possamos entender isso daí. Eu vejo isso como positivo, quero deixar claro para o senhor.

No aspecto político, li alguns textos de V.Sa., e com críticas à FUP, à CUT, dizendo, inclusive, que V.Sa. já participou, mas entende isso como um lixo. Ao



mesmo tempo, o senhor foi convocado aqui pelo Deputado Fernando Francischini, que é da Oposição.

Bom, então, a pergunta é: o senhor foi convidado... O senhor vai ter que anotar, por favor, porque eu só tenho 3 minutos, e, como o Deputado Marcus Pestana fez, eu não posso fazer, eu não faço parte da sub-relatoria.

O senhor foi chamado pelo Deputado Fernando Francischini pelas suas qualidades técnicas ou por relações políticas junto ao grupo de oposição a quem dirige, ao Governo e tudo o mais? Essa é a primeira pergunta. (*Manifestação na plateia.*)

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Obrigado pela torcida.

A próxima questão, eu quero continuar, trata sobre a Lupatech, que me parece que é um assunto... Na Lupatech, o senhor fez uma afirmação que me chamou a atenção: que era o xodó da bolsa de valores. Se era o xodó da bolsa de valores, e esse investimento foi feito em 2007, o senhor, que me parece, no mínimo, um curioso, senão um estudioso sobre esse assunto — o senhor demonstrou os seus conhecimentos —, em 2007, o senhor faria esses investimentos? O que nos já percebemos aqui algumas vezes — a gente sempre fala aqui da Vale — é que, quando a Vale fez investimento em 1996, foi um grande negócio e foi por muito tempo. A oscilação de mercado levou a esse prejuízo que eu entendo como sazonal, porque a empresa vai se recuperar, não tenho dúvida, e acho que V.Sa. também acredita nisso. A Lupatech seria essa leitura? Nós não temos bola de cristal. Em 2007 — esta é outra pergunta —, o senhor faria ou não esse investimento? E o Deputado Marcus Pestana também trabalhou nesse assunto. Como o senhor vê isso aí?

Vou continuar. Está bem?

Outra coisa é a questão das informações. O senhor fez uma afirmação que me chama a atenção. Eu coloquei entre aspas, porque está em sua transparência. *“Foge a qualquer legalidade, mas a legislação permite.”* Pode ser doença de professor, que fica corrigindo trabalho. Eu sou professor, por profissão.

É o seguinte: por que eu peguei essa frase para questioná-lo? Porque o senhor fala muito assim: *“porque está na revista Veja, está na revista Veja...”* Se o senhor me permite uma opinião pessoal, de onde eu estou, a revista *Veja* não é a



melhor fonte de informações, nem a julgo a mais séria, sinceramente. Agora, dados em números, como o senhor traz, ou boletos, como o senhor trouxe, sem dúvida nenhuma, concordo com eles, são provas concretas que o senhor trouxe, e eu não tenho como, de maneira nenhuma, refutar, e as reconheço. Quero deixar isso bem claro.

Eu estou questionando isso, pela maneira como foi colocado, que pode ser na ênfase ao ser colocada ou tem alguma coisa que eu gostaria de entender melhor: se é o xodó da Bolsa de Valores, é feita a crítica; se foge à legalidade, mas a legislação permite, então eu gostaria de entender mais sobre essa questão que me chama muito a atenção.

Sobre o Conselho Fiscal, do qual V.Sa. também foi integrante, é outro assunto que me chama a atenção pelo seguinte: o senhor mesmo disse, e está aqui nas minhas perguntas, que o Conselho Fiscal sempre recomendava ao Conselho Deliberativo, todo ano, a rejeição das contas. No entanto, a consultoria contratada pelo Conselho, que analisava as contas tecnicamente — tecnicamente, não é? —, sugeria a aprovação, com ressalvas, mas aprovava. Então, como é isso? Se a empresa de consultoria que todo ano é contratada, que faz análise e sugere aprovação, como é isso? Onde está a questão política nisso? Eu gostaria de entender melhor.

Se o Conselho Fiscal rejeita, o grupo técnico contratado aprova — e eu nem sei quem é o grupo técnico, também não quero saber, mas, se foi contratado, deve ser uma empresa séria, respeitada pelo mercado —, há uma contradição nisso ou seria, nesse caso, apenas uma observação de crítica de viés político de V.Sa., embasado na interpretação que V.Sa. tem também sobre o caso da Itaúsa e também da Lupatech?

Dois outros aspectos que eu gostaria de saber: como o senhor avalia o papel da CVM e do Banco Central na regulação disso? E mesmo da PREVIC, porque o senhor disse que a PREVIC foi denunciada, a PREVIC acatou, e, mesmo acatando, ela condenou apenas uma pessoa, o diretor financeiro, e não o conjunto disso aí. Como é que o senhor avalia, já que o senhor está há muitos anos nessa área — o senhor citou anos, a sua candidatura em 99, o senhor entrou em 1969, e é respeitável isso, é lógico —, como é que o senhor avalia se houve uma evolução da



PREVIC no processo de fiscalização disso aí? E, se quando foi indicada só uma pessoa, se é um limite da PREVIC, da legislação, até porque nós queremos mudar a legislação em alguns aspectos, então isso pode ser uma contribuição. Ao mesmo tempo, quero saber sobre o papel da CVM e do Banco Central nas críticas que V.Sa. fez.

Por fim, como estudioso que o senhor me pareceu, o senhor sabe como é o funcionamento da fiscalização em outros países, na América Latina, na Europa, nos Estados Unidos, sobre a relação entre entidades de previdência fechada e mercado de capitais, em especial os fundos de investimento?

Por que esse conjunto de perguntas e preocupações que eu coloco a V.Sa.? Primeiro, vou repetir, acho os dados que V.Sa. colocou ricos e acho que isso choca com as informações, o que vai ser importante. Mas, ao mesmo tempo, sempre fica, numa casa que é política, e nós nunca somos técnicos, embora tenhamos sólida formação técnica, cada um em uma área, se nós não temos um debate de crítica fundamentada técnica, ou há um viés político de debate ideológico, como estamos fazendo aqui, levando em conta as declarações que V.Sa. colocou.

Então, entenda que é essa a preocupação para, a partir daí, com as suas críticas, esperando as suas respostas sobre PREVIC, CVM, Banco Central, as mudanças que ocorreram na própria PETROS, nesses anos todos em que o senhor tem acompanhado, em termos de controle da gestão, em termos de fiscalização por parte dos seus dependentes, vamos chamar assim, afiliados, se houve uma evolução.

Por fim, até porque o meu tempo já está se encerrando, que sugestões, claras e técnicas, o senhor poderia fazer sobre isso?

Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Qual é o tempo, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O senhor tem o tempo, para responder, de 3 a 5 minutos, sendo objetivo, se possível.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Eu fui convidado pelo Deputado Francischini pelas diversas denúncias que a gente tem feito a partir do momento em que a gente tomou conhecimento — eu ainda era conselheiro fiscal, está certo? Eu não exercia a suplência de forma política e hoje, da mesma forma, não tenho nada político. Deixo



claro que eu tive ligações históricas com o PT lá atrás. Então, eu era ligado ao PT, trabalhei gratuitamente para o PT. Então, para mim não há qualquer ingerência política, apesar de, inclusive, eu estar hoje registrado em outro partido. Eu trato a PETROS somente como...

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Só um momento. A qual partido o senhor é filiado, por favor?

O SR. SÉRGIO SALGADO - PSOL.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - PSOL. Está certo.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

(Risos.)

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Eu confesso que achava, sim, que não era o DEM, porque é muito, é muito.

(Risos.)

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Achei até que V.Sa. poderia ser um tucano de bico vermelho, quem sabe. *(Palmas.)*

O SR. SÉRGIO SALGADO - Em hipótese alguma. Eu não misturo alhos com bugalhos. A partir do momento em que eu me tornei conselheiro e vi a situação que estava sendo criada no nosso fundo na denúncia, aí eu tratei, tentei levar a situação de forma técnica. Infelizmente, é uma situação que se transforma politicamente, e a gente sabe disso. Não tem jeito. Se eu faria o investimento em Lupatech, naquela ocasião, eu vou tentar responder de outra forma.

Naquele instante, eu não sei dizer, porque, como eu falei, eu tratava os investimentos da PETROS dentro do Conselho da melhor forma possível. A gente não tinha desconfiança de que ali houvesse qualquer tipo de manipulação. Tanto isso é verdade que nós temos aquela história de 70 investimentos que estão nos rendendo prejuízo praticamente definitivo de 850 milhões e era tratado junto ao Conselho Fiscal, quando a gente chamava, de que a gente tem, dentro da proposta da Fundação, centenas de propostas de investimento. Dessas centenas, nós pegamos, vamos dizer, umas cem. Certamente, 95% dão água. O que significa "dar água"? Prejuízo total. Mas são coisas assim: 5 milhões, 10 milhões. Para um fundo de pensão que, naquele instante, tinha 75 bilhões, não é nada.



E a informação técnica dada pelo (*ininteligível*) é que a gente aceitava de bom grado, considerando que eles focavam a informação na defesa do participante. Era assim: desses 100, pelo menos dois a três dão certo; esses dois a três dão lucro muito maior. A questão da Lupatech está nessa situação, ou seja, quando se entrou, a Lupatech era o xodó do mercado. Não significa que, quando eu falo isso aí, eu estou aprovando ou não aprovando. Naquele momento se comprava porque ela disparava, subia. Ela chegou a 60 ou 70 reais, se eu não estou enganado. Não sei como eles manipularam esse preço, como é que eles trabalharam o preço, só que, num determinado momento, talvez a partir da denúncia do próprio controlador, que era o Nestor, que acabou falecendo em Nova York, a partir desse instante, a ação começou a desabar e, quando a ação começou a desabar, nós começamos a comprar.

O que a gente questiona não é... porque ganhar ou perder está no mercado. Acabou, está no mercado. O problema que não pode ocorrer num fundo de pensão é colocar 45% do nosso patrimônio em investimento acionário, investimentos que são ações em capital de giro e ações em participação. Naquele momento, nós fizemos uma inversão. De 2003 a 2007, mais ou menos, a nossa participação em ações era de 1 bilhão e qualquer coisa, era muito menor. Ela foi se invertendo. A partir de um determinado momento, entrou a história da participação. Quando entrou a história da participação, envolveu-se... Aí, a gente não pode afirmar, porque não foi discutido no Fiscal — o Conselho Fiscal não discute isso, o Conselho Fiscal só vê as contas e opina sobre elas. Em relação ao que dizia o nosso assessor — eu conheci o assessor —, aquilo que foi colocado lá em 2003, aquela questão teria que ser discutida, sim.

Eu comentei ainda há pouco que o Banco do Brasil resolveu o problema dele em 1997, e nós não resolvemos o nosso problema, assim como a FUNCEF e os demais fundos grandes não resolveram. Por que não se resolveu? Eu não sei, sinceramente, eu não sei. Nós ficamos presos, provavelmente, a estatutos e não conseguimos solucionar um problema que gerou agora essa situação de investir maciçamente. Vejam bem, o que é o nosso fundo e o FUNCEF? São todos fundos do tipo BD, fundos em extinção. Você não pode pegar um fundo em extinção e colocar 40% do patrimônio. Não pode fazer isso. É isso que tem sido feito, e nós não



temos como fugir. Chegou-se a essa situação tal que hoje nós estamos com essas ações dessa forma e não conseguimos sair do que se criou.

Ficou alguma coisa pendente? (*Pausa.*) Em relação a esta questão do Conselho Fiscal e da consultoria — isso é importante —, lá em 2003, os conselheiros eleitos naquele momento — ainda se estava na disputa, infelizmente, dentro do critério da eleição, na sequência da entrada do partido que nos defendia anteriormente, dentro do processo — achavam que iam resolver o problema, mas a coisa inverteu. Aí nós fizemos a análise daquela situação e concluímos que havia pendências que teriam que ser solucionadas. Mesmo assim, essas pendências nunca foram solucionadas. Por que a assessoria fazia essa proposta, e a gente não aceitava? Porque, infelizmente, a gente considerava — hoje eu tenho sérias discussões — se deveria ou não continuar com a discussão, mas eu acho que a gente deveria, sim — opinião pessoal minha neste instante —, discutir o que ocorreu em relação à PREVI e o que não aconteceu em relação ao nosso fundo, que está gerando essa questão de prejuízo sério. Hoje, ele é superior e só não chega perto do POSTALIS, porque o POSTALIS é pequeno, mas o nosso valor vai bater, se não for corrigido, em 20 bilhões no final do ano.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Sr. Presidente, permita-me interromper aqui.

Sr. Sérgio, a essência que o senhor está colocando é o modelo de gestão.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Isso.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Nesse ponto, temos concordância. O que eu questioneei a V.Sa. diz respeito ao fato de a consultoria ser contratada. A PETROS é um grande fundo, deve ter feito um *rating* para contratar essa empresa, que tem uma avaliação positiva. Isso não é um sinal de que estava indo bem? Essa é a minha dúvida. Eu não sei se isso ficou claro.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Ficou.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - O conselho de vocês fazia uma crítica, mas a empresa de consultoria falava: *“Não, está correto apenas em uma coisa e outra.”* Como é essa contradição? Era isso que gostaria de ouvir.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Eu vou dar uma opinião, neste instante, minha. Eu venho discutindo isso e colocando claramente que não é possível a gente não



discutir solução para o nosso fundo de pensão. O que eu entendo como solução para o fundo de pensão? Primeiro, é deixar a gestão do fundo de pensão melhor ainda do que ocorreu com a PREVI. Por quê? Porque, na verdade, o dinheiro, queiram ou não queiram, é do participante. Foi o participante que colocou o dinheiro lá. A patrocinadora colocou o dela, naquele instante, por interesse, porque se livrava de qualquer... No caso da PETROBRAS, nós tínhamos uma questão histórica que estava dentro do estatuto da própria PETROBRAS: nós nos aposentávamos com os valores da ativa. A PETROS, para nós, veio para solucionar parte desse nosso problema. Então, a gente considerava essa questão.

Hoje, eu tenho sérias dúvidas se a gente não tem que discutir... Provavelmente, na situação atual em que se encontra a PETROBRAS, não vamos ter uma condição melhor para discutir a nosso favor, mas nós já deveríamos ter discutido essa situação lá atrás, de como resolver de uma vez a questão da Fundação PETROS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Objetivamente, V.Sa. já concluiu?

O SR. SERGIO SALGADO - Concluí essa parte. Ficou alguma coisa pendente? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Por isso que eu estou pedindo objetividade, Sr. Sérgio.

O SR. SERGIO SALGADO - Em relação às fundações e instituições do controle do mercado exterior, eu não tenho esse conhecimento. Em relação às sugestões, eu acabei de falar.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - CVM, Banco Central e PREVIC.

O SR. SERGIO SALGADO - Com toda a avaliação que eu faço da CVM, ela não apura... Eu, particularmente, fiz diversas denúncias, principalmente em relação à Lupatech, quando estava ocorrendo o problema. Normalmente, a informação que eu recebia era "arquivado". Em relação à questão da Itaúsa, foi a mesma coisa: eles não encontram nada, infelizmente. Para eles, a operação que está se realizando, a informação que eles nos passam é essa aí.

No caso da própria PREVIC, num primeiro momento, estava tudo o.k. Digressão minha — não sei se a expressão é essa —, o que ocorre? Num



determinado momento, a CPI avançou em cima da questão. A PREVIC, numa reconsulta que eu fiz a ela, informou que estava havendo, sim, apuração dentro da PETROS. Aí eles puniram o ex-Presidente da PETROS, que era o Afonso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradeço.

Com a palavra o Deputado Zé Carlos.

O SR. DEPUTADO ZÉ CARLOS - Sr. Presidente, meus cumprimentos a todos os integrantes da Mesa, as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados aqui presentes e os convidados para esta reunião.

Sr. Sérgio, há poucos minutos, o senhor disse que o Banco do Brasil Fundos já tinha resolvido seus problemas e que os outros fundos, não. O que significa, na sua opinião, “resolver os seus problemas”? E também, na sua opinião, por que os outros fundos não resolveram?

O SR. SERGIO SALGADO - Começando pela última pergunta, “*por que os outros fundos não resolveram?*”, eu não sei dizer. Alguma ingerência? Eu não posso afirmar. Mas não foi resolvido. Especificamente, no caso da PETROS, ficou pendente uma situação séria, que foi, no nosso caso, a questão de artigos que foram colocados no nosso estatuto, que diziam, de alguma forma, que o participante assistido manteria o valor, aliás, 90% do valor que ele receberia na ativa. Isso foi inserido no nosso estatuto por interesse absoluto da patrocinadora que, lá atrás, estava com... Havia um diferencial muito grande na aposentadoria do participante quando entrava na PETROS, caía absurdamente, e o pessoal começou a se resguardar. A nossa categoria, sindicalmente, era bastante forte. Numa das discussões que foi levada à direção da PETROS, que ainda era totalmente com o pessoal ainda da PETROBRAS, nós conseguimos trazer mudanças no nosso estatuto, que inseriu que nós teríamos a aposentadoria referente a 90% daquilo que nós tínhamos na ativa.

O SR. DEPUTADO ZÉ CARLOS - Desculpe-me, mas não está muito claro. Então, a solução dos problemas foi essa situação?

O SR. SÉRGIO SALGADO - No caso da PETROS, a solução dada para...

O SR. DEPUTADO ZÉ CARLOS - Você falou que os fundos resolveram seus problemas. Resolveram dessa forma?



O SR. SÉRGIO SALGADO - Exatamente. No caso da PETROS, foi exatamente isso. O que ocorreu? Nós inserimos esses artigos, a patrocinadora os inseriu e, inclusive, aceitou demanda anterior à da PREVIC, que era a CN qualquer coisa. Foi ela que sugeriu — a gente tem documentação disso — a forma como isso deveria ser feito no nosso estatuto para que nós nos aposentássemos. Essa nossa aposentadoria carregou discutir-se politicamente — politicamente, não —, discutir dentro do acordo da patrocinadora com os sindicatos o nosso aumento. Até quando a gente brigava politicamente dentro dos sindicatos — eu participava dos sindicatos ligados à FUP —, nós discutíamos isso e conseguíamos fazer com que essa discussão fosse à frente. Num determinado momento, o aumento que a gente tinha não carregava diferenças que se procurava esconder, que eram os chamados acordos de níveis, que foram trazidos aqui a debate, se eu não me engano, pelo Dr. Henrique, que foi o que nós obtivemos. Eles deram aumento somente do IPCA, que é o que está hoje no estatuto, mas, como o nosso estatuto ainda permite, no nosso entendimento, a questão de pegar todo o aumento que é dado para a ativa, não nos deram.

Nós entramos juridicamente e, praticamente, entre 80% e 90% das nossas ações foram consideradas válidas no próprio Supremo Tribunal. E o que acontece hoje? Isso impede o ativo de ter um aumento real, haja vista o que está ocorrendo agora. Eles tentaram dar um aumento lá embaixo de quatro e poucos por cento, chegaram agora a 9% ou 9,5%, que é o IPCA, e não vai sair disso. Para tentar tirar fora, eles estão dando um nível ou um abono. Esse abono, anteriormente, nós discutíamos já na Justiça do Trabalho. O Supremo definiu em RE que isso não pode ser feito mais, mas sim via Justiça Comum. Certamente, a Justiça Comum tem menos entendimento da questão trabalhista, e aí certamente vamos perder todas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradeço.

Com a palavra o Deputado Heitor Schuch. *(Pausa.)*

S.Exa. não está presente.

O Deputado João Rodrigues também não está presente.

Com a palavra o Deputado Rocha. *(Pausa.)*



O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sr. Presidente, pela ordem. Eu estou preocupado, porque nós temos outra oitiva e, daqui a pouco, a Ordem do Dia vai começar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas a Ordem do Dia não atrapalha a oitiva, porque a audiência pública pode se prolongar. Sem nenhum problema, ouviremos todos eles e aqui só temos mais três inscritos para encerrar e seguiremos.

Com a palavra o Deputado Rocha. *(Pausa.)*

V.Exa. abre mão? *(Pausa.)*

O Deputado Rocha abre mão.

Com a palavra o Deputado Assis Carvalho.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Sérgio Salgado, são 3,5, mas, para compreender, sabendo que o senhor tem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu peço que aumentem o som do microfone, por favor.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - ... vasto conhecimento sobre fundo de pensão e que esta Comissão vem fazendo um esforço muito grande para após a CPI prestar um bom serviço ao País, também precisamos fazer alguns trabalhos comparativos.

O senhor conhece o funcionamento da fiscalização em outros países da América Latina, nos Estados Unidos, na União Europeia, sobre a relação entre entidades da previdência fechada e do mercado de capitais, particularmente nos fundos de investimento? O senhor tem conhecimento de como isso é tratado em outros lugares do mundo?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Não, não tenho.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Não tem conhecimento?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Não tenho. Eu foquei exclusivamente em cima da nossa questão. Já é um volume muito grande. *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Certo. Então, o senhor não se aprofundou?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Não.



O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Porque eu acho que, no mundo globalizado, é importante nós pegarmos as boas experiências. Eu sou apaixonado por isso. Só para explicar, eu estou na Comissão de Reforma Tributária e estou muito encantado, porque lá a gente nunca quer se isolar do Brasil. A gente tem o cuidado de ver como são esses relacionamentos e o que a gente pode importar de coisas positivas, porque aqueles que tentaram trabalhar sozinhos sempre se afogaram. No mundo globalizado, a gente sabe que não tem...

O SR. SÉRGIO SALGADO - Posso lhe dar uma resposta sobre isso?

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Pois não.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Veja bem, Deputado, eu concordo plenamente com o senhor. Nós temos que participar de um mundo globalizado, mas nós não podemos ir, com o perdão da palavra, com a calça arriada. Nós temos que resolver os nossos problemas primeiro, para irmos para o mundo globalizado de cabeça erguida. Se nós formos com os nossos problemas em relação aos fundos de pensão, perto do que eles têm lá na frente... Veja bem, nos Estados Unidos, o que ocorreu com a questão da Enron? Com toda a parafernália legislativa que eles têm, eles se prejudicaram, tomaram uma cacetada e perderam dinheiro. E só estão tentando agora por meio da ação desse juiz, que é uma ação em função da PETROBRAS, só. *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Eu lhe faço a pergunta com a mais profunda seriedade, porque acho que o objetivo é a gente encontrar coisas positivas.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Eu estou respondendo exatamente dessa forma.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Às vezes, a gente tem algum salvador da pátria que joga muito bem para a plateia, mas, na prática, não contribui nada para este País, não é? O senhor sabe disso.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Concordo plenamente.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Eu queria saber também a sua opinião do ponto de vista institucional. Na sua compreensão, foi melhor a instituição da PREVIC como superintendência em substituição à antiga Secretaria de Previdência Complementar? O senhor poderia descrever a diferença de atuação da União no trato do tema da Previdência Complementar antes e depois da PREVIC,



para a gente compreender um pouco o que mudou e como era antes, para que a gente possa se atualizar no tempo sobre isso?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Veja bem, até acho que a operação da Itaúsa, como falei, para mim ao menos, são dois instantes fundamentais. Eu sempre considerei a questão da atuação da Diretoria da PETROS como uma atuação que, de qualquer forma, foca o participante, o participante como um todo. A única questão que surgiu foi que essa gestão ligada ao partido do momento... O que é que aconteceu? Ele tentou resolver questões que vinham eternamente, lá de trás, e tentou resolver de uma forma que nós mesmos, anteriormente, discutíamos e não aceitávamos. Isso é que foi trazido.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - O senhor considera isso positivo ou negativo? Já se discutia isso antes, agora se tentou resolver problemas antigos. O senhor acha isso positivo ou negativo?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Não. Veja bem, para mim, anteriormente, era positivo. Todo mundo, todo esse grupo do Partido dos Trabalhadores, ao qual eu não estava filiado na ocasião, mas eu participei intensamente, até porque eu estava na ativa nessa ocasião, e o Partido dos Trabalhadores era o partido que nos dava total amparo político em todas as questões possíveis em relação à nossa própria fundação. Então, quando ele entrou, em 2003, nossa primeira reação foi de alívio, respiração profunda: *“Vamos resolver nossos problemas”*. Infelizmente, nós não resolvemos, porque se criou o trauma de dizer que a gente não poderia provocar, era a União, nós não tínhamos maioria... Resultado: nós fomos fazendo concessões em cima de concessões e nunca discutíamos com seriedade. Como eu falei em relação à PREVI, a PREVI tinha resolvido isso aí.

Aí a minha opinião: talvez resolvida essa situação, porque ela tinha uma participação intensa na política, lá atrás, até por falta politicamente de gente, de consultoria, a gente sabia que eles tinham essa consultoria, eles davam essa consultoria. Por força disso, eles tinham vários Deputados eleitos em vários partidos. O Partido dos Trabalhadores nunca teve um Deputado, exceção, se não me engano, ao Maranhão, que foi uma leve substituição aqui federal, e não tivemos qualquer representante.



O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - O.k. Na sua fala, o senhor confirma, na verdade, que eram problemas antigos existentes.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Sim, exatamente, exatamente.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Porque, aqui e acolá, a gente vê alguns oportunistas de plantão, e parece que o mundo começou em 2003.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Não! Não, não.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Então, parabéns! Eu gostei da sua resposta. Mas há ainda uma questão que me chamou a atenção, dando uma olhada aqui na documentação. O senhor foi integrante do Conselho Fiscal da PETROS, e o Conselho Fiscal sempre recomendava ao Conselho Deliberativo, todo ano, a rejeição das contas. Eu dei uma olhada aqui na posição do Conselho Fiscal, do qual o senhor era membro.

No entanto, a consultoria contratada pelo mesmo Conselho, que analisava as contas tecnicamente, e não sob o viés político — pelo menos, não deveria ser, porque era contratada com objetivo técnico —, sempre sugeria a aprovação com ressalvas, porque havia a desconsideração do estudo técnico contratado pelo próprio Conselho sobre as contas da PETROS, e, mesmo assim, contratava sempre uma consultoria para analisar tecnicamente essas contas.

Eu acho muito estranho: você pega, contrata a consultoria, tem como objetivo orientar os conselheiros, os conselheiros têm o relatório com um olhar, e os conselheiros não consideravam esse olhar, tinham uma posição diferente e, mesmo assim, mantinham essa relação com a consultoria. Qual a explicação, já que o senhor, na época, também votava nessa linha, pelo que eu pude perceber aqui, olhando aqui os seus dados, para que a gente possa compreender qual era o descompasso que existia entre a consultoria e o Conselho?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Ainda que a consultoria fosse independente, como está afirmado, nós, do Conselho Fiscal, nunca tivemos qualquer possibilidade de contratar aquilo que nós queríamos, subordinado à nossa indicação do que estava ocorrendo. Primeiro detalhe: nós tentamos contratar, para apurar os problemas da própria PETROS, uma consultoria atuarial. Até hoje, nós não conseguimos. E sabemos que, por exemplo, empresas que se descartaram da questão PETROS trabalham neste instante para apurar os problemas, que são as



privatizadas, estão com dificuldade de levantar dados, porque a PETROS não fornece, ou impede, ou manda um... Está aqui um monte de pastas de que você não consegue fazer o levantamento. Então, a situação é muito séria. Eu, hoje, penso, penso e discuto, e já coloquei isto aos nossos conselheiros: a gente tem que rediscutir essa situação. Por quê? Porque é aquilo que eu lhe falei: nós temos que chegar a uma conclusão de sair fora. A nossa é a PETROS. A gente viu que a PETROBRAS, infelizmente, não está mais preocupada com a gente. Tanto isso é verdade que ela fez um acordo em função de despesas históricas com um aporte que só vai ocorrer daqui a 20 anos — em 2028 — se, e somente se, os participantes que estavam envolvidos naquele cálculo estiverem vivos. Se não estiverem vivos, o dinheiro cai na mão da patrocinadora. Nessa situação hoje, se já tivesse entrado, certamente estaria sendo usado de outra forma.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - O.k. Estou contemplado com as suas respostas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - A Deputada Erika Kokay está com a palavra. (*Manifestação na plateia.*)

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu gostaria que fosse assegurada a minha palavra, Deputado, dentro da lógica democrática...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu agradeço o respeito aos Parlamentares que estão fazendo uso da palavra.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - É muito importante que as pessoas tenham respeito pelas opiniões divergentes. Isso faz parte da democracia.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - (*Ininteligível*), Erika. Parabéns!

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Então, vejam, eu não entendi. Eu estou fazendo um esforço danado para tentar entender a relação que o senhor traça aqui entre o acordo que foi feito na PREVI, em 1997, e o resultado da PREVI no dia de hoje. Nós já estivemos aqui com o Presidente da PREVI, e aqui foi dito que alguns prejuízos que foram pontuados pela PREVI deram-se em função de uma aplicação em renda variável. E renda variável — aqui foi bem dito por todos os especialistas em fundos de pensão que nós já escutamos — foi uma opção dos fundos de pensão, porque a renda fixa, naquele momento, com a contenção da taxa de juros, não tinha como dar um retorno que correspondesse às metas atuariais dos



fundos. E os fundos, portanto, foram compelidos a investir em renda variável porque precisavam cumprir uma meta atuarial que a renda fixa não possibilitava naquele momento, em função da contenção da taxa de juros. Era um momento de retração da taxa de juros. E, nesse sentido, a renda variável — o senhor sabe muito mais do que eu, pois o senhor foi do conselho fiscal da PETROS — está dentro do mercado. O senhor já falou sobre isso, inclusive.

Por exemplo, o senhor fala da Itaúsa, mas, veja, na Itaúsa as ações subiram 3,8%, em 2011. Elas subiram mais de 14%, em 2012. E elas tiveram, inclusive, uma alta também no ano de 2014. Só para se ter uma ideia, ela distribuiu por volta de 8,5 bilhões em dividendos e juros sobre o capital. Portanto, a renda variável tem os seus percalços, o senhor já falou sobre isso.

Então, a PREVI pontuava — não só a PREVI, como a PETROS, a FUNCEF, todos os fundos — o risco de uma renda variável. E quando houve queda nas ações, queda na bolsa, isso é nítido e notório, não precisa discorrer muito sobre isso, houve um prejuízo.

Em 1997, eu tive oportunidade de acompanhar esse acordo que foi feito, porque o movimento sindical participou muito intensamente e eu era Presidenta do Sindicato dos Bancários, aqui de Brasília. Então, vejam, em 1997, houve um acordo que envolveu 11 bilhões de reais. Ele não tem nada a ver com a situação da PREVI, no meu ponto de vista, no dia de hoje, absolutamente nada a ver. Foram 11 bilhões tirados do superávit da própria PREVI — metade foi para o próprio banco e metade foi para a PREVI. Naquele momento, houve o fechamento do plano. Na PREVI não houve o saldamento. Quando há o saldamento, é um processo negocial. O saldamento, por exemplo, na FUNCEF, implicou num reajustamento das aposentadorias que estavam contidas. As aposentadorias tiveram, penso eu, 34% de ganho real, ou alguma coisa nesse sentido, porque, como era benefício definido e os salários estavam congelados, tivemos apenas 1% de reajuste em 1998, durante o Governo Fernando Henrique Cardoso. Obviamente, houve uma contenção, uma contração das aposentadorias. Portanto, na PREVI não houve saldamento, houve o fechamento do plano. E os que adentraram o Banco do Brasil já adentraram no plano de contribuição definida, ou seja, que não tem déficit. Contribuição definida não tem déficit.



Nesse quadro, eu não entendo qual é a relação do que aconteceu na PREVI, não entendo o que o senhor pontuou, queria que o senhor me esclarecesse o acordo que foi feito em 1997. No acordo em 1997, como houve uma negociação muito intensa com as entidades representativas dos trabalhadores bancários do Banco Brasil, não apenas com os sindicatos, mas também com a Associação dos Aposentados, enfim, o conjunto das entidades, os acionistas minoritários do próprio banco, houve uma democratização do fundo.

Eu acho que isso foi importante, porque nós tivemos... Por favor, Sr. Presidente, assegure minha palavra. *(Manifestação na plateia.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Por favor, eu peço atenção e respeito à fala da Parlamentar.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, eu gostaria que fosse assegurado o meu direito de falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu peço respeito, senão vou ter que chamar a segurança. Por favor, está assegurado o direito da Parlamentar de fazer uso da palavra.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Pois é, Sr. Presidente, isso faz parte da democracia. Eu acho que nós temos que ser... *(Manifestação na plateia.)*

Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Por favor. Vou ter que pedir sessão reservada na próxima. Isso não é bom para ninguém, não é verdade? Então, vamos continuar, respeitando o direito da Deputada de fazer uso da palavra.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Acho muito importante que as pessoas acompanhem a vida desta CPI. Acho que é importante, faz parte do processo democrático as pessoas entenderem, inclusive, abrirem as mentes, entenderem o outro lado e poderem formar as suas opiniões. Mas eu acho que tem que haver respeito. Acho que tem que haver respeito. Sem respeito, nós não conseguimos construir uma lógica democrática.

Então, como eu dizia para o senhor, nós tivemos uma democratização do fundo de pensão. Isso é fato. E eu acho que isso é estruturante. O Banco do Brasil, por exemplo, se não me falha a memória, não tem voto qualificado da Presidência, há um compartilhamento das decisões. Então, isso sim.



Mas eu não entendo. Eu queria que o senhor me explicasse qual é a relação do acordo que foi feito em 1997, em que o Banco e a PREVI assumiram os empregados de 1967, quando não houve aporte de recursos. É um problema que a FUNCEF só veio resolver depois de 2003, pois havia uma dívida e não houve aporte de recursos da patrocinadora para aqueles que vieram a se aposentar.

E, por fim, quero dizer que não ficou claro para mim a resposta sobre a pergunta do Deputado Assis Carvalho, porque o que o Deputado dizia é o seguinte, e eu lhe pergunto de novo, para ver se há uma clarificação. Veja, o conselho fiscal... E V.Sa. foi do conselho fiscal durante um período, concorreu, não foi eleito, mas concorreu, agora, em 2015, representando os trabalhadores, e não foi eleito, se não me engano.

Então, veja, o conselho fiscal da PETROS sempre recomenda a rejeição das contas. Mas o conselho fiscal contrata uma empresa técnica e essa empresa técnica recomenda, via de regra, a aprovação das contas, com ressalvas. V.Sa. respondia que nunca se conseguiu contratar uma empresa que estivesse de acordo com o pensamento do conselho fiscal.

Eu penso que quando se contrata uma empresa com caráter técnico é para balizar, tecnicamente, as ações do conselho fiscal. Penso que é uma contradição. Contrata-se uma empresa técnica para balizar e apresentar os elementos técnicos necessários para uma decisão do conselho fiscal e o conselho fiscal da PETROS nunca cumpre esse direcionamento ou essa indicação. Eu sei que nenhum conselho fiscal tem poder peremptório de aprovar ou não as contas, e nem mesmo uma consultoria técnica contratada pelo conselho fiscal tem esse poder.

Mas eu gostaria apenas que o senhor pudesse me esclarecer esses pontos. Primeiro, a relação da situação que a PREVI vivencia hoje com a situação ocorrida em 1997, porque eu penso que estão apartadas, com exceção do fato estruturante de ter mudado, democratizado o fundo de pensão. E o segundo ponto: eu gostaria que V.Sa. explicasse melhor o que significa *“nós nunca conseguimos contratar uma empresa técnica ou uma consultoria técnica que estivesse de acordo com o nosso pensamento”*. Foi o que V.Sa. falou nesse momento. Gostaria que pudéssemos esclarecer, porque não se contrata uma consultoria técnica, para que ela respalde tecnicamente a decisão que já está tomada.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Conclua, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu concluo, Sr. Presidente. Nós contratamos uma consultoria técnica para que ela possa balizar as nossas próprias posições. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com muita objetividade, Sr. Sérgio Salgado.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Em relação, primeiro, à PREVI e à comparação que eu fiz. A questão PREVI, que eu chamei atenção, é que ela, pelo menos aos nossos olhos, já que eu... Acontece o seguinte: dentro da questão de informações que nós temos na PETROS — e eu chequei isso com o PREVI, com o FUNCEF, com esses fundos que estão envolvidos — queira ou não queira, a nossa ainda é a fundação que mais dá dados para o participante. Ele tem disponível. Daí nós fazermos esse tipo de análise. Nós temos relatórios mensais que falam isso. Quando eu falei em relação à PREVI, foi para comparar uma situação muito clara. Eles resolveram, de alguma forma, uma situação especial. Na verdade, se fugiu desse parâmetro, desculpe-me, mas o que eu quis dizer foi o seguinte: com o acerto que eles fizeram em 1997, praticamente, os participantes são ouvidos, eles são ouvidos. Então, nós não conseguimos resolver isso. Nenhum dos outros fundos conseguiu resolver. Ainda que... E com um detalhe importante: no atropelamento que ocorreu, os demais fundos de pensão foram obrigados a assumir o fechamento dos planos BB. Por interesse de quem? Do participante? Não, da patrocinadora. Sem resolver os problemas que eles carregavam. Isso não está resolvido. Está resolvido, sim, pelo lado da patrocinadora, pelo lado do participante não está resolvido.

O que mais aqui? Em relação à fiscalização em outros países... É outro assunto. Essa questão do investimento em renda variável é uma situação muito importante. Por quê? Primeiro, o grande fundo, na verdade, que tem esse conhecimento, que tem essa visibilidade sempre foi a PREVI. Por quê? Porque ela tem um capital extremamente elevado. E, num determinado momento, esse investimento dela, até pelo volume de valor que ela tinha que fazer, trabalhando para pagar os participantes do plano, necessitava que ela corresse atrás de investimentos altamente rentáveis. Isso chegou a uma situação tal que, em um



determinado momento, eles estavam para lá de 60%. Hoje está em torno de 70%, se não me engano, em ações ou investimentos invariáveis.

A PETROS não estava desta forma. Ela não estava desta forma. Eu me foco em relação à PETROS porque os demais fundos de pensão, e eu já tentei contatá-los, não têm essa informação que nós temos. Então, eu trabalhei com o meu sem me preocupar. Nas conversas que eu tinha não havia informação. A nossa fundação fechou o plano, mas não resolveu. Ela resolveu o lado dela. Exatamente, ela resolveu o lado dela. Então, o nosso lado continua....

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - A sua fundação, a PETROS, ela saldou, ela não fechou. Ela saldou.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Ela fechou o plano. Ela fechou o plano. O BB foi fechado. Ela reabriu...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Fechou ou saldou?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Não. Ela fechou o plano. Ela fechou. Nós estamos em discussão braba até agora, com a nossa fundação. Não está resolvido isso aí. Não tem essa situação. O que acontece? Ela fechou num determinado momento, porque nós tínhamos uma turma enorme de gente que entrou na empresa sem plano, porque ela não deixava entrar. Se não me engano, eu creio que só a partir da entrada do Partido dos Trabalhadores, que reabriu o processo de admissão... E aí, neste instante, entrou o plano CD.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Conclua. Sobrou mais alguma coisa? Pode explicar objetivamente. V.Sa. já falou.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Quanto à questão desta consultoria, o que eu estou falando é o seguinte: o que a gente não tem hoje em discussão, em um primeiro momento lá atrás, em 2003 ou 2004, nós recusamos a conta baseados nessa situação. E isso nunca foi respondido pela patrocinadora. Nunca. Permaneceu. Permaneceu e infelizmente não está resolvido.

Eu, pessoalmente, sou partidário de se rediscutir e trazer isso à mesa de negociação. Mas, neste instante, para discutir isso, nós estamos em situação minoritária, porque a patrocinadora PETROS está com um processo muito sério, resultado daqui da apuração do Paraná. Não está resolvida. Está em uma situação financeiramente drástica. Para resolver planos do fundo de pensão, infelizmente,



envolve dinheiro e não só solução política ou discutida. Envolve ainda dinheiro. Se nós entrarmos em um processo de discussão agora, certamente, nós seremos prejudicados. Mas eu defendo que, em um primeiro momento, se rediscuta o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradecido.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, só 10 segundos, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Contados.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Contados. No que diz respeito ao saldamento da FUNCEF, que é diferente de fechar o plano... Saldamento significa migração. Você salda... Enfim, o que quero dizer é o seguinte: com relação à FUNCEF, houve reajustamento das aposentadorias com o saldamento, que foi exigência dos participantes. Foram 10 segundos contados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradeço a obediência ao tempo.

O SR. SÉRGIO SALGADO - No nosso, não houve.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Deputado Rubens Bueno, agregado o tempo de Líder.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. convidado, primeiramente,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Quero só pedir que o microfone do Deputado Rubens Bueno seja aumentado e dizer que é o último inscrito para essa oitiva do Sr. Sérgio Salgado.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sr. Presidente, Srs. convidados, primeiramente, agradeço a presença do Sr. Sérgio Salgado, que vem a esta Comissão Parlamentar de Inquérito prestar um serviço ao País no sentido de esclarecer fatos com relação ao grande rombo que se dá nos fundos de pensão das estatais.

Aqui, quando se fala em democratizar os fundos de pensão, o PT confunde democratizar com aparelhar. Esta é a grande confusão. Então, desde 2003, e esta é uma verdade, o PT aparelhou os fundos de pensão, indicando seus sindicalistas filiados ao PT e à CUT para influírem nos fundos de pensão. Sabe por que, Sr.



Relator? Porque os fundos de pensão das estatais, apenas esses quatro, têm um negócio de 400 bilhões de reais. A organização criminosa, quando se instala, vai botando o braço, a mão. Ela é um polvo se espalhando por onde há dinheiro. Os fundos de pensão foram aparelhados pelo PT para desviar dinheiro. *(Palmas.)*

No caso que nós estamos vendo aqui, todos vieram lá do esquema do Vaccari, do Sindicato dos Bancários de São Paulo. São casos notórios aqui. O Wagner Pinheiro é um caso típico de como a organização criminosa se espalhou dentro dos fundos de pensão.

Outro caso que nós temos aqui é que o Sr. Wagner Pinheiro, indicado pelo Vaccari, o tesoureiro do PT que está preso na Operação Lava-Jato, indicou o Sr. Humberto Gault. Ele o nomeou como gerente de novos negócios. E aí, com o apoio do Vaccari e da organização criminosa, eles avançaram sobre a BANCOOP, que comprou de fundos, especialmente do BVA. O BVA veio, depois, a sofrer intervenção. Ficou um buraco do BVA, do Sr. Gault e do Sr. Vaccari no valor de 400 milhões de reais. Veja o tamanho do braço do polvo da organização criminosa, da mão grande. Coloca a mão lá e tira dinheiro, o que não é pouco.

Então, o que nós vimos nesses 12 anos foi isto: um aparelhamento com o objetivo claro de roubar dinheiro de aposentados e pensionistas da PREVI, da PETROS, do POSTALIS e da FUNCEF. A Sete Brasil é um caso que a história vai contar. Ela foi fundada, criada, para roubar dinheiro dos fundos de pensão. Hoje, falida e destruída, como a PETROBRAS pelo PT e pela organização criminosa, a Sete Brasil está no mesmo caminho, dando prejuízos astronômicos aos fundos de pensão. E não vamos nem falar de Itaúsa, de OS, da INVEPAR, da privatização dos aeroportos, que o PT sempre demonizou e cujas obras não foram concluídas até hoje. E elas eram para a Copa do Mundo. Aliás, o trem bala da Presidenta Dilma também era para a Copa do Mundo. Acreditar nessa gente é querer acreditar em Papai Noel, acreditar que Papai Noel existe. *(Palmas.)*

Quero perguntar ao Sr. Sérgio, rapidamente... Se o senhor quiser anotar... Eu posso perguntar num pingue-pongue, Presidente? Eu não sei como...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Pode perguntar, Deputado. V.Exa. já entrou no seu tempo de perguntas.



O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Então, quem são os abutres a que o senhor se referia logo no começo?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Abutres?

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - O senhor prefere assim ou quer que eu faça todas?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Não, faça de uma vez.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - O senhor falou isso na sua campanha para o Conselho Fiscal da PETROS.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Na minha campanha? Eu falei em abutres?

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - É. Quem são os abutres aos quais o senhor se referia no *slogan* da sua campanha para o Conselho Fiscal?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Abusos! Abusos!

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Abusos? Então, os abusos. É...

O SR. SÉRGIO SALGADO - Abusos! (*Riso.*)

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - O abuso pode feder...

O SR. SÉRGIO SALGADO - Eu tomei um susto! (*Riso.*)

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Não, não é...

O SR. SÉRGIO SALGADO - Não!

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - É que o abuso pode feder ou não feder.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Os abusos são exatamente isso que eu me propus a trazer. Ficou, na verdade, subordinado a dois casos, Itaúsa e Lupatech, mas, logicamente, envolve os que o senhor acabou de chamar atenção, que seria a INVEPAR, que seria a Sete Brasil e a Norte Energia S.A. Ou seja, há uma série de investimentos feitos pela PETROS que foram reavaliados de forma irreal em 2013 e que estão refletindo até hoje com um valor irreal. Porque se a gente for tirar esse valor, o nosso déficit estoura.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - O senhor pode dizer quais os políticos influenciaram nessas atitudes da PETROS e nos seus investimentos?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Aí seriam ilações da minha parte, Deputado. Desculpe! Eu não teria como dizer quem são os responsáveis.



O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Nem pela escolha dos sindicalistas para a PETROS?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Não. Aí, os sindicalistas pela PETROS, todos eles, queira ou não queira, estão ligados à questão daquela... . Que era do...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. SÉRGIO SALGADO - Não, não. O que está preso agora no Paraná...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. SÉRGIO SALGADO - Ai, caramba!

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - João Vaccari?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Não, não é o Vaccari. É o Dirceu! Zé Dirceu.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Zé Dirceu. Ah!

O SR. SÉRGIO SALGADO - Zé Dirceu. Está certo? Era o pessoal ligado àquela que era uma corrente do PT ligada àquilo de lá. Tinha aquele senhor japonês que faleceu, o Gushiken. O Gushiken, inclusive, antes ainda de nós termos... Eu coloco "termos" porque naquele instante eu fazia parte do PT. Lá em 2003, 2002, eu me desliguei. E, em seguida, quando eu vi a questão que ocorria com o nosso problema dos fundos de pensão e que ia ocorrer na sequência, ou seja, nós vamos ter que calar a boca! Eu acho que você não pode sustentar nenhuma situação de correção se não for corrigindo o que o meu amigo está corrigindo. Se você é meu amigo, e eu só te elogio, eu não sirvo para ser teu amigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito bem. Vamos seguindo.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Qual o papel de pessoas como o Barusco? O Barusco é o famoso dos 300, 400 milhões de reais. Qual é o papel deles, ele, o Gault, o Youssef nessa indústria do setor?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Não, essa turma a gente só veio tomar conhecimento agora, a partir do momento da explosão da Operação Lava-Jato, porque não eram conhecidos nossos. Provavelmente, num determinado momento... E é assim: há uma situação muito séria. Eu me indico como sindicalista. Eu sou sindicalista. Sempre fui, sempre fui. Acontece o seguinte: esse pessoal que entrou posteriormente jamais pertenceu ao PT. Usufruiu do PT. Daí o problema do PT ter causado a saída de muita gente com compromisso histórico com ele.



O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - O senhor ficou indignado com isso e saiu do PT?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Ah, tranquilamente. Eu não pertencia ao PT. Eu trabalhei pelo PT de graça porque eu acreditava na proposta. Eu era daqueles que naquele tempo fazia boca de urna. Eu fazia boca de urna.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - O senhor acredita que há um articulador de ações para esses fundos de pensão acima dos dirigentes dos fundos?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Se há eu não... Neste instante não posso dizer. Mas certamente ninguém faz... Não há... Eu não posso tomar uma decisão pela minha cabeça, porque acima de mim tem alguma coisa. Ou seja, no caso da PETROBRAS... Vamos ficar claro na PETROBRAS. Quem tomou a decisão? Foi o Presidente? Se ultrapassou, o Presidente sabia. Então, tem... E vai... Você vai pegando. Deve ter funcionário? Claro que tem funcionário, porque não é o Presidente que vai fazer uma má ação se você não tem lá embaixo alguém fazendo.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Quer dizer, o senhor acredita — acreditar, não é a questão — num colegiado informal para tomar essas decisões?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Sim, sim. Tranquilo, tranquilo.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - De investimentos, de cargos, de políticas?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Exatamente. É o que se deduz do que aconteceu.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Finalmente, Sr. Presidente, vou concluir. No caso da PETROS, com a Camargo Côrrea, quando a fundação comprou por 3 bilhões de reais da Itaúsa, o Sr. Palocci teria influenciado esse negócio, em retribuição aos favores eleitorais da Camargo Côrrea na campanha da Presidenta Dilma, em 2010.

O que o senhor consegue avaliar sobre esse episódio?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Infelizmente, isso nunca foi apurado, porque, como falou a Deputada em relação à revista *Veja* — e eu, com toda a certeza, compactuo com o que ela fala —, a *Veja* jogou no ventilador. No momento em que o Palocci foi defenestrado, ou seja, teve que sair, a busca pela informação parou, e deveria ter continuado, e não se fez essa apuração. O que aconteceu? Ficou



sempre no terreno da possibilidade de acontecer. Só que... O que pesou contra ele? Ele pediu demissão. Ele pediu demissão porque qualquer outra coisa poderia estar em ingerência na situação em que ele estava sendo Ministro, ou somente porque ele tinha, sim, problemas sérios? A gente nunca apurou. Como ninguém, naquele instante, tinha conhecimento da profundidade da situação que estava ocorrendo com a PETROBRAS, não se fez essa avaliação. Então, não se fez avaliação. Nós só estamos no terreno da possibilidade, hoje.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço ao Relator, ao convidado, na certeza de que ele vem ajudar a contribuir, como bom brasileiro, a nós, e efetivamente darmos a nossa contribuição para o fim dessa roubalheira que infelizmente está acontecendo em nosso País.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Como bom brasileiro e principalmente como participante junto com os demais fundos de pensão, porque nós estamos numa situação difícilíssima, e vai estourar na nossa mão. Não tem jeito.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - No POSTALIS já está acontecendo.

O SR. SÉRGIO SALGADO - No POSTALIS já está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Sobre esse tema a que o Deputado Rubens Bueno se reportou, chama a atenção o fato da compra, na aquisição de 3 bilhões de reais, da Itaúsa, pertencente à Camargo Côrrea, no dia 30 de dezembro, ou seja, no último dia de operações da Bolsa no ano, no último dia de 8 anos de mandato. Ou seja, o Presidente da PETROS, à época, o Sr. Wagner Pinheiro, que teve 8 anos de mandato, no dia 30 de dezembro, às 17 horas, no último dia de mandato — sairia no outro dia —, fez essa aquisição de 3 bilhões. Isso chama a atenção.

E se debruçaram sobre esse fato, o porquê de ter sido essa data?

O SR. SÉRGIO SALGADO - É uma pergunta, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - É uma pergunta. É só “sim” ou “não”.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Sim. É surpreendente que tenha ocorrido tudo isso. Eu posso até estender um pouquinho mais. Ele saiu no dia seguinte e permaneceu até recentemente na Direção dos Correios. Aí, você... É para se notar a ilação da minha parte que ele saiu por questões políticas, para servir a determinado



partido, mas fez aquilo que deveria ter feito quando ele entrou nos Correios, considerando... O que ele fez agora? Ele votou ou o Conselho Deliberativo votou uma situação em que reduziu o valor, o salário da nova Diretoria para praticamente metade do que ele estava ganhando. Por que ele não fez isso aí assim que ele assumiu, em 2011?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E, nessa compra da Itaúsa, a PETROBRAS teve direito a uma vaga no Conselho de Administração da Itaúsa — perdão —, da PETROS?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Ela não teve direito. Para nós, ela só teve “direito”, entre aspas esse direito porque está subordinado à questão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Sim, mas teve. Logo que pegou, teve!

O SR. SÉRGIO SALGADO - Teve. Ela assumiu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Fez uma indicação.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Exatamente, fez indicação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Quem foi que ela indicou?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Foi o Sérgio Gabrielli.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Quem indicou o Sérgio Gabrielli?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Provavelmente o Governo, porque não é ele que vai indicar ele mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não. Quem indica o Sérgio Gabrielli ao Conselho de Administração?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Não. É a PETROS. É lógico!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Foi no tempo do Wagner Pinheiro ou foi no do novo Presidente?

O SR. SÉRGIO SALGADO - O Wagner... Como é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Quem indicou o Sérgio Gabrielli ao Conselho de Administração da Itaúsa?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Foi a PETROS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Foi a PETROS. Quando? O senhor sabe a data?



O SR. SÉRGIO SALGADO - Foi... A primeira vez foi na sequência entre aquele período de 29/04/2011, que foi a eleição, e o período inicial. Certamente, houve negociação, e ele foi eleito naquela ocasião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O senhor sabe quanto foi a remuneração por essa vaga no Conselho?

O SR. SÉRGIO SALGADO - O valor real a gente não tem porque não está especificado, mas a gente tem uma dedução que a gente fez em função do que paga. Calculamos, se não me engano, o valor disponibilizado para o Conselho de 100 mil reais, uma média de 100 mil reais, em 13 meses, em 13 meses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Era 100 mil dividido por 13?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Não. Era 100 mil ao mês. O total era um milhão e pouco para cada Conselheiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Então, seria: treze vezes por ano, o Sr. Sérgio Gabrielli arrecadava cerca de 1 milhão e 300 mil?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Um milhão e 100 mil.

Está muito bom. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ - Sr. Presidente, só para entender, ganhava 100 mil por mês como Conselheiro de uma empresa?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Conselho de Administração.

O SR. SÉRGIO SALGADO - O Conselho de Administração da Itaúsa é um Conselho...

O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ - Isso dá mais do que roubar.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Mas veja bem o que estou falando. Deixo clara a questão: isso não tem... Não está especificado quanto cada Conselheiro... O que nós estamos fazendo é uma média do valor que é disponibilizado para o Conselho de Administração da empresa. Essa informação nós nunca tivemos oficialmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito.

O Deputado Pompeo de Mattos está com a palavra.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Já ultrapassamos o assunto.



Deputado Pompeo de Mattos...

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Não, é que eu queria perguntar ao Sr. Sérgio Salgado sobre esse assunto. Ele falou assim: que ganhava 100 mil por mês, mas não tem nenhum documento, não sabe de onde veio essa informação. Eu queria saber a origem dessa informação.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Eu tenho documento, sim. O documento que eu tenho, esse documento é uma ilação feita, pegando o valor que existe da remuneração dada pela própria Itaúsa em seu...

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Ilação?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Ilação é ilação.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Não, é 29... Em 29/04, além de votar, eles informam ali quanto cada um, quanto cada um não, quanto o Conselho receberia. Logicamente, nós não temos a informação: "*É esse o valor.*" Nós fizemos uma média. Eu falei uma média.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Quero só esclarecer ao Plenário que o que Sr. Sérgio Salgado está dizendo é que ele tem o valor global.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Global.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E esse valor global ele diminuiu pelo número de conselheiros.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Dividiu, dividiu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ou seja, isso é uma média aritmética.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas ele não tem nenhum documento. Ele tem documento comprovando o valor global, mas não tem documento comprovando o valor individual. Pela média aritmética, ele chegou a esse valor.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, V.Exa. sabe que cada conselho tem uma remuneração diferenciada.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Sim, exatamente. O da Itaúsa é esse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Esse é o da Itaúsa.



O SR. SÉRGIO SALGADO - Esse é o da Itaúsa. A maioria dos demais é muito baixo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O que chama a atenção é o fato de terem sido adquiridos 3 bilhões de reais, e depois ter direito a essa remuneração.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicite isso formalmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Já está solicitado.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Já está solicitado, não é? Porque aí nós ficamos sem a ilação, a média ou o cálculo.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Exato. Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Concordo, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - E teremos o dado concreto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Já está solicitado. Também solicitaremos à CVM e à PREVIC informações sobre esses temas que tivemos aqui, principalmente esse da Lupatech. Aqui na Consultoria, nós temos membros da CVM. Estaremos atentos a isso. Nós temos membros da PREVIC na nossa consultoria.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Da PREVI ou da PREVIC?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Da PREVIC.

Negócios como esse da Lupatech, em que foram investidos 400 milhões de reais e que hoje vale 223 mil, é preciso estudar.

Passo a palavra ao último inscrito, Deputado Pompeo de Mattos, para encerrarmos os trabalhos.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente Efraim Filho, eu vou ser breve.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Esperamos.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Farei algumas considerações e duas, três perguntas. Na verdade, quanto mais nós aprofundamos a investigação, mais nos surpreendemos, mais nos impressionamos. Eu não imagino que possa ser só uma coisa partidária. Tem que ser maior. É muita gente "metendo a mão". É gente de tudo que é lado.



Tancredo Neves disse que a grande virtude de um governante é não roubar e não deixar que roubem. Aí, se não roubaram, deixaram roubar. Alguns roubaram e deixaram que outros roubassem também. Então é uma coisa impressionante o que aconteceu com os nossos fundos de pensão.

Eu estou aqui com um olhar para a PREVI, até porque sou funcionário do banco e sou cobrado, aqui na CPI, por conta dos meus colegas do Banco do Brasil que querem que eu tenha esse olhar específico para a PREVI.

Acho que a PREVI tem lá suas angústias, tem lá seus problemas, mas ela é, neste momento, um pouco vítima do mercado — muito menos de ações ilegais e muito mais de mercado.

Eu quero pegar a palavra do Sr. Sérgio, de que ela se democratizou em 1997, o que os outros fundos não fizeram. Nenhum fez. Parece-me que a roda gira, mas as “figurinhas” são as mesmas — as figurinhas são as mesmas. Com todo o respeito, há o Wagner Pinheiro, que estava lá na PETROS e fez o que fez. Daí foi para os Correios. Com todo o respeito, agora no final do mandato, deu “moral de cueca”. Aí diz: “*Vamos baixar os salários dos que vierem, dos próximos*”, o dele não. Faça o que eu digo e não faça o que eu faço. “Venha a nós o seu reino, seja feita a minha vontade, assim nos Correios, como na PETROS”. Dá para fazer uma oração. (Risos.) Dá para fazer uma oração. Dá para rezar o Pai Nosso aqui.

Então, é uma coisa impressionante. Nós ficamos indignados. Acho que não ficamos de mão atadas, nós não podemos deixar que atem nossas mãos. Aí, Presidente Efraim Filho, eu sei da sua disposição, da dos Relatores, de todos nós no sentido de ir a fundo. Eu não sei o quanto nós podemos, mas eu sei o quanto nós queremos. Uma coisa é o que eu quero, outra coisa é o que eu posso. Quanto eu posso daquilo que eu quero? Então nós temos que ir a fundo, ao máximo que se puder, até para dar nome aos bois, dizer quem é quem, separar o joio do trigo, fazer essas coisas.

Tu pegas o Sérgio Gabrielli... Essa questão dos fundos, Sr. Presidente, dos conselheiros, virou uma ciranda. Eu não sei quanto um Ministro ganha — e não sei quanto é que o Ministro ganha — 20 mil, 25 mil, 30 mil, não sei, em torno disso. Mas aí ele vai aos conselhos e dobra, triplica, quintuplica, e o que vale mesmo são os conselhos e não o salário que ganha.



Então, não importa ganhar pouco, o importante é ter conselho. Aí o conselho do conselho que aconselha, que acaba dando mau conselho, aliás, porque já começa com mau exemplo na nomeação. Depois, os conselhos vão seguir naquela linha. E aí quem é que paga a conta? Quem paga a conta são os fundos.

Eu vou especificamente às perguntas. O Sr. Wagner Pinheiro está lá e está aqui e enriqueceu em cima dos fundos. Os fundos quebraram, empobreceram, mas ele está salvo, ele está bem, está por cima da carne seca. Quanto ao Sérgio Gabrielli é a mesma coisa.

A minha pergunta é sobre a PETROS, e o senhor estava lá no Conselho, ainda que fosse suplente. Ele fez essa negociação com a Sete Brasil, que, para mim, é a Sete, mas falta um, que é a Sete e mais um, porque foi uma verdadeira operação de sete e um, que foi para enganar. O senhor teve acesso lá — e eu queria que o senhor me respondesse depois — a esse procedimento em que a PETROS implementou recursos do fundo para que o fundo entregasse à Sete Brasil, e a Sete Brasil pudesse ter o aporte para começar o seu negócio? Ela nasceu num dia, no outro dia estava milionária por conta do dinheiro dos fundos, que pegou da PREVI, que pegou da FUNCEF, que pegou da PETROS, acho que não pegou do POSTALIS só, mas desses três pegou, e a maior parte foi da Caixa, da FUNCEF, que, aliás, é a que está em situação pior agora, e da PETROS, porque ela saiu de dentro da PETROBRAS.

Eu não sei se a Sete Brasil foi um esquema montado, enfim, uma empresa de fachada, como a gurizada diz por aí *fake*, para fazer algo que outras empresas no mercado podiam fazer. Enfim, montaram uma empresa para fazer, na verdade, para aportar recurso e para receber.

O senhor teve acesso a esse procedimento? O senhor investigou isso? O senhor viu como é que foi esse dinheiro? Qual foi a ação desencadeada dentro da PETROS para que a PETROS colocasse esse dinheiro na Sete Brasil, que estava nascendo, era recém-nascida, não sabia nem falar? Qual é a sua resposta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Pode responder.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Nesse instante, como eu lhe falei, até 2011, o que despertou a nossa situação foi a ITAÚSA. Nós não sabíamos dessa operação, isso aí só agora que explodiu. Nós não tínhamos conhecimento dos valores que



estavam sendo envolvidos, e eu tenho impressão de que já foi posterior à minha saída do Conselho Fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas a pergunta do Deputado Pompeo de Mattos, mais do que os valores, é sobre a articulação política, a formação da Sete Brasil, com Pedro Barusco, que vem de dentro da Sete Brasil, essa ingerência do Ferraz, que é o Presidente da Sete Brasil, que vem lá da PETROBRAS, diz que foi Almir Barbassa que o indicou. A pergunta do Deputado Pompeo de Mattos foi nesse ponto. Você tem conhecimento sobre isso ou não?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Não, não, como Conselheiro Fiscal, naquela ocasião, não tinha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito. Segunda pergunta, Deputado Pompeo de Mattos. Ainda há mais alguma ou encerramos?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Eu vou encerrar, perguntando assim: mas o senhor era do Conselho Fiscal?

O SR. SÉRGIO SALGADO - Certo.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Os senhores não fiscalizavam essa relação da PETROS, esses recursos, esses aportes financeiros? Vocês não faziam uma investigação? Não tinha uma análise? Não tinha, enfim, um exame acurado, porque o Conselho Fiscal é para isso, porque se nem o Conselho Fiscal não fiscaliza, quer dizer, eles fazem o que querem, porque no Conselho Fiscal vai passar ao largo. Eles não tiveram acesso a isso, eles burlaram, não deram essas informações, e vocês não as buscaram. Essa é a preocupação, que me parece que para nós é deveras importante.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Eu posso esticar um pouquinho mais?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não, esticar não dá, não, Dr. Sérgio, é só "sim" ou "não", se tem ou se não tem, já passou.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Não. Então, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Se não tem, não tem o que esticar.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Não, eu tinha que fazer uma ilação sobre isso, então.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não, perfeito, a ilação se tiver dados... São dois depoentes hoje, e V.Sa. teve tempo, já são 12h28min, ou seja, foram 2 horas e meia de palavra. Acredito que tudo com que o senhor podia contribuir, contribuiu bastante, já trouxe.

Agora, para o regular andamento dos trabalhos, permita-me pedir o encerramento desta oitiva para que possamos seguir.

Então, agradeço ao Sr. Sérgio Salgado. V.Sa., se quiser, pode fazer, em 30 segundos, as considerações finais.

O SR. SÉRGIO SALGADO - Eu só tenho a agradecer a todos, tanto Deputados, quanto Deputadas. A nossa meta aqui não é... Eu não estou preocupado especificamente em encontrar nenhum culpado, porque é muito difícil, principalmente em fundo de pensão. A situação é totalmente diferente do que ocorreu na PETROBRAS. O que eu estou preocupado, e eu gostaria que fosse essa a visão de todo participante que vem aqui, é que a gente tem que solucionar, sim, a questão dos fundos de pensão. Eles não podem ficar atrelados à situação política em que acabam ficando em função do partido do momento. A gente tem que resolver a situação provavelmente de tal forma ou até melhor do que foi resolvido pelo pessoal da PREVI.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradeço ao Sr. Raul Rechden pela contribuição. Sem dúvida nenhuma, casos como o da Itaú S/A, em que foram investidos 3 bilhões de reais, da Lupatech, um negócio de 400 milhões de reais que hoje vale 223 mil reais, precisam ser realmente investigados, e essa será a missão da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Agradeço aos dois depoentes, ao tempo em que chamamos para tomar assento à mesa o segundo depoente de hoje, o Sr. Carlos Augusto Borges, Diretor de Participações Societárias e Imobiliárias da Fundação dos Economistas Federais — FUNCEF.

Solicito ao depoente a leitura do seu termo de compromisso.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - *“Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e do que me for perguntado”.*



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Art. 203 do Código de Processo Penal.

O senhor tem o tempo de 20 minutos para sua apresentação pessoal e me parece que tem também uma apresentação que trouxe. Por favor, se tiver cópia para os membros da CPI, a gente agradece; se não tiver, o secretário Saulo irá providenciar.

Pode começar. Solicito apenas que o Deputado Paulo Teixeira assuma a presidência dos trabalhos por um breve momento, enquanto o Sr. Carlos Augusto fala.

Em relação ao seu tempo, Sr. Carlos, o senhor pode se orientar pelo relógio ali à esquerda. Já deve ter notado, que, logicamente, existem aqui muitos membros da FUNCEF que têm participado conosco desde o primeiro momento. São pessoas que buscam respostas sobre o imenso déficit que a FUNCEF e outros fundos têm neste momento. *(Palmas.)*

Com a palavra o Sr. Carlos Augusto Borges.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Sr. Presidente, em primeiro lugar, queria agradecê-lo. Bom dia, Sr. Presidente Efraim Filho! Bom dia, Sr. Relator, Deputado Sergio Souza! Bom dia, Sr. Vice-Presidente, Deputado Paulo Teixeira! Eu queria fazer aqui aos demais Parlamentares...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - Há um pedido para que aumentem o som. As pessoas lá de trás não estão conseguindo ouvir. Então, peço ao operador de som que aumente o som para que as pessoas lá de trás possam ouvir. Eu não sei se V.Sa. poderia utilizar esse microfone aqui.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Então, queria fazer um cumprimento, uma saudação, em nome dos meus três colegas de Caixa, Assis Carvalho, Deputado Federal pelo Estado do Piauí; Deputado Federal José Carlos, com quem eu tive o privilégio de trabalhar no Maranhão; Deputada Erika Kokay, do Distrito Federal, a quem conheço há 30 anos e que me orgulha muito, em nome deles, queria cumprimentar todos os Deputados, o pessoal da imprensa, os colegas aposentados da Caixa, aposentados, aposentadas e pensionistas e os meus colegas de trabalho da FUNCEF. Antes de fazer a apresentação, Sr. Presidente Paulo Teixeira, Sr. Relator, queria me apresentar. Sou empregado da Caixa, tenho



35 anos de Caixa, 2 anos como estagiário. Sou casado, e tenho uma convivência com uma companheira que me ajuda, durante a minha trajetória, há 38 anos. Tenho três filhos, uma neta, sou formado em Economia pela Universidade Federal do Maranhão e entrei na Caixa como estagiário, como já disse. Depois, passei no concurso para escriturário básico, depois, passei em concurso interno para escriturário, assumi funções gerenciais no Maranhão. Depois, vim para Brasília, onde tive o privilégio de ter sido o primeiro e o único nordestino, até agora, a dirigir a Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa e o seu grupo. Também exerci o cargo, na Caixa, de 2003 a 2011, de Vice-Presidente de Transferência de Benefício, de Vice-Presidente de Atendimento e Distribuição, onde tive o privilégio de ser representante da Caixa na FEBRABAN, no processo de regulamentação financeira. Tive o privilégio também de ser Presidente do Comitê de Prevenção Contra Lavagem de Dinheiro. Na FUNCEF, exerci, de 1994 a 1999, o Comitê de Investimento da FUNCEF e exerci o Conselho Deliberativo da FUNCEF. Tive o privilégio de trabalhar, junto com muitos participantes de fundo de pensão, na regulamentação da Lei Complementar 108 e 109, que é o marco para a questão da governança da Fundação. Então, queria deixar, Sr. Presidente, Sr. Relator, essa minha apresentação e gostaria de ficar em pé para fazer minha exposição, por gentileza.

(Segue-se exibição de imagens.)

Queria aqui apresentar para todos a estrutura da Diretoria de Participação Societária Imobiliária, da qual sou gestor, atualmente estou gestor, onde existem duas gerências: a Gerência de Participação Societária e a Gerência de Empreendimentos Imobiliários, e cada gerência tem três coordenações. Uma das coisas que nos orgulha muito é a FUNCEF, o fundo de pensão que mais cresceu em relação ao seu ativo, que saiu, em 2002, de 9,7 bilhões de reais para 55,9 bilhões de reais, tornando-se o terceiro maior fundo de pensão com crescimento de 474%. Aqui, nesse crescimento, está incluída uma dívida que a Caixa tinha com a FUNCEF de anos, desde a década de 90, que foi regularizada em 2003. Aqui temos uma das coisas que mais nos orgulha. A FUNCEF, com todo respeito aos demais fundos de pensão, dentro do sistema, é o que...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - A filmagem da *TV Câmara* requer que você fale do lado de lá.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - E a FUNCEF nos orgulha, dentro do sistema, com respeito aos demais fundos de pensão, porque é o que tem o maior nível de governança. Então, vemos a evolução de governança. Nós tínhamos, em 2003, quatro normativos na FUNCEF, sendo só dois de investimento e dois de benefício, ou seja, quatro. Hoje, nós temos 121 normativos na Fundação, sendo que, desses 121, 64 são normativos de investimento, e estamos aí para entregar, até o final do ano, mais cinco normativos de investimento que estão em desenvolvimento.

Uma das coisas que é bom que as pessoas tomem conhecimento é que o fundo de pensão tem muito mais governança, dentro do sistema, do que o Sistema Financeiro Nacional, principalmente os bancos. Nós temos hoje a entrada de um investimento na Diretoria de Participação. Só entram investimentos na Diretoria de Participação aqueles que têm lastro imobiliário. O que não tem lastro imobiliário entra pela Diretoria de Investimento e depois passa pra Diretoria de Participação pra gestão, porque quem contrata não pode gerenciar. Então, nós temos aí análise de parecer da governança pela Diretoria, parecer de risco pela Diretoria de Planejamento e Controle — e essa Diretoria fica sob a gestão de um dos eleitos —, parecer de conformidade também por essa Diretoria, a DIPEC, e o parecer jurídico. Quando se tem que fazer visita, nós fazemos realização de visita técnica do gestor-administrador. Em alguns casos, a gente contrata empresas especializadas para fazerem *due diligence*. Isso tudo acompanhado com representantes de todas as áreas. Depois vai pra apreciação de um grupo técnico, que é opinativo, formado por todas as áreas da Fundação. Nós temos, depois, a Diretoria Executiva. Aquilo que ultrapassar 1% do nosso recurso garantidor de plano de benefício tem que ir ao Conselho Deliberativo. Então, até chegar à Diretoria Executiva, a média de um prazo de análise são 10 meses. Isso envolve 25 pessoas e, se for ao Conselho Deliberativo, envolve 30 pessoas. Então, isso quer dizer o seguinte: nenhum Diretor, na Fundação, na FUNCEF, tem caneta própria pra aprovar um investimento, se não passar por toda essa cadeia. Então, são técnicos, pessoas do mercado. A FUNCEF, diferentemente da PREVI, a FUNCEF contrata pessoas no mercado. A cada dez empregados da FUNCEF, um é da Caixa e nove são do mercado. Na PREVI é o



contrário. Aqui é o segmento de imóveis, o *shopping center*, em que nós temos 37,3%, edificações locadas pra renda, edificações locadas pra patrocinadora, uso próprio, imóveis em construção, terrenos. Terrenos só 0,15%, inclusive nós não podemos comprar terreno pela legislação. Então, nós estamos em processo de alienação, e direitos de alienação, também. Nós temos aí a rentabilidade acumulada do segmento de imóveis. De 2003, nós tivemos uma meta atuarial de 286,2%. O rendimento da carteira imobiliária foi 663,61%. Então, a carteira imobiliária já foi um grande vilão da FUNCEF. Isso, porque, inclusive dito por aposentados mais antigos do que eu — e eu cito aqui o Mansur, do Rio Grande do Sul —, quando a FUNCEF recebeu a Caixa em dívida, uma carteira imobiliária da Caixa veio supervalorizada, isso depois, quando foi ao mercado, em valor econômico deu um prejuízo muito grande. Por isso, hoje, a Caixa não pode, porque há conflito de interesse, fazer análise de imóveis da Caixa. Então, é preciso contratar no mercado de imóveis da Fundação. Essa legislação foi... Isso aqui é interessante também, porque se discute muito o déficit. Realmente, eu, na minha carreira profissional, tive sucesso até então. E, pra mim, foi o maior desafio ir pra Fundação, e não me deixa satisfeito ter que administrar um déficit atuarial desse. Então, a rentabilidade segmentada da carteira de investimento da FUNCEF, de 2011 a 2014, foi apenas a renda variável, e a renda variável aí impacta na questão da Vale, e a Ibovespa foi negativa. Todos os demais estão acima da meta atuarial, e isso tem um impacto. Por que tem um impacto muito grande? Porque dos 5,5 bilhões de déficit atuarial que deu, em 2014, 70% foram da Vale, 3 bilhões e 700; 25%, 25% foram as ações judiciais que nós temos que provisionar, 1 bilhão e 400; e 5% foram a renda variável Bolsa. E é o seguinte: a Bolsa, nesse período, teve uma rentabilidade negativa de 11,89%. Vejam: 11,89%. A Bolsa, a renda variável na FUNCEF foi de 5,25%. Então, se não houvesse prudência, nós teríamos o dobro de valor negativo da nossa Bolsa. A Bolsa deu 11,89%, da FUNCEF, a carteira de Bolsa de ações deu 5,25%. Isso está no balanço da FUNCEF. Dentro do sistema, em renda variável, foi valor menor, negativamente, porque todo o sistema deu negativo, mas o que deu menor foi a FUNCEF. Aí também mais uma vez é para desmistificar que a carteira imobiliária da FUNCEF é um mico. Nós hoje estamos, em participação da carteira imobiliária, com 9,63% em relação ao ativo. Nós estamos desenquadrados, porque o limite é 8%. E nós



estamos desenquadrados não ativamente, nós estamos desenquadrados passivamente. O que quer dizer isso? Que estamos desenquadrados pela valorização da carteira, valorização que a gente faz todo ano — e é obrigado fazer — e a gente contrata mais de 30 empresas do mercado para fazerem essa valorização. A carteira imobiliária representa hoje, do pagamento dos beneficiários, 17,84%. A nossa carteira imobiliária repassa, por ano, em torno de 1 bilhão. O repasse que se tem do total é em torno de 336 milhões de reais. Então, a carteira imobiliária hoje é muito rentável. Só para registrar que, pela Comissão Nacional de Investimentos da ABRAPP, esse é o maior percentual de contribuição da carteira imobiliária no sistema, que contribui com o pagamento dos benefícios dos participantes. Aqui nós temos os *shoppings*. Temos 16 *shoppings centers* com participação. Temos apenas um *shopping* com participação de 100%, que é um *shopping* aqui em Brasília. Temos no Rio Grande do Sul, em Goiás, em São Paulo e no Amazonas. E a rentabilidade do *shopping center*, no período, foi de 1.280,44% contra um atuarial de 286%. Isso representa 4.2 vezes a meta atuarial nesse período de 2003 a 2014 — 1.208% contra um atuarial de 286%. Hotéis: nós temos sete hotéis, inauguramos um agora em agosto, na Barra, que é o Novo Hotel. Nós temos 80%. Em três hotéis, nós temos 100%. O hotel deu 348,33% contra um atuarial de 286,2%. Nós temos a rentabilidade de renda também, com um resultado... São os edifícios corporativos que temos alugados para salas. Enfim, 953,71% de rentabilidade contra um atuarial de 286%. Por isso, a carteira imobiliária responde por 17,89. Aqui nós temos uma participação societária, que nós chamamos de Participações Diretas em Empresas: 14 ativos e 14 investidas, 4,8%. Ali está a INVEPAR, Fundos de Investimento em Participações, Fundos Mútuos de Investimentos em Empresas Emergentes, Fundos de Investimentos Imobiliários, Fundos de Investimentos em Ações. Total: 16 bilhões de reais. De todos os fundos que a gente tem, vocês vão ver que apenas um a gente desinvestiu até agora, porque ainda está no processo de maturação. Aqui a Vale. Nós entramos na Vale em 1997, 251 milhões foram aportados. Corrigindo esses 251 milhões aportados em 1997, pela meta atuarial de 12.8, nós temos um valor de 2.270. Os dividendos que foram recebidos, de 1998 a 2015, de 758, corrigidos pela meta atuarial: 1.539. Então, só os dividendos corrigidos, passados, são maiores do que os aportes que



foram feitos na Vale. E hoje representa 10% da carteira de todo o ativo da Fundação. Quando foi adquirido, o ativo da Fundação era 6 bilhões, 258. Representava em torno de 4% esses 251. Aqui a gente tem uma ideia. Em 2002, ela representava 761 milhões, 9 bilhões e 66, hoje teve uma queda de 5. Eu quero dizer aqui, Sr. Presidente, Sr. Relator, eu era do Comitê de Investimento de 1994 a 1999. Em 1997, eu votei contra, eu tenho o meu voto registrado contra a gente passar a participar da privatização. Por que eu votei contra? Não por questão ideológica, eu votei contra por duas coisas, e está registrado em ata: não se sabia qual era o valor que a FUNCEF ia aportar e quais eram as condições que estavam colocadas lá. Isso está registrado em ata, a Ata 090, se não me falha a memória, de 1997. Por quê? Depois eu vim saber, quando fui para a FUNCEF, que o acordo de acionista ia valer por 20 anos. Imagina se eu pudesse realizar lucro aqui? Então, o que era isso? Nenhum fundo de pensão podia realizar lucro, porque quem sustentava isso eram os fundos de pensão e o BNDES. Imagina se a gente realiza lucro de 2 em 2 anos? Então, nós estamos presos até 2017. Em 2017, vamos avaliar como está o ativo Vale. Aqui é o preço do minério de ferro. Em dezembro de 2012 era 12.68 a tonelada de ferro; em 2011, 187; e aqui, dezembro, é de 68.8. Hoje, está variando entre 48 e 52. Lógico que isso aí tem o efeito China, 70% da produção vai para a China. Aqui é a INVEPAR. Na realidade, a INVEPAR foi criada em 1998 para administrar a LAMSA, que é a Linha Amarela, que era da OAS, aí a PREVI entrou. Em 2000, entrou a Concessionária Litoral Norte. Nós entramos — PETROS e PREVI — em 2009. E a INVEPAR hoje se constitui de 14 ativos, sendo os dois maiores ativos Guarulhos, que é tão colocado, e, às vezes, eu vejo na imprensa, eu que conheço muito. A INVEPAR, no ano passado, obteve uma receita de 3 bilhões de reais, Guarulhos representou 56% dessa receita. Nós compramos por 16 e 200. O Rio de Janeiro saiu por 19 e 200 e é um terço de Guarulhos. Aí nós temos o Parque Rímac, que fica no Peru, que nós compramos por 467 milhões de dólares, está registrado no balanço por 1 bilhão, 183 milhões de dólares. O mercado avalia hoje entre 1 bilhão e 1 bilhão e 800 milhões de dólares, são 25 quilômetros de rodovia que atravessam Lima toda — e quem conhece Lima sabe —, saindo no Calhau. Aqui é o valor: em 2009, quanto nós aportamos? Era para aportarmos 1 bilhão, 210 milhões; aportamos 1 bilhão, 209 milhões. Esse valor de aporte da FUNCEF



representa hoje 2 bilhões, 797 milhões, valor econômico que tem que ser avaliado por empresas de mercado. A INVEPAR valia, em 2009, 1 bilhão, 539 milhões, hoje está registrada por 11 bilhões, 188 milhões. E hoje a INVEPAR é a maior empresa de mobilidade urbana do País, uma das maiores da América Latina. O que é atrativo na INVEPAR? Isto aqui: a INVEPAR tem 24 anos de prazo médio de concessão. O sistema, a média são 14 anos, então, nós estamos 10 anos à frente para realizar rentabilidade. A INVEPAR vai começar a pagar dividendos a partir de 2000, porque, em 2020, 2021 são estruturas de longo prazo. Estou concluindo, Sr. Presidente. Aqui é a Sete Brasil. A Sete Brasil é composta da PETROS, FUNCEF, FI-FGTS, BTG Pactual. O BTG Pactual entrou com 13%, depois passou para 30%. E, no processo da entrada da FI-FGTS, da LUCE e da EIG, que é um fundo norte-americano, foram diluídos. Nós tínhamos 19%, ficamos com 17,65 e o BTG ficou com 27,65%. E o FI-FGTS, que foi aprovado, que entrou, para explicar, Sr. Presidente, o FI-FGTS hoje tem uma governança que talvez seja maior do que o sistema. A composição do Comitê de Investimento é: representante dos empregadores, representante dos trabalhadores, Caixa Econômica Federal, Ministério da Fazenda, Ministério das Cidades, enfim. E o FI-FGTS é fiscalizado por TCU, CGU, CVM, Banco Central, Caixa Econômica Auditoria Independente e Auditoria Interna. Então, para eles entrarem, tiveram de passar por todo esse crivo. É conhecido, mas nós listamos aqui quais são os efeitos que ocasionaram esse problema que nós estamos tentando administrar em relação à Sete Brasil, as externalidades negativas vindas pelo setor de óleo e gás.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O seu tempo já encerrou. A Mesa terá tolerância, mas peço que caminhe para a conclusão.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Estão faltando três telas, Sr. Presidente, por gentileza. E aí é o plano de reestruturação. Aí é a Statkraft. Nós tínhamos uma parceria com a Desenvix. Depois a Statkraft, que antes era SN Power, que é a maior empresa de energia renovável da Noruega e é uma das maiores da Europa, eles compraram 40% da Desenvix, 6% nosso, depois eles compraram os 40%. Então, hoje a composição societária é de 81,31% da Statkraft e 18,9%. Então, eles estão querendo investir energia no Brasil e se associaram à FUNCEF. Inclusive foi rodado o direito de preferência, porque tinha que rodar, se a



FUNCEF ia exercer o direito de preferência para comprar os 40%. Nós achamos por bem não exercer e esperar o plano de negócios para vermos como fica lá na frente. Aqui são os projetos que se têm, a potência instalada hoje são 794.6 megawatts, da Statkraft, logicamente da FUNCEF, 316.1. E aí nós temos onde estão instaladas: Rio Grande do Sul, Bahia, Sergipe, Santa Catarina, Rio de Janeiro. Aqui, por último, esse aqui foi o único que a gente fez o de desinvestimento agora, é um fundo educacional. Esse fundo aqui é do Abril Educacional, HSM, Anima, Affero. Então, nós entramos. Esse fundo foi constituído com 294 milhões de reais. A FUNCEF entrou com participação de 55%, 55 milhões, e isso representa 17%. O *benchmark* dele era IPCA mais 8,5%, e foi realizada uma TIR, a TIR realizada: 25.8% nominal, 9.9% acima da meta atuarial. Então, o valor de retorno foi de duas vezes para a FUNCEF com relação ao que ela investiu, e nós temos outros que estão no processo de desinvestimento. Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, era isso que nós tínhamos a apresentar, e eu queria me colocar à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários. Muito obrigado pela paciência de vocês.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sr. Presidente, pela ordem. Eu vou ter que me ausentar para uma reunião que eu não posso... Eu gostaria que V.Exa. invertesse a ordem e me colocasse, como Sub-Relator, depois dos inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Se o Relator permitir.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quer fazer agora, Marcus?

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Não, não, posteriormente. Eu retorno, é após.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ah, sim, após.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Sr. Presidente, quero apenas dizer que soube pela imprensa que o Deputado Marcus Pestana é um dos possíveis futuros líderes do Partido da Social Democracia Brasileira. Então, vi com muito ânimo a notícia no jornal. Desejo sucesso a V.Exa.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Não espalha muito, não, senão eu perco voto na bancada.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Se quiser, eu posso fazer um panfleto de apoio a V.Exa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Deputado Marcus Pestana, pode dizer que, segundo a imprensa, também pode fazer um panfleto de apoio ao Paulo Teixeira, futuro Ministro da Justiça.

Com a palavra o Relator, o Deputado Sergio Souza.

Obrigado pela sua participação.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sr. Presidente, senhoras e senhores, Sr. Carlos Borges, você entrou na FUNCEF em que ano?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Eu entrei na FUNCEF em maio de 2011.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Em maio de 2011. E já como Diretor de Participações?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Sim, Diretor de Participações.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Nós fizemos aqui um apanhado de situações que têm sido noticiadas e que esta Comissão tem investigado nos últimos tempos. Há algumas questões que merecem esclarecimento.

Pelo que eu ouvi na sua exposição, Sr. Carlos Augusto, o senhor detém um profundo conhecimento das questões da FUNCEF e trouxe aqui uma belíssima apresentação — inclusive, faço o registro de que ela foi melhor do que a do Sr. Caser —, com detalhes de investimentos estruturados da FUNCEF e com números. Isso é muito bom. Lógico que de 60 dias para cá, desde quando estive aqui o Presidente da FUNCEF, muita coisa já aconteceu nesta CPI.

Começando, eu gostaria de tentar entender a ida do Sr. Youssef à FUNCEF. Segundo nota divulgada pela própria FUNCEF, o Sr. Youssef teria ido falar com V.Sa. Isso é fato?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - É fato.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Foi na FUNCEF ou em algum outro local?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Foi na FUNCEF, na minha sala.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - A sua sala fica em que andar?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - No 11º andar.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Nós tivemos acesso aos registros de entradas de todos, nos últimos anos, e não consta o registro da entrada do Sr.



Youssef na FUNCEF. Ele entrou por alguma garagem? O senhor sabe nos dizer como foi isso?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Sr. Relator, eu não sei lhe dizer por onde ele entrou. Se ele entrou pela garagem, eu não sei, mas sei que ele entrou no 11º andar. Eu o recebi, e, conforme a própria declaração dele, o Youssef levou um projeto, que eu o recebi, juntamente com o técnico. Nós lhe dissemos que estava fora da política de investimento da Fundação e que não havia aderência. Foi isso. Queria complementar a V.Exa. que eu nunca havia visto o Sr. Youssef na minha vida.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E o ex-Deputado André Vargas, o senhor o conhecia?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Eu conheço o Deputado André Vargas desde quando eu era Vice-Presidente da Caixa e de Relações Institucionais. Eu e o Deputado André Vargas não tínhamos um relacionamento próximo, mas, sim, institucional, enquanto Parlamentar.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Certo. É fato, inclusive já reconhecido pela Justiça, que o Deputado André Vargas foi quem pediu para que V.Sa. recebesse o Sr. Youssef. É verdade isso?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Isso é verdade. O ex-Deputado André Vargas, ex-Vice-Presidente da Câmara, ex-Vice-Presidente do Congresso, ligou e pediu que eu recebesse o Sr. Alberto Youssef, pessoa que eu não conhecia. Eu o recebi — exatamente aquilo que o Sr. Alberto Youssef colocou, a nota que eu coloquei —, mas nós não demos consequência ao pedido dele. A gente também recebe muitas pessoas na FUNCEF a pedido de colegas da Caixa, colegas da Caixa aposentados.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - V.Sa. atendeu o Sr. Alberto Youssef sozinho ou havia mais alguém com o senhor?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Eu atendi o Sr. Alberto Youssef, se eu não estou enganado, junto com o técnico da Fundação. Lá, nós temos a orientação de receber sempre acompanhados.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Ele foi sozinho?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Ele estava sozinho.



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O Deputado André Vargas encaminhou outras pessoas ao senhor ou foi tão somente o Sr. Youssef?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Não. Ele não encaminhou outros.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Não encaminhou mais ninguém.

O senhor foi indicado por quem para compor a Diretoria da FUNCEF?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Sr. Relator, Deputado Sergio Souza, eu fui Vice-Presidente da Caixa durante 8 anos, trabalhei...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Mas quem o indicou?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Quem me indicou foi o Presidente da Caixa, Jorge Hereda. Nós trabalhamos juntos no Conselho Diretor da Caixa, ele, como Vice-Presidente de Habitação, e eu, Vice-Presidente de Atendimento e Distribuição.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor recebia constantemente políticos na sua Diretoria?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Deputado, eu recebia alguns Parlamentares, mas não me lembro quantos recebi. Mas, sempre que eu recebia Parlamentares, recebia acompanhado. Dos Parlamentares que nós recebemos, nenhuma proposta ou o que for se viabilizou. Por quê? Dentro da Fundação existe um nível de governança que eu apresentei, o que nós dá segurança, garantia, para preservarmos os direitos da Fundação.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Certo. Nós tivemos acesso às entradas e vimos que vários políticos estiveram na FUNCEF por várias vezes. Também foi veiculado pela *Folha de S.Paulo*, *Folha Uol*, em 2011, que V.Sa. teria sido indicado pelo então Deputado Ricardo Berzoini.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Não.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - É uma notícia, que está aqui sobre a minha mesa, da *Folha Uol*, do dia 17 de maio de 2011. Por isso, eu lhe fiz essa pergunta.

Os relatórios da PREVI, Sr. Carlos Borges, apontam fatos graves que, em tese, podem configurar gestão temerária ou até mesmo fraudulenta dentro da FUNCEF. Por exemplo, o que o senhor pode nos dizer sobre o FIP Multiner?



O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Deputado, eu, quando cheguei, esse FIP já estava na... Acho que ele foi constituído na FUNCEF em 2009, 2010.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Isso.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Quando eu cheguei, em maio de 2011, participei de grupos junto com a minha equipe e com a equipe dos demais acionistas, na busca de uma alternativa para encontrarmos um parceiro e darmos continuidade aos projetos do FIP Multiner, ocasião em que buscamos o Bolognesi, um grupo forte do Rio Grande do Sul, e estamos dando continuidade aos projetos de energia do FIP Multiner. Eu não posso falar muito sobre a constituição do FIP Multiner. Só posso falar do esforço que a nossa equipe, junto com a equipe da FUNCEF, está fazendo para dar continuidade aos projetos.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Qual foi o prejuízo já provisionado do FIP Multiner?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Nós ainda não temos como provisionar esse prejuízo, porque ele é um fundo de investimento de longo prazo e também existem vários projetos de energia. Inclusive, tivemos reuniões com a ANEEL, para que realmente possamos chegar e concluir o fundo e dar a rentabilidade necessária. Isso ainda não está contabilizado.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Certo.

A informação que nós temos é a de que os investimentos foram feitos entre 2009 e 2012. Em 2012, V.Sa. já estava à frente da Diretoria. Durante a sua gestão também foram feitos investimentos no Fundo Multiner, o FIP Multiner?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Todos os acionistas do FIP Multiner, inclusive para a entrada do Bolognesi, tiveram que fazer uma adequação aos projetos assim como aportes. O Bolognesi, que estava entrando, ficou de colocar entre projetos que ele já tinha na área de energia e recursos em torno de 300 milhões de reais.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Mas, naquele momento, já estava bem claro que esse FIP tinha diversos problemas. Inclusive, a ANEEL já havia suspenso várias licenças de operação do Multiner. Por que a FUNCEF, mesmo assim, continuou investindo em algo que aparentava um prejuízo certo?



O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Sr. Relator, a avaliação que a gente fez e que faz, inclusive, com assessoramento técnico e o assessoramento das duas equipes, a equipe da Diretoria de Investimento, com a entrada de um novo investidor do porte da Bolognesi, é a de que podemos dar consequência aos projetos do Multiner, principalmente na questão de energia, e, com todos esses esforços, buscar o resultado da sua origem.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sr. Carlos Borges, quem é Humberto Gault?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Humberto Gault é o Gerente de Participações da DIPAR. Humberto Gault é...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - DIPAR? O que é DIPAR?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - É a Diretoria de Participações, da qual eu sou o diretor.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Certo. O senhor é chefe dele?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Sou o chefe dele.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Qual é a atividade anterior do Sr. Humberto Gault?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Humberto Gault foi economista do DIEESE por muito tempo, é formado em Economia; foi economista da PETROBRAS, concursado; foi economista, trabalhou na PETROS. Fazia um tempo que eu não via o Sr. Humberto Gault, acho que havia uns 15 anos que eu não o via, mais ou menos. Depois foi para o mercado, eu o encontrei e o convidei...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Foi o senhor que o convidou?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Eu o convidei, pela sua formação, sua capacidade técnica, que ele, que ele, que ele provava, e do que eu já conhecia inclusive dos trabalhos que ele desenvolveu no DIEESE e também como ex-empregado da PETROBRAS, economista da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Qual era a empresa gestora do Multiner FIP?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Tinha a Vitória Asset.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Vitória Asset. Quem era o diretor dessa empresa?



O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Olha, eu confesso que não sabia quem era diretor da empresa Asset, porque de qualquer forma...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Era o Sr. Humberto, que o senhor contratou. (*Palmas.*) Ele era o diretor da Vitória Asset, que era gestora do Multiner FIP, que tinha todo esse risco nos investimentos.

Eu queria que o senhor nos explicasse um pouco isto: por exemplo, o diretor de uma empresa gestora de um FIP da qual a FUNCEF é participante significativo passa a ser um dos diretores, um dos gerentes da FUNCEF. Como isso se deu?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Olha, Deputado, primeiro, eu não sabia que Humberto era diretor quando eu o convidei. Depois...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Vocês não perguntam na hora de contratar? Não há uma proibição inclusive?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Nós contratamos... A contratação nossa, a contratação nossa, inclusive da FUNCEF, tem um rito que é muito importante. Ela tem um rito em que ela passa por, ela passa por outra diretoria que faz avaliação psicológica, faz avaliação de perfil profissional, faz avaliação de currículo, que é a Diretoria de Administração, e depois passa um relatório dando as condições do seguinte: a pessoa está apta para assumir o cargo. E o Sr. Humberto, o Sr. Humberto Grault, independentemente de ele ser Gerente da Diretoria de Participações, ele, a autonomia dele para influenciar em qualquer projeto é mínima, mínima, mínima, ou pode se dizer nenhuma, porque nós temos uma equipe técnica, nós temos um processo de governança que não dá essa possibilidade de nenhum diretor, nenhum gerente ter influência de...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Falando nisso, o senhor disse que somente 1% pode ser decidido sem participação do Conselho. Como é isso mesmo?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Não, é o seguinte: nós temos uma regra que, é uma regra que, que nós estabelecemos na FUNCEF...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - "Nós" é a diretoria?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - A diretoria, porque pode ser até 10%, mas nós a diretoria estabelecemos que só pode, a diretoria só pode aprovar investimentos de até 1% do valor do ativo. Acima de 1%...



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Certo, os demais têm que ir para o conselho. Quantos diretores compõem a diretoria?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - A diretoria são seis membros.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Seis membros. Quer dizer o seguinte: com o voto de quatro pode aplicar o investimento sem ouvir o conselho?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Pode sim.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quanto é 1% do patrimônio da FUNCEF?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Hoje está em torno de 569 milhões.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Então, é um valor muito considerável. Quer dizer que até 570 milhões não precisa ouvir o conselho?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Até 570 milhões tem que passar pela diretoria.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Vamos imaginar esses 56 bilhões de patrimônio da FUNCEF. A maioria dos investimentos — eles estão ali estruturados em imobiliárias, em ações — foi feita diretamente pela diretoria ou passou pelo conselho?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Olha, a minha diretoria, Deputado, só pode...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Não, eu falei no geral, não só sua diretoria, é claro. O senhor vai lá e vota.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Eu vou lá e voto. Então, toda, até 1%, vai para a diretoria, só que antes de passar, de ir para a diretoria, tem que seguir todo o rito...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Não, eu sei. O senhor já explicou isso. Eu quero saber o seguinte: a maior parte dos 56 bilhões de patrimônio da FUNCEF foi feita por autorização direta da diretoria ou passou pelo conselho?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - A grande maioria, que são investimentos menores que a gente — menores, assim, abaixo desse 1%, que vem, inclusive da Diretoria de Investimentos, como debêntures, principalmente debêntures, ou fundo de investimentos, porque a gente só pode entrar em fundo de



investimento de participação até 25% —, ela está abaixo desse limite e vai para a Diretoria Executiva.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Vamos em frente. Com relação às ações da Vale, eu vi o gráfico que V.Sa. nos apresentou. Ele mostra que em 2002 ela valia...

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - 761 milhões em valor econômico.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Não, mas ela valia, em valor real...

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Sete, meia, um.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sete, meia, um. Cadê o gráfico? *(Pausa.)* Está aqui. Isso. Ela valia 761 em 2002, aí ela foi a 9,66 em...

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Nove bilhões.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Nove bilhões. E aí caiu para 5 bilhões. Então, na verdade, as ações da Vale são responsáveis pelo crescimento, nesse período, do patrimônio da FUNCEF.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Correto.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Porque saiu de 761 milhões e foi a 9 bilhões, ou seja, subiu mais 1.200%. E quando caiu, caiu sim consideravelmente, mas caiu para 600%, mais ou menos.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Isso.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Ainda é responsável por esse aumento que começou...

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Por 10%.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Como V.Sa. colocou lá no começo, em 2002, as ações da FUNCEF, em 2003, tinham um patrimônio... Qual era o patrimônio mesmo em 2002?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Foi 9,7? Então, quer dizer que as ações da Vale são responsáveis pela maior parte do crescimento do patrimônio da FUNCEF, certo?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Não necessariamente, Deputado, porque as ações da Vale, se você fizer, elas tiveram um crescimento de 8 bi. Aí você



tem que encontrar também uma dívida que a Caixa não pagava desde 90, e que foi renegociada.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Certo. Não, não. Mas só com relação à Vale. Nós vamos chegar à questão da dívida da Caixa, daqui a pouco.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Tá.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E chega ao conhecimento dessa...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - É, ela valia 761 milhões e hoje vale 5 bilhões e alguma coisa. Então...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sim, claro. Mas ajudou. Saiu de 761 milhões e hoje vale 5 bilhões. É lógico que nem é tudo isso...

Mas, com relação às ações da Vale, o que chega ao conhecimento desta CPI e que nós precisamos entender é que, de acordo com o Relatório de Fiscalização nº 10, de 2012, da PREVIC, a FUNCEF, a partir de 2009, alterou o critério de precificação da Litel, ou seja, das ações da Vale adquiridas no âmbito da privatização, passando a adotar a metodologia de fluxo de caixa descontado, ao invés do valor de mercado das ações. O que quer dizer isso? Quer dizer que a FUNCEF conseguiu inflar, quando mudou essa precificação das ações, em 127%, entre 2009 e 2012, o valor das ações. *(Palmas.)* Isso está no acordo da PREVIC. Uma ação de R\$39,45 passou, pela precificação feita pela FUNCEF, a valer R\$82,00. Isso voltou, lá na sequência, ao preço real. Eu pergunto a V.Exa.: isso foi feito para que não houvesse o terceiro ano consecutivo de déficit, e para inflar um superávit? Ou seja, como disse aqui já algumas vezes o Presidente Efraim: não foi uma pedalada que a FUNCEF fez?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Deputado, deixa eu... 2009, 2010... Eu vou lhe explicar. Eu vou me ater à questão de 2011, quando eu cheguei à fundação. A FUNCEF, a participação da FUNCEF na Vale...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Em 2013 foi feito o reajuste voltando à precificação real, não é?



O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - A precificação da Vale, ela não é precificação de valor de bolsa. A participação da FUNCEF e da PETROS na Vale é através de um veículo chamado Litel.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Isso.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - A Litel não é listada em bolsa. Então nós temos que fazer a análise por valor econômico. A gente contrata empresas do mercado, empresas como Deloitte, Backer Tilly — que foi a que fez —, o BNP Paribas, que é um banco francês considerado. A PREVI contrata a Votorantim. Então, nós fazemos por valor econômico. Com o valor econômico, a gente tem aquilo que a gente chama prêmio de controle, no valor econômico, que a gente pode contabilizar até 20%, 25% do prêmio de controle. Em 2002, quando entrou a Mitsui... A Mitsui entrou na Vale comprando as ações da PREVI. Ela pagou o valor de prêmio de controle da parte da PREVI que não está em bolsa de 64%. Então, isso, Deputado. Nós respondemos isso para a PREVIC, inclusive dizendo que esse tipo de contabilização ou de estrutura contábil é prevista pela CVM. Nós não podemos precificá-la. Inclusive, nós contratamos a Kru, que é a maior empresa — é uma empresa holandesa, não é? —, que é a maior empresa de avaliação do minério de ferro, desse tipo de ativo, que a Vale usa para fazer sua avaliação. Então, essa é uma diferença, e nós estamos respondendo à PREVIC. Nós não estamos infringindo nenhuma regra que não esteja enquadrada dentro da CVM.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Mas por que em 2013 voltou a precificação anterior a 2009?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Porque em 2003, nós, quando fizemos em...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Dois mil e treze.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Sim, mas, quando foi feito, em 2011 para 2012, que eu estou lhe falando, nós dissemos o seguinte: nós vamos fazer agora, nós temos que fazer um equacionamento de Vale, tendo em vista o preço do minério. Se você lembrar — até porque, para a gente não correr esse risco — em 2011 o preço do minério era de 187 dólares...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Certo.



O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Eram 187 dólares! Então, foi feito um valor de preço de minério. Em 2011, Deputado, a Vale deu o maior lucro de uma empresa no mundo: deu um lucro de 24 bilhões de dólares — pode pegar nos balanços. Vinte e quatro bilhões de dólares! Então, não fizemos nada que infringisse as regras, principalmente da CVM, até porque nós respondemos como gestores e pessoalmente.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - É, mas aí houve esse relatório de fiscalização da PREVIC. Em 2012, V.Sa. já estava lá. Por que no relatório a PREVIC coloca isso de forma como se fosse artifício contábil utilizado pela FUNCEF?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Ela colocou como artifício contábil. Nós respondemos, porque a PREVIC, ela faz, ela faz avaliação, ela faz as suas notificações, e nós fazemos as nossas, a nossa defesa. Então, tem o nosso relatório também, colocando o nosso posicionamento em relação à PREVIC. Fizemos várias reuniões, nós a PETROS e a PREVI. A PREVI tem uma situação diferenciada, porque ela tem bolsa. Inclusive a PREVI está mais agravada em relação à coisa. porque ela tem ações em bolsa. Nós não temos ações em bolsa.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Para encerrar este tema, Sr. Carlos, vocês fizeram algum procedimento interno para investigar se houve, de fato, um artifício contábil, uma pedalada, uma ação, simplesmente para fechar com superávit ou com déficit não tão grande?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Deputado, nós fazemos, nós temos auditorias...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Eu entendi que vocês têm auditorias. Eu estou dizendo internamente.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Nós temos auditoria interna da... Nós temos auditoria interna, nós temos a auditoria da Caixa.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E a auditoria investigou isso?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Eu, particularmente — eu, particularmente —, vejo com uma certa ressalva, mas é assim que funciona. As nossas reuniões, que são gravadas, são acompanhadas e assessoradas pela auditoria da Caixa — pela auditoria da Caixa — e pela gerência jurídica. Então... E contratamos auditoria externa. E quem fez a auditoria externa nossa, se não me



falha a memória, à época, foi a KPMG. Então, nós estamos embasados. As nossas contas foram aprovadas de 2013 a 2014, todas sem nenhuma ressalva, e passando pelo Conselho Deliberativo e pelo Conselho Fiscal.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Obrigado. Com relação ainda ao Relatório de Fiscalização nº 10, da PREVIC, o que o senhor pode nos falar sobre o crescimento real do valor dos benefícios do plano REG/REPLAN não saldado?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Como assim?

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Vamos lá. O relatório, segundo informações que chegam a esta CPI, subestimou o crescimento real do valor dos benefícios do plano REG/REPLAN não saldado. A premissa utilizada pela FUNCEF foi o crescimento de 1% ao ano, enquanto o crescimento real observado entre 2004 e 2009 foi de 4,9% ao ano. Apesar de uma diferença tão grande, a FUNCEF considerou essa premissa diferente. Isso fez com que o investimento da fundação, com que o passivo do plano ficasse subestimado.

A PREVIC afirma que no relatório de 2012, quando V.Sa. estava na diretoria, para cada bilhão de reservas, a premissa fixada, ao final de 6 anos, redundou numa insuficiência equivalente a 270 milhões de reais, ou seja, 27%.

Diante disso, a pergunta a V.Sa. é: a FUNCEF fez também aí uma pedalada, mostrando investimento, o retorno de 1% enquanto o custo era 4,9%?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Sr. Relator, Deputado, é o seguinte: para eu ter a segurança de responder, eu precisaria ter uma informação da nossa área de atuários, que fica com a Diretoria de Benefícios. Eu me comprometo aqui, junto à Diretoria de Benefícios, atuário, a trazer essa informação aqui para a CPI

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Está certo.

Uma última questão, Sr. Presidente. Em 2009 a FUNCEF lançou uma série de investimentos em fundos, FIPs. Naquele momento, a FUNCEF poderia investir também em ações, em bolsas de valores, em S.A. fechadas, e assim por diante. A Resolução nº 3.792, de 2009, do Conselho Monetário Internacional, disciplina a aplicação desses recursos todos. A notícia que nos chegou é que a FUNCEF começou já em 2002 a investir — e a Resolução somente permite a partir de 2013 — em empresas de capital fechado. O que pode nos dizer sobre isso?



O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Deputado, o que eu posso lhe dizer, tanto de 2002 quanto de 2009, como eu não estava na FUNCEF... Então, eu vou responder a partir de 2011. Porque a gente faz um plano de investimento, esse plano de investimento a gente faz sempre no período de 5 em 5 anos e a cada ano a gente avalia o plano de investimento para saber como está a economia e todas as estruturas, tanto econômicas quanto de investimento. A gente avalia. Então, os nossos planos de investimento, inclusive de 2014 para 2015, foram aprovados por unanimidade na diretoria e no Conselho Deliberativo. E agora, por exemplo, nós estamos numa conjuntura que nos favorece ir mais para a questão dos títulos públicos. Então, nós temos que fazer um deslocamento. Por exemplo, numa época, em 2009, eu não estava, mas estava na Caixa e sei o crescimento que o sistema teve em investimento em empresas com operações de crédito. Então, a infraestrutura, e ela era estruturada através de fundo de investimento, era um grande investimento àquela época.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Certo.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Então, eu pressuponho que os colegas que estavam lá fizeram essa análise.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Certo. Então, vamos para o encerramento numa questão que diz respeito diretamente a sua diretoria e acredito que dentro do seu mandato. Estou lendo ali: Carlos Augusto Borges, Diretor de Participações Societárias e Imobiliárias.

V.Sa. disse a esta Comissão que um dos principais furos que teve foi nos recebíveis da Caixa Econômica, quando, no acordo, entrou a parte imobiliária. A Caixa Econômica avaliou os imóveis, entregou à FUNCEF pelo preço avaliado, e na hora da venda desses imóveis houve uma diferença muito grande dentro do preço avaliado e foi ali um grande prejuízo à FUNCEF.

No entanto, nós vimos também, durante a explanação de V.Sa., que boa parte da receita da FUNCEF advém dos investimentos imobiliários, das rendas de locações, em torno de 14%, 15%, se eu não me engano é isso.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - São 17,79.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Dezessete. Perfeito.



O que nós percebemos aqui durante as investigações é que alguns diretores da FUNCEF, alguns funcionários da FUNCEF, deixaram a FUNCEF e criaram um grupo chamado Grupo PAR, que passou a administrar esses imóveis. Eu gostaria de ouvir, já que isso está dentro da competência da diretoria de V.Sa., como isso se deu. Quanto custa, quanto a FUNCEF paga por mês para esse Grupo PAR? É feito algum tipo de licitação para escolher? Como é feita a escolha? Poderia nos dizer? Essa é uma pergunta que há muito esta Comissão está procurando a pessoa certa para fazer, e eu acho que V.Sa. é a pessoa certa para responder.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Eu queria agradecer a V.Exa. pela pergunta. Primeiro, só para esclarecer, quando eu falei dos imóveis, eu falei da década de 90. Você lembra que na década de 90 a questão da carteira que veio para quitar uma parte da dívida... Porque, inclusive, na década...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sim, mas isso fez com que a FUNCEF virasse dona de um grande patrimônio.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - É. Virou. Tanto é que, se você perceber, de 2003 até 2015 não tem uma ação no Ministério Público; de 1994 a 2002 são 26 ações. Essas ações todas estão calcadas, a grande maioria, na área imobiliária. Realmente, as pessoas mais experientes aqui sabem que isso... O Deputado José Carlos, que foi Superintendente da Diretoria de Desenvolvimento Urbano, é um especialista nessa questão. Então, houve essa coisa, por quê? Porque a Caixa avaliava os imóveis e passava para a FUNCEF. Então, quem avalia... O devedor não pode avaliar o seu e passar e tal. Então, esse foi um grande problema herdado. Esse é um problema. Hoje, é proibido por lei, é proibido por regulamentação a Caixa fazer avaliação porque tem conflitos de interesse. Segundo, sobre o Grupo PAR, vou responder a sua pergunta sobre o Grupo PAR. Primeiro, o Grupo PAR não tem relação com a FUNCEF. O Grupo PAR, o Grupo Par...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Mas os Diretores, os proprietários do Grupo PAR não tinham? Nunca tiveram?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - *(Ininteligível)* questiona direitinho isso.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - É bom explicar, é uma oportunidade.



O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Eu vou explicar. O Grupo PAR... Por exemplo, a FUNCEF tem seus prédios, seus edifícios, que têm condomínios. Então, tem os condomínios, e os condomínios contratam empresas. Através de seus processos, eles contratam empresas para administrar. Por exemplo, do que eu peguei de informação, eu não estava, eu não estava na FUNCEF, na época...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Então, não foi a FUNCEF que contratou o Grupo PAR.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Não, é o condomínio que contrata.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O.k.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - De oito prédios, edifícios, apenas em três a FUNCEF tem 100% de participação. Os demais são participações que a FUNCEF tem com outros parceiros. Então quem contrata são os condomínios. Eu, inclusive, não estava na FUNCEF à época, em relação a isso, mas o que eu tenho é isso. E esses contratos que eu vi, que eu procurei me informar, dão em torno de 960 mil reais por ano. Então, é isso. Então, a FUNCEF não tem contrato com o Grupo PAR. Quem tem contrato são os condomínios.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Presidente, eu me dou por satisfeito.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Presidente, só para salientar e reforçar ao depoente a informação de que ele está sob juramento e que, se mentir aqui, comete crime.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Deputado, obrigado pela lembrança, mas inclusive isso está documentado, pode ser comprovado. A gente pode mandar a documentação para a CPI da afirmação que eu fiz aqui.

(Não identificado) - O depoente sabe disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Solicitamos o envio dessa documentação, Sr. Carlos Borges.

(Não identificado) - O depoente sabe disso, Deputado Rocha. Não é estranho, não. Estranho são as informações que Sérgio disse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Deputado Enio Verri.



O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Sr. Presidente, Sr. Carlos Borges, concordo com o Relator, Deputado Sergio Souza, sua explanação foi muito boa, muito clara.

Eu vou me prender a uma análise — não tenho tantas informações detalhadas como tem o Relator — sobre o objetivo principal da CPI. Nós temos que fazer críticas a esse modelo de gestão que leva a déficits, entender isso daí, e principalmente propor, a partir da CPI, alternativas para que possam evitar riscos tanto da competência técnica, como outros possíveis desvios que nem sempre são legais. Nesse sentido, a informação que nós temos...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Sua fala sobre?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não, é sobre o déficit. Mas conclua a sua fala, Deputado Enio.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Desculpe, Deputado.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Não seja por isso. Sr. Carlos, eu recomendo que o senhor anote, porque, como eu tenho 3 minutos, eu uso estes minutos fazendo perguntas.

Nesse cenário, as minhas perguntas são nessa linha. A primeira é que temos aqui, em 2006, o novo estatuto da Fundação, que foi elaborado e implantado do fundo. E existe a questão da paridade nas instâncias de decisão. Isso é uma coisa que nós vimos na PREVIC e que nos chamou muita atenção como um avanço no modelo. Então, como funciona essa questão das instâncias de decisão da Diretoria Executiva, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal? Que mudanças ocorreram que nos permitam interpretar como avanço da gestão? Outra questão, também sobre a decisão dos dirigentes, porque isso sempre chama atenção. O senhor vai notar que algumas perguntas serão nesse sentido. As decisões são individuais ou coletivas? A aplicação de recursos dos fundos, por exemplo, como é? Mesmo esses valores considerados menores, que têm um limite de 560 milhões, segundo V.Sa. observou, ainda passam por um coletivo ou é apenas decisão do Diretor?



Outro aspecto que deve ser tratado por nós também é sobre a fiscalização. O senhor sabe informar se há algum processo de fiscalização? Se há, foi conclusiva a ocorrência de má-fé na gestão ou houve gestão temerária nas aplicações financeiras da FUNCEF? Caso tenha conhecimento, pode nos dizer quais são ou remeter à CPI, caso não se lembre de todos, exatamente quanto à nossa preocupação sobre o *déficit*.

Outra questão é sobre a rentabilidade. V.Sa. mostrou aí, muito bem colocado nos quadros, os desafios do *déficit*. Aliás, quando V.Sa. colocou, me permita uma observação do Plenário geral, do Sr. Presidente, do nobre Deputado Paulo Teixeira, do 1º Vice-Presidente. Eu fico pensando se neste Governo tivéssemos feito um acordo de privatização com um contrato de obrigação de 20 anos de aplicação dos fundos, seria o fim do mundo! Eu imagino a Oposição se manifestando se nós tivéssemos feito o que o Fernando Henrique fez naquele período. É isso que eu acho, sabe, superlegal, comparar. A história é dinâmica. Vai ser muito bom analisar a história. E, ouvindo agora, é melhor ainda. Agora, voltando à pergunta sobre os fatores que levaram à situação de *déficit*, esse *déficit* do plano da FUNCEF é um problema conjuntural, como é o caso da Vale ou de alguns outros investimentos, ou, na opinião de V.Sa., tem dolo dos gestores integrantes das instâncias, ou dos operadores de investimentos da FUNCEF?

Por fim, V.Sa. citou a Desenvix, cujo debate já foi motivo de pauta aqui, em nossa CPI. A primeira questão é a seguinte: V.Sa. considera que os investimentos feitos pela FUNCEF na empresa Desenvix poderiam ser considerados aplicações temerárias? Essa empresa foi criada em 1995, se não me engano, com projetos de geração e transmissão de energia. Conversamos aqui com seu fundador. V.Sa. considera que era um investimento de risco ou tinha um perfil suspeito, algo assim, ou, de fato, na lógica do mercado estava adequado?

Rapidamente, eram essas as questões.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Deputado, vou tentar ser o mais breve possível. Sobre a questão da gestão, eu tive o privilégio de participar da negociação, em 1993, quando a gente conquistou um Diretor, representando a Fundação, que foi o Sr. Sérgio Nunes da Silva, Diretor Imobiliário. Em 1999, a Caixa tirou esse Diretor. Voltamos em 2000. Eu negocieei com a Diretoria também, participei



da negociação, conquistamos o Diretor de Controladoria. Em 2003, num processo todo de reestruturação, inclusive equacionamento das perdas dos aposentados, de 1994 a 2002, entrou a democratização, a questão da dívida e a questão da paridade, tanto no Conselho Deliberativo como no Conselho Fiscal e na Diretoria Executiva. Então, houve um avanço muito grande. E hoje, nós temos três Diretores eleitos, na Diretoria Executiva, e três Diretores eleitos, três eleitos e três indicados na Diretoria Executiva. No Conselho Deliberativo, são três eleitos e três indicados — indicados pela patrocinadora. No Conselho Deliberativo, por questão de legislação da 108, tem que haver o voto de, o voto de qualidade do Conselho Deliberativo. Na Diretoria Executiva, não, no Conselho Fiscal tem um voto de qualidade. O voto de qualidade é dos eleitos. Então, essa é a estrutura que funciona hoje. Decisão, nenhum dirigente, nenhum dirigente pode fazer qualquer operação sem passar por todo aquele fluxo ali que eu falei, que envolve, até a Diretoria, 25 pessoas. Ali tem vários técnicos nossos da Fundação, vários técnicos nossos da Fundação, e têm que passar por todo esse crivo e passa por todas as Diretorias, todas as Diretorias. Se for o Conselho Deliberativo, são 30 pessoas. Então, é muito difícil. Tem que ter muita... Tem que ter muito... Tem que estar muito errado todo mundo para se fazer. Agora, é natural que, numa operação de crédito,... Aqui têm várias pessoas que foram Gerentes da Caixa, que foram Superintendentes... E você faz uma operação de crédito, em operação de crédito, você tem... pode correr o risco. Isso é natural. Aplicação de recursos, tudo é coletivo. Exceto o Diretor, nós temos, nós temos uma autonomia, dos Diretores, de 120 mil reais, 120 mil reais para empresas, que vão para aplicação. Fiscalização, nós não temos nenhuma até agora, de 2003 a 2014, nenhuma ação aberta no Ministério Público. Tem apontamentos da PREVIC, o que a gente responde, isso é natural. E todas as nossas contas foram aprovadas, sem nenhuma ressalva. Diferentemente de 2003 para trás.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Só um instante: 2014 ou até 2015?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Até 2014.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Sim, 2015 tem ação?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Não, 2015 não temos ação ainda. Que eu tenha conhecimento...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não, mas assim, às vezes, o Ministério Público pode ter aberto já em 2015.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Pode ter aberto. É. Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu só quero que o senhor confirme. Em 2015, não tem.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Que eu tenha conhecimento, não. Mas posso trazer informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Inquérito policial... Nada do seu conhecimento?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Nada. Do meu conhecimento nada. Se tiver, eu queria... o pessoal está anotando para a gente mandar para a CPI, tá bom?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Tá bom.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Sobre a questão da rentabilidade e os desafios que a gente tem, olha, eu mostrei aqui, e os fundos vão... os fundos... Eu mostrei aqui... Infelizmente, a situação para 2015 dos fundos de pensão, tendo em vista essa questão da Bolsa, a questão do ativo Vale, a questão da PETROBRAS, e a questão do... Nós temos, também, que provisionar ações judiciais que são entrada contra a Fundação pelos participantes. Então, temos provisionado 1.400 bilhão. E pela estimativa que a gente fez, Presidente, essas ações podem chegar, em 5 anos, a 9 bilhões de reais, o potencial dessas ações judiciais, a 9 bilhões de reais.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Qual a origem dessas ações?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Olha, essas ações têm origem por ação da patrocinadora, na questão do auxílio-alimentação, que é o... O STJ já deu uma jurisprudência em relação a isso. Até hora extra, pedem contas à Fundação, que ela não tem nada a ver com a Caixa. Abono salarial... E o CTVA. E, aí, eu posso falar de cátedra... Porque eu disse para o Diretor da Caixa em 1998... É uma contribuição adicional temporária de exercício de função, a tradução é essa. Em 1998, eu disse para o Diretor da Caixa, à época Diretor: *“Isso vai dar problema na frente”*. O Gerente ganhava 10 e tinha uma complementação salarial de 20. Ele só podia contribuir — é o caso dele —, ele só podia contribuir para a Fundação até 10,



mas recolhia Fundo de Garantia e recolhia INSS sobre a diferença. Isso é um potencial muito grande.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Então, então isso é... Então... A rentabilidade, então, o desafio que nós temos hoje, eu queria me permitir, eu queria primeiro... O Relator não está presente. Eu queria parabenizar, elogiar o Relator e esta Comissão por ter, independentemente do resultado, apresentado uma proposta que vai atacar essa questão do déficit do fundo de pensão de maneira estrutural. E eu acho que não resolve — na minha opinião, Sr. Presidente; eu queria, se me permite, complementar essa proposta —, que não resolve só a questão do prazo. Eu acho que tem que haver marcação, como existe marcação de mercado, tem que haver marcação em ativos. Por exemplo: nós estamos investindo na Invepar, que é uma grande empresa, ela só vai dar dividendos daqui a 2021; Belo Monte, daqui a 2019; alguns fundos de pensão, em 10 anos. Por que esses ativos têm que agravar a patrocinadora, agravar o participante, agravar o Tesouro, no caso da Caixa, e agravar a Fundação se eu só vou ter resultado? Então, isso tem que ser marcado e não pode sensibilizar o resultado — né? —, não pode sensibilizar o resultado! Então, eu acho que, era um complemento, só o prazo não resolve, aí tem que ser uma questão alocada a isso, tá? *(Pausa.)* Os fatores, é..., os fatores eu já... Na minha proposta, eu estou colocando isto: que a questão é conjuntural, porque, se fosse estrutural, nós daríamos resultados. Eu apresentei aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Peço que conclua.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - O nosso — Sr. Presidente, obrigado, eu estou concluindo — só foi a questão da renda variável, que foi a metade do que deu o sistema. O resultado foi 5,25 contra 11,89. E a Desenvix, em relação à Desenvix — temerário —, quando nós entramos na Desenvix... Aí se faz uma confusão entre valorização patrimonial e valorização econômica. Tem uma diferença muito grande. Um computador desse tem uma valorização patrimonial, mas a valorização econômica dele no mercado está muito abaixo, diferente de uma residência: existe um valor que está no patrimônio, no Imposto de Renda, mas o valor de mercado é muito maior. Então, quando nós entramos, era em torno de 700 milhões. Hoje, a Desenvix... Quando a Statkraft entrou, que é uma empresa que



conhece, norueguesa, ela entrou com um valor da Desenvix de 1.700 bilhão. Hoje, ela está em 1.400 bilhão. Uma empresa como a Statkraft, que é a maior empresa da Noruega, uma das maiores da Europa, não iria entrar num investimento desse se não tivesse perspectiva e se não fosse um grande investimento. Então, era isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Temos, na sequência, o Deputado Rocha e o Deputado Rubens Bueno.

Deputado Zé Carlos, me perdoe, como não membro, V.Exa. fica só no fim da fila.

Eu pergunto ao Deputado Rocha se ele pode permitir a permuta com o Deputado Rubens Bueno, que a solicitou.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Tranquilo, tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Então, o Deputado Rubens Bueno tem a palavra. Na sequência, os Deputados Rocha, Assis Carvalho, Erika Kokay e Zé Carlos.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr. Diretor, eu estou acompanhando o depoimento do Sr. Carlos Borges, que é o atual Diretor de Participações Societárias e Imobiliárias da FUNCEF desde 2011. Mudou a Presidência da Caixa Econômica, e a Presidente da Caixa Econômica reconduz a Direção da FUNCEF, que, durante 3 anos seguidos, vem dando prejuízo de bilhões de reais, especialmente, àqueles que trabalham na Caixa Econômica e seus aposentados e pensionistas.

Esse volume poderá chegar aí a 15 bilhões, 10 bilhões. Aliás, esse é um volume de dinheiro tamanho que se perde no contexto, porque parece que isso não tem valor nenhum.

No POSTALIS, os servidores dos Correios, aposentados e pensionistas, já estão pagando pelos desmandos no fundo de pensão. A FUNCEF já seguiu 3 anos e, nesses 3 anos, ao invés de a patrocinadora exigir uma mudança para recuperar aquilo que foi perdido, desviado, dos seus economiários, é reconduzida a Diretoria, como se fosse, assim, um voto de louvor. Como a Presidente Dilma fez com o Paulo Roberto Costa, Diretor da PETROBRAS: ao demiti-lo, o fez com voto de louvor. E é assim que se procede agora, com a FUNCEF.



Fico impressionado, porque as figuras que estão sendo indicadas ou patrocinadas por essa extensão... Aqui se usou as palavras democratização dos fundos, confundindo com aparelhamento dos fundos pelo PT. Começa com BANCOOP, vem de Central Única dos Trabalhadores. É o aparelhamento total! Onde há dinheiro, bota-se a mão, para que esse dinheiro venha como financiamento de permanência no poder a qualquer preço. E essa é a lógica do PT no Governo. Não tem projeto nenhum de Governo, tem é projeto de poder, e, para isso, tem que buscar dinheiro onde houver, para atender essa sanha devastadora do poder pelo poder.

O senhor tem aqui... Inclusive, foi publicada uma carta de protesto em 2011, em que o senhor era réu no Tribunal Federal e foi nomeado — e foi nomeado! Quer dizer: não basta a crítica pela crítica, não basta os números indicarem os rombos que acontecem. Mas aqui há a carta de protesto que foi divulgada e não há nenhuma informação a mais sobre isso.

Então, eu gostaria de saber se o senhor conhece alguma destas personagens aí do mensalão, da Lava-Jato, do petrolão: Vaccari, Youssef, André Vargas. O senhor conhece algum deles ou não?

O SR. CARLOS AUGUSTO GOMES - O Vaccari eu conheço.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Conhece?

O SR. CARLOS AUGUSTO GOMES - Conheço.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - O senhor conhece o Sr. João Vaccari?

O SR. CARLOS AUGUSTO GOMES - Conheço.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Houve alguma influência na sua indicação? É amizade de ir e vir? O senhor o recebeu lá na...

O SR. CARLOS AUGUSTO GOMES - Eu recebi o Vaccari, o João Vaccari, o Sr. João Vaccari, eu acho que em junho, quando da minha posse em maio de 2011, quando ele foi fazer uma visita à Fundação. Isso está, inclusive, registrado na Fundação.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Aí vem do BANCOOP o prejuízo que deu a milhares com essa cooperativa, e esse prejuízo só saldou. E, aí, ficou um lado bom. Existe o lado podre, que o povo paga a conta, e existe o lado bom, que o PT



leva vantagem. No caso do BANCOOP, três mil famílias ficaram com o lado podre e o Lula ficou com o lado bom: um triplex no litoral paulista. Este é o PT, sim! (*Palmas.*)

O PT é assim: o lado bom fica para os membros do PT; o que sobra de prejuízo, e que sempre é maior, fica por conta de o povo pagar. No caso do BANCOOP, estão três mil famílias lá, esperando aquilo que aconteceu com o edifício no Guarujá.

Esse mesmo Vaccari indicou o Sr. Humberto Grault, que, aliás, continua, com tudo o que fez de errado, lá na sua Diretoria. O que o senhor tem a falar sobre o Sr. Humberto Grault e tudo o que aconteceu com ele dentro da FUNCEF?

Aliás, a FENAE, com todo respeito, na FENAE estabeleceu-se um grupo que comanda todos os lados dos negócios, inclusive o Grupo PAR. Está muito mal explicado, muito mal explicado! (*Palmas.*)

Como é que ex-dirigentes da FENAE, ex-dirigentes da FUNCEF, esses ex-dirigentes montam a PAR dentre essas várias empresas, indicam e administram — o que nós chamamos de administração condominial, desde a despesa, a portaria, a limpeza, etc. — esse grupo? O interessante é que esse Grupo PAR administra todos os bens da FUNCEF, que tem mais de 50% de participação e só tem um cliente! O Grupo PAR só tem um cliente: a FUNCEF! (*Palmas.*)

É uma coisa inimaginável do ponto de vista da competição, do ponto de vista do negócio, ver como as coisas acontecem quando uma organização criminosa pensa nos detalhes! É impressionante! É como se pensar que nos detalhes é que vai se salvar o Eduardo Cunha. É evidente que não! É inexplicável! É inexplicável!

Então, nós temos aqui um prejuízo que leva a mostrar, das reuniões que houve, do Sr. Guilherme Lacerda, também do PT, que declarou a esta CPI que lá foi tudo bem e que vocês é que estão dando prejuízo para a FUNCEF. Vejam que agora já é uma briga interna. (*Risos.*) São os bancários brigando com os petroleiros na PETROS e, agora, brigando com os economiários. É uma briga interna para saber: “*Mas a minha parte não deram! A propina de x% não chegou!*” Foi assim que aconteceu no petróleo. (*Palmas.*) O senhor conhece Júlio Neves?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Conheço, sim, Deputado.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - O senhor pode falar sobre ele?



O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Não, eu conheço Júlio Neves como ex-empregado da Caixa, ex-empregado da FUNCEF. Eu estava, inclusive, na Vice-Presidência da Caixa, e, depois, ele se aposentou, criou uma empresa e, depois, houve essa aquisição de parte da empresa dele com a D. Rosana Ayres, pelo Grupo PAR, 51%. Essas são as informações que eu tenho.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Para prestar o mesmo serviço?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - É... Posso responder?

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sim, claro, eu estou perguntando.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Não, a... Pelo que eu sei, da informação que eu tenho, o Grupo PAR não tem só a FUNCEF como cliente, tem outros clientes.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Administração condominial? Tem mais de um cliente?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Ele tem mais de... Não só a FUNCEF como cliente, ou melhor, não só os prédios da FUNCEF como clientes, porque ele não tem relação empresarial e contratual com a FUNCEF.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - O que o senhor pode falar da FUNCEF sobre a contratação do Sindicato dos Bancários de São Paulo para a impressão de documentos da FUNCEF? Sindicato dos Bancários de São Paulo do PT, da CUT. O que o senhor tem a falar sobre esses...?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - V.Exa. fez muitas perguntas. Eu poderia respondê-las em bloco?

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Pode, claro, por gentileza.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Sobre a questão do Sr. Humberto Grault, eu já falei, eu o contratei, eu o convidei como técnico e economista. Sobre a questão da ação, Deputado Rubens Bueno — eu quero, inclusive, aqui entregar para o Presidente da Comissão —, eu sou uma das vítimas da falta de governança que tinha na Fundação, de 1994 a 2008. Eu tive sete ações em que fui envolvido. Inclusive, eu era do Comitê de Investimento, representando os ativos. E tinha um aposentado também, que estava na mesma situação, que representava os aposentados. Destas sete ações, o Ministério Público me tirou de cinco, e as duas que faltam, as jurisprudências eu quero entregar aqui à Mesa.



O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Então, o senhor vai ser consagrado como herói do PT, não é? *(Palmas.) (Risos.)* Porque o Vaccari é herói do PT. *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Sr. Presidente, qual é o critério de tempo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Solicitamos a conclusão.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Então, eu quero fazer a última pergunta. Não. É que ele pediu para responder em bloco.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Há um limite de tempo.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Então, eu vou fazer a última pergunta.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Há um limite de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Há tolerância para a última pergunta do Deputado Rubens Bueno.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Aliás, o PT soltou uma nota agora contra o Sérgio Moro e põe o Vaccari no *site* do partido, elogiando-o. É o herói do PT. A contratação da empresa de assessoria de comunicação In Press Oficina pelo prazo de 12 meses, para apoiar a atuação dos Diretores da FUNCEF aqui instalados no âmbito do Congresso, em alguns eventos, etc. E nós sabemos que a declaração prestada aqui pelo Caser, em depoimento, foi de que o voto de minerva dele não era utilizado na FUNCEF. O senhor aprovou essa contratação?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Primeiro, vou responder sobre a BANCOOP...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Não, não, não.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - A BANGRAF, sobre a BANGRAF, que o...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Não, eu queria que o senhor respondesse agora essa pergunta.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Essa pergunta. Eu participei, sim, da contratação da In Press, com o objetivo de que é uma empresa...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Qual o custo? Qual o custo?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Eu não... O custo eu posso passar para o senhor, Deputado. Eu não tenho, eu não me recordo agora. Mas o objetivo foi



contratar uma empresa de comunicação especializada, que nos desse assessoramento, até porque eu não estou aqui...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Tem mais diretores envolvidos?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Eu não estou aqui... São três diretores. Eu não estou aqui representando o CPF e o Carlos Borges; eu estou representando institucionalmente a FUNCEF, a Fundação. Então, como representante...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Se o senhor vai mandar o valor, mande o contrato também.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Mandamos o valor e o contrato.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Mande o contrato também.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Pois não. (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - O que é isso? Apenas para finalizar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Presidente, nós não estamos tendo sessão. Quem não quiser participar pode...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Eu tenho interesse em esclarecer. Nós estamos aqui num debate.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Não temos nenhum problema. O problema é que tem que respeitar o depoente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - A Mesa sempre teve tolerância com todas as participações.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Qual é o desrespeito?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Tem que deixar o depoente responder, Presidente.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Mas ele não deixou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu estou...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Nós queremos que ele responda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Nós teremos em sequência os Deputados José Carlos, Enio Verri, Erika Kokay e Assis Carvalho. São quatro. Então



vamos deixar o Deputado Rubens Bueno concluir, que nós teremos quatro para desconstruir...

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Eu não questiono a ordem nem o direito de o Deputado falar; pelo contrário, ele tem todo o direito. Eu só gostaria o seguinte: podemos falar 5 minutos a mais cada um, está bem? Que apenas tivesse um critério único, só isso, Deputado. De maneira nenhuma posso discordar de o Deputado falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não reclame da tolerância que eu tenho por V.Exas. E ainda tem o Deputado Paulo Teixeira.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Presidente, apenas para encerrar.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Presidente, talvez o Deputado Rubens Bueno esteja retirando da sua fala, para ter um tempo líquido, todas as agressões que fez ao Partido dos Trabalhadores. Então, por isso que ele esteja, talvez, entendendo que o tempo dele está compreendido, a fala dele está compreendida no tempo, porque ele está retirando da fala dele todas as agressões que fez ao Partido dos Trabalhadores.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Só para encerrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Para encerrar, Deputado. A Mesa sempre foi tolerante com todos.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Não há nenhuma agressão nas minhas falas; são decisões judiciais...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Então, quero concluir.

Aqui, Sr. Presidente, tem uma propaganda que o diretor apresentou: *“O futuro conta com a gente”*. (Risos.) Tudo que é propaganda do PT é *marketing* falso. Se a palavra da Presidenta da República não tem valor, imaginem a de um diretor do FUNCEF que traz aqui: *“O futuro conta com a gente”*. (Palmas.) O fundo dos economiários é para pagar o furo de bilhões de reais de maus negócios, má gestão e desvio de dinheiro. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Pode falar, Dr. Carlos.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Olha, primeiro, Deputado, queria responder as duas perguntas que faltaram para V.Exa. sobre essa questão do “O



futuro conta com a gente". Isso foi aprovado, esse mote foi aprovado pela Diretoria como um todo. Então, isso é uma posição institucional como um todo. Então, nós... Isso não é uma questão minha, do Caser, do Maurício, mas é uma decisão da Diretoria.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Na campanha da Dilma não foi diferente.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - É... Mas isso agora... Inclusive, os diretores eleitos são três ex-auditores. O segundo, Deputado, sobre o déficit, eu queria dizer o seguinte. Estão falando em déficit agora, Deputado, mas o seguinte: de 1994 a 2012, o superávit da FUNCEF, a rentabilidade da FUNCEF — isso está nos balanços — foi 112%. A meta atuarial era 167%. Como é que isso foi pago? Simplesmente com o congelamento do pagamento dos benefícios e com o não reajuste ao pessoal da ativa. Então, essa questão... E eu queria aqui louvar a Lei Complementar nº 108 e a 109, que foi o embrião... A Lei Complementar nº 101.112, de 2001, foi o embrião para a melhoria da governança das fundações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Deputado Rocha.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Sr. Presidente, eu vejo que essa prática de pedaladas teve início já há algum tempo. E o depoente foi um dos 16 Diretores da Caixa que inaugurou isso, eu acredito. É porque eu tenho informação de que V.Sa. foi multado pelo Tribunal de Contas por ter pedalado, por ter pego as contas inativas dos correntistas da Caixa e transformado essas contas, incorporadas ao balanço da Caixa para fazer um superávit falso. Assim como fez com as ações da Vale, quando a BOVESPA cotava a um valor... Ainda na gestão de V.Sa. chegou a mais que dobrar para fazer superávit falso. Então, aqui V.Sa. parece que é um especialista.

Eu queria iniciar pelo Estatuto da FUNCEF. O art. 22 lá diz o seguinte: que um dos critérios para se admitir alguém à Diretoria é que essa pessoa tenha conduta ilibada. Quero saber do depoente se ele acha que uma pessoa que foi multado pelo Tribunal de Contas, que responde a seis processos na Justiça Federal tem conduta ilibada? Esta seria a primeira pergunta.

Eu queria saber do depoente se ele é filiado a partido político. Se for, se fez doação para alguma campanha política eleitoral.



Outra mais: Aqui foi falado muito na questão da FENAE, mas eu queria saber da FENAE Corretora. Eu queria saber se V.Sa. tem conhecimento se essa FENAE Corretora foi a primeira empresa do grupo PAR.

Mais ainda: chegou uma informação de que essa FENAE Corretora tem exclusividade na realização das vendas dos seguros da Caixa para o financiamento de imóveis do Minha Casa Minha Vida. Isso é verdade? E, se for verdade, por quê?

Quais os contratos que o grupo PAR tem com a FUNCEF? V.Sa. disse que são condomínios. Mas condomínios não são ligados à FUNCEF?

Outra situação ficou por ser esclarecida em outros depoimentos. Nós vivemos um momento em que os imóveis no Brasil estão passando por uma reavaliação, por conta da crise. Então, não é o momento — pelo menos para quem não tem problema financeiro — de vender imóveis. Eu queria que V.Sa. explicasse a venda dessas oito salas no Edifício OAB. Pelo valor de mercado, o metro quadrado está orçado entre 9 mil e 10 mil reais. E a FUNCEF estava querendo vender — se vendeu, V.Sa. vai explicar — por 6 mil reais o metro quadrado. Quem foi o comprador ou a pessoa que estava para fechar negócio e não fechou com a FENAE?

V.Sa. conhece, certamente, a legislação pertinente aos fundos de pensão. Deve conhecer também a Lei Complementar nº 108 e a Lei Complementar nº 109. Eu queria saber se V.Sa. sabe o que é reserva de contingência. Se souber, queria que me informasse a que ela se destina.

E mais: eu queria saber — se não tiver aqui, nos mande — qual é o saldo da reserva de contingência de 2003 para cá. V.Sa. pode até não ter, mas eu queria que mandasse para esta CPI esses valores.

Ainda mais: se houve ou não — aí é opinião de V.Sa. — o descumprimento da Lei Complementar nº 109, de 2001, quanto ao que estabelece o art. 20 dessa lei. V.Sa. disse que não conhece o Sr. Youssef, que esteve com ele em uma oportunidade, quando foi apresentado. Há uma matéria de um jornal, dizendo que o V.Sa. recebeu o Sr. Youssef através de um pedido do Sr. André Vargas. Eu queria que V.Sa. confirmasse se isso é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ele já esclareceu aqui, o depoente.



O SR. DEPUTADO ROCHA - E mais ainda: V.Sa. disse que só esteve com Youssef em uma oportunidade, né? Mas eu queria que V.Sa. contasse sobre uma história que V.Sa. relatou a alguns amigos segundo a qual, num período de férias, fez um passeio de lancha em Florianópolis na companhia do Sr. Youssef. Inclusive, na pescaria, o senhor teria sido fisdado por um espinhel. Isso é verdade? Isso é mentira?

Quería saber se V.Sa. conhece o ex-Presidente Lula, se é seu amigo, se tem relações com ele.

Para finalizar, Sr. Presidente... Aliás, tenho mais duas outras perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Conclua, Deputado. Faça as duas.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Eu queria saber de quais conselhos de empresas que recebem investimento da FUNCEF V.Sa. faz parte.

V.Sa. falou também que o investimento, para ser materializado, leva mais ou menos 10 meses. E como se deu o investimento na Sete Brasil? Esse não demorou 10 meses. Esse foi logo em seguida à criação da empresa.

Eu queria que V.Sa. também encaminhasse à CPI...

Sr. Presidente, ele disse que os planos de investimento foram aprovados por unanimidade. Relembro que ele está sob compromisso.

Eu queria que ele encaminhasse para cá as atas que aprovaram esses planos de investimento. Há outra situação... Esta aqui eu vou fazer depois que ele responder a outra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Peço que V.Exa. conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Sr. Presidente, eu vou aguardar as respostas dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Vamos passar às respostas.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Só para esclarecer, Presidente, na verdade o que nós queremos aqui é descobrir o que aconteceu com o recurso dos participantes. Aqui há uma série de investimentos — Sete Brasil, Gradiente, INVEPAR, FIP Enseada, Desenvix, Banco Oboé, Norte Energia, Multiner, Globalprev



e outros tantos — que deram prejuízo às pessoas que estão aqui. Deram muitos prejuízos. (*Palmas.*)

Eu não tenho tempo aqui, não. Não temos problema nenhum de ficar aqui até depois. Então, não estou com pressa. A sessão terminou, os compromissos eu desmarquei. Agora, se tem alguém apressado para sair ou que não quer que a CPI cumpra seu papel de investigar, pode ir embora. (*Palmas.*) Eu estou aqui para fazer as perguntas que julgar serem de interesse da CPI e das pessoas que aqui estão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Só existe uma pessoa antes da qual V.Exa. não sai: eu. Eu sou o último a sair daqui, pode ter certeza.

Tem a palavra o Sr. Carlos Borges.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Sr. Deputado Rocha, eu também estou à disposição da CPI e ficarei aqui o tempo que essa CPI achar que seja necessário. Sobre o processo, eu era do Comitê de Investimento representando os associados. Tinha um representante dos ativos e um representante dos aposentados. O dos aposentados era o Drabik, que infelizmente morreu. Então, o Drabik também está nas mesmas ações em que fomos colocados indevidamente porque nós não éramos gestores, o Comitê não era deliberativo. Das sete ações, o próprio Ministério Público me retirou; em uma, o juiz federal. E tem duas rolando. Então, não sou condenado a nada. Tem ação na qual eu nem fui depor. Então, não tenho condenação. Sobre a questão do Tribunal de Contas da União, eu, que era Vice-Presidente de... Inclusive, tem gente aqui que trabalhou e conhece muito mais do que este aqui e estava na área de gestão dessas contas. Eu coloquei essas contas numa conta gráfica, porque essa conta eram 800 mil contas, para ela não competir no sistema de tecnologia com outra, para a gente dar vasão. Agora, em 2012, quando houve a contabilização, eu não estava mais na Caixa. Então, nós vamos apresentar defesa, todo mundo, e ainda tem vários recursos. Então, ninguém está condenado. Mas eu tenho a citação. Segundo, sou filiado ao Partido dos Trabalhadores. Terceiro, doação. Fiz doação, sim.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Para quem?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Fiz doação em 2006 e 2007, eu fiz doação de 3.400 reais: 500 reais para o Deputado Magela, para o candidato Magela; 300 reais para Wellington Dias; para Chico Vigilante, 600 reais; e para Erika Kokay,



2 mil. Todas as doações, em eventos de jantares que foram feitos, que compramos para participar. Isso está tudo na minha declaração de Imposto de Renda, feito da minha conta, cheque meu. Eu fiz também doação para o Partido dos Trabalhadores, eu fiz também eventos do Partido dos Trabalhadores, eu fiz de 2.700 reais. Durante esse período de 2004 até 2014, eu fiz doação de 6.100 reais. Está tudo comprovado na minha declaração de Imposto de Renda. FENAE Corretora. A FENAE Corretora foi criada pelo saudoso Sr. Arthur. Os aposentados a criaram em 1975, para dar sustentação à FENAE. Inclusive, Deputado, para esclarecer, a FENAE com as associações são as únicas entidades, no Brasil, que a partir de 1987 funcionam como empresas. Elas são empresas. Aqui em Brasília, tem academia, tudo, todas funcionam como empresas, todas como empresas. Ninguém recebe nenhuma ajuda da Caixa. Segundo, exclusividade. A exclusividade, primeiro, Deputado...

O SR. DEPUTADO ROCHA - Presidente, a pergunta era se ela foi a primeira empresa do Grupo PAR.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Ela foi a primeira, porque foi a primeira empresa. A FENAE Corretora foi criada em 1975. O Grupo PAR é uma *holding*, e a corretora veio dentro da *holding*. Segundo, exclusividade. Pela lei da SUSEP, a lei do seguro no Brasil, obrigatoriamente toda seguradora tem que ter uma corretora. E quem escolheu a corretora foi a CNP, que é a Caixa Seguros, que os controladores são a CNP, que são os franceses.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Esse contrato veio de uma licitação, de uma concorrência ou foi aleatório?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - A empresa francesa é uma empresa privada, ela não precisa fazer processo de licitação. A CNP, que é uma empresa francesa, controla a Caixa. Ela tem 52%. A Caixa Econômica tem 48%. A PAR Corretora hoje, a PAR corretora hoje é listada em Bolsa.

O SR. DEPUTADO ROCHA - O senhor falou que a Caixa tem 50%?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Não, 48%; e a CNP tem cinquenta e alguma coisa, porque o INSS...

O SR. DEPUTADO ROCHA - E o restante? E esse 1,04%? Quem são os proprietários?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Não. Ela tem 51,06%. O 0,4%...



O SR. DEPUTADO ROCHA - É 1,04%.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Não, é 51%, e 0,4% quem tem é o INSS. Essa é a composição. Sr. Presidente, eu queria garantir que eu pudesse responder, pela assessoria do Deputado, que eu pudesse me concentrar na resposta. A PAR Corretora hoje é tão respeitada no mercado que hoje ela é listada em Bolsa. Foi o único IPO que foi feito no Brasil este ano com sucesso. Ela é composta de quem? A Caixa Seguros... A FENAE tem 50%, a Caixa Seguros tem 25%. A FENAE tem 51%. A Caixa Seguros, que é a francesa, tem 24%; e o GP, que é um dos maiores bancos de desenvolvimento do País, tem 24%. Então, listado em Bolsa, foi um sucesso o IPO feito. Outra resposta: contratos com a FUNCEF e PAR. Contratos com Grupo PAR, eu já respondi. São feitos com os condomínios. Já está respondido, Sr. Presidente. Sala da OAB. Sala da OAB...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O senhor ficou de enviar, só para lembrar, sobre esse tema dos contratos com os condomínios, essa documentação à CPI, sob compromisso.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Nós vamos mandar, Sr. Presidente. As salas da OAB. As salas da OAB..., nós aprovamos um plano de alienação de investimento. Dentro desse plano de alienação de investimento, foi estabelecida uma regra pela Diretoria Executiva, aprovada pelo Conselho Deliberativo. Quando foi feita a venda da sala da OAB, isso se roda a direito de preferência.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Então, foi vendida?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - A sala da OAB tem termo de compra e venda...

O SR. DEPUTADO ROCHA - Foi vendida? Foi materializada?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Foi vendida.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Quem foi o comprador?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Aí eu vou responder. Eu vou chegar lá para responder. Nós contratamos, primeiro, dois laudos ordinários. O que são laudos ordinários? São laudos que a gente faz todo ano para carteira imobiliária. Quando veio a proposta da empresa do Sr. Júlio Neves e Rosana Aires, foi feita a avaliação pela nossa área técnica, pela Gerência de Empreendimento Imobiliário...

O SR. DEPUTADO ROCHA - Foi a mesma?



O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Não, aí já tínhamos um laudo.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Só para esclarecimento, para entendimento, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Presidente, não dá, Presidente.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Está certo. Vamos só deixá-lo terminar. Aí, se tiver alguma dúvida, V.Exa. vai findar. Só para deixá-lo concluir.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Então, nós tínhamos dois laudos ordinários. Laudos ordinários são laudos que a gente faz todo ano. Inclusive, a FUNCEF é a única que faz avaliação anual. Os outros fundos fazem de 2 em 2 anos. Quando veio para a gente, que a gente aprovou o plano de alienação, nós fizemos mais dois laudos. E esses laudos não são contratados pela nossa diretoria, são contratados pela Diretoria de Administração, que é de um dos eleitos. Quando veio o diretor que tinha assinado inclusive assunção de dívidas, foi pedido um outro laudo. Eu disse: *Você tem razão, porque esse laudo está findando. Nós temos um movimento no mercado não tão favorável para a questão imobiliária.* Pedimos um outro laudo, contratado de novo pela Diretoria de Administração. Esse outro laudo ratificou o laudo anterior, que era... Nós temos o valor mínimo, o valor adotado e o valor máximo. Por exemplo, no plano de alienação que nós fizemos, o *shopping* só pode ser vendido por laudo máximo, valor máximo. No caso desses imóveis, nós vendemos entre o mínimo e o adotado, atendendo à política, atendendo... O que nós fizemos?

Deputado, deixa eu concluir, por gentileza?

O SR. DEPUTADO ROCHA - Estou ouvindo.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Eu queria concluir o seguinte. Nós pedimos para colocar no plano anual de auditoria esse processo. O Presidente Caser, na Diretoria, pediu; a Diretoria aprovou por unanimidade a gente contratar uma auditoria independente só para auditar esse processo, para dar a conformidade necessária. Então, nós e nossa equipe técnica estamos tão confortáveis em relação ao processo que não foi um processo..., processo transparente e discutido, independentemente disso... Porque é o seguinte: tem outra fundação lá que tem 40 imóveis e não consegue vender. Se a gente mantém esses imóveis fechados,



pagando condomínio, com custo operacional, nós vamos estar onerando o resultado da Fundação.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Sr. Presidente, antes de ele entrar, só para complementar aqui essa situação.

Nós tivemos um outro episódio no qual um imóvel, que foi avaliado pela Caixa entre 17 milhões e 20 milhões, foi comprado pela FUNCEF por 45 milhões. Só quero saber do depoente se foi a mesma entidade que fez a avaliação, porque essa entidade só faz avaliação contra os participantes. Se foi a mesma entidade, V.Sa. ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Qual é o imóvel e qual é a entidade? Só para ficar claro.

O SR. DEPUTADO ROCHA - O imóvel é o de Florianópolis, que foi avaliado pela Caixa entre 17 milhões e 23 milhões — valor venal de 20 milhões —, e a FUNCEF comprou por 45 milhões. A mesma coisa aconteceu nessas 8 salas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Sabe qual é o nome?

O SR. DEPUTADO ROCHA - Se foi a mesma entidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O senhor tem o nome da entidade avaliadora?

O SR. DEPUTADO ROCHA - Não, não. Eu queria saber dele agora.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Porque é o seguinte, Sr. Presidente e Sr. Deputado, quando nós vamos fazer processo de alienação autorizado pelo Conselho Deliberativo, obrigatoriamente nós temos que fazer através da Diretoria de Administração um processo de cotação de empresa no mercado. Todo ano, para avaliar nossa carteira imobiliária, são mais de 40 empresas que são contratadas para avaliar toda a carteira imobiliária.

O SR. DEPUTADO ROCHA - O senhor tem a PAR?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Não, mas a PAR não avalia imóvel.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Faz tudo.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Ela não avalia imóvel. Por exemplo, essas empresas, Deputado, que avaliam para nós, elas avaliam para a Caixa, para o HSBC, avalia para o Banco do Brasil, avalia para a Receita, inclusive avalia como perito arbitral, essas empresas. Então, elas são empresas reconhecidas. Segundo, eu posso responder sobre Florianópolis?



O SR. DEPUTADO ROCHA - Pode, pode. Fique à vontade.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Florianópolis, eu não estava lá em Florianópolis, mas a informação que eu tenho toda é a seguinte. Primeiro, a Caixa, o laudo que tem, que eu tomei conhecimento, o laudo é de 2005, o laudo é de 2005, o laudo foi feito em 2005, assinado em 2006, assinado em 2006, que eu consegui essa informação, dizendo o seguinte: que aquele valor era o valor do terreno considerado o projeto executivo, considerado o projeto executivo. Quando a Caixa, quando a FUNCEF comprou em 2008, a FUNCEF comprou em 2008 por 45 milhões, que estava entre o preço mínimo e o preço adotado. O imóvel já pronto, inclusive com a Caixa já dentro. Esse imóvel hoje está analisado, está contabilizado por 67 milhões e 800. O aluguel desse imóvel é 410 mil reais. Multiplicado por 7, Presidente, Deputado, multiplicado por 7, dá em torno de 34 milhões de reais, 34 milhões de reais. Daqui a 2 anos e meio, daqui a 2 anos meio, esse imóvel com o aluguel vai se pagar, e o imóvel é integralmente da Fundação. Então, eu não estava, não fiz a transação, a única coisa que eu fiz...

O SR. DEPUTADO ROCHA - Mas fazia parte do comitê de compra da Caixa, ou não?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - De que comitê da Caixa?

(Não identificado) - Foi um bom negócio?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Foi um bom negócio. Para a FUNCEF, foi um bom negócio.

O SR. DEPUTADO ROCHA - O comitê de compra, que avalia as compras, que decide as compras?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - A Caixa... Que comitê? Da Caixa ou da FUNCEF?

O SR. DEPUTADO ROCHA - Da Caixa.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Olha...

O SR. DEPUTADO ROCHA - V.Sa. era Presidente?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Não, eu era Vice-Presidente de Transferência de Benefícios, inclusive de fundo de garantia. A sua assessora trabalhou comigo, inclusive. *(Riso.)*

O SR. DEPUTADO ROCHA - Não é minha assessora. *(Palmas.)*



Ela, como todos os outros aqui, está querendo saber onde foi parar o dinheiro deles.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Inclusive, eu queria parabenizar a assessora, porque eu ganhei o único prêmio, com a equipe, que a Caixa ganhou na sua história, com a gestão do FGTS, da Escola Nacional... pública — ENAP. Foi o único prêmio que a Caixa ganhou até hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Vamos nos concentrar nas respostas e vamos concluir objetivamente.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Sobre a questão da... Então, é o seguinte. Inclusive, a reserva de contingência... A reserva de contingência é aquele recurso que a gente faz, é uma poupança para uma eventualidade de um déficit. Por exemplo, o Banco do Brasil, quando fez a reestruturação, a PREVI fez uma reserva de contingência, tinha uma reserva de contingência de 24 bilhões, né? E que nós vamos ver o resultado e tal. A FUNCEF, eu posso mandar qual era a reserva de contingência que tinha de 2013 a 2014, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Para concluir a resposta.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Por último, aqui, a oportunidade... De lancha, Deputado, eu não passeio de lancha nem fui espetado por espinhel, entendeu? Conselho. Eu faço parte hoje do conselho da INVEPAR.

O SR. DEPUTADO ROCHA - De quantos conselhos?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Só do conselho da INVEPAR, hoje.

O SR. DEPUTADO ROCHA - V.Sa. tem ações da INVEPAR?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Tenho. Não. Isso é seguinte, porque...

O SR. DEPUTADO ROCHA - Tem ações ou não?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Não tenho ações. A lei anterior dizia que quem era conselheiro tinha que ter pelo menos uma ação da empresa que era listada em bolsa. Por exemplo, eu tinha uma ação da Vale quando era do Conselho. A lei hoje não mais determina isso.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Só o conselho da INVEPAR, mais nem um outro?



O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Hoje nenhum outro Conselho. Não, do Conselho... Eu tenho 2 Conselhos da Caixa, que é aquela empresa que foi criada, a Branes, mais a outra, que era para gerar crédito imobiliário, que ela não está operacional. E a primeira providência que eu tomei quando fui indicado foi fazer um ofício dizendo, abdicando da remuneração se a remuneração tivesse, e todos os demais ficaram com vergonha e me acompanharam. (*Palmas.*)

Sobre a Sete Brasil, a questão do prazo eu não posso lhe dizer. Eu não posso dizer da Sete Brasil, porque eu não estava lá, eu só cheguei depois para fazer o voto. E o plano de investimento. O plano de investimento, do que eu estou lá, Deputado Rocha, de 2011 para cá, todos os planos de investimento foram aprovados por unanimidade. De 2011 para cá. Não posso responder para trás.

O SR. DEPUTADO ROCHA - As atas. Encaminhe as atas.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Nós vamos encaminhar as atas.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Sr. Presidente, para finalizar, só aproveitando a boa vontade do depoente, quem são os servidores da In Press que estão aqui acompanhando V.Sa.?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Os servidores?

O SR. DEPUTADO ROCHA - É, as pessoas da In Press que estão lhe acompanhando aqui.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Olha, desculpa, mas eu não posso fazer isso, não. São pessoas.. Jornalistas...

O SR. DEPUTADO ROCHA - Não, quero saber, para as pessoas aqui conhecerem.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - O jornalista tem o direito. Ai nós estamos... Aí quem está incentivando a questão...

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Este espaço é aberto, Presidente.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Incentivando o quê, Presidente?

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Nós não estamos, em nenhum momento, consultando quem está aqui da FUNCEF.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ele está sob juramento. A pergunta que tem que ser feita é se o senhor está sendo acompanhado por equipe de assessoria de mídia.



O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Que foi treinado para estar aqui?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Com essa mídia. Eles deram assessoramento para que eu pudesse ter condição de buscar as informações necessárias para apresentar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito. Tudo bem, é um contrato que foi feito, é de conhecimento público. Caberá, Deputado Rocha, aí sim, é uma... Caberá até uma contestação dos beneficiários ou não, isso em ação civil, se o dinheiro dos servidores é para ser empregado nisso ou não. *(Palmas.)* Mas, essa é a resposta, com juramento, que ele tem que responder.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Até porque o depoente tem direito de se preparar para um depoimento na CPI, claro.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Não com o dinheiro dos participantes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Direito, ele tem. Agora, é saber quem paga. *(Palmas.)*

Com a palavra, pela ordem, o Deputado Assis Carvalho, por não membro. Se ele quiser permutar, fique à vontade.

Deputado Assis Carvalho, Deputada Erika Kokay e Deputado Zé Carlos para encerrar.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Presidente, Sr. Carlos Borges, eu vou fazer aqui algumas perguntas, mas eu não poderia deixar de fazer um registro. Assim como V.Sa. está sob juramento, espero também que os Parlamentares registrem aqui neste microfone, nos Anais, somente a verdade.

Houve uma fala que nos antecedeu, que não foi verdadeira — eu estava do começo ao fim —, de que o Guilherme teria colocado aqui responsabilidades para os gestores seguintes, como se fosse uma briga interna. Isso não é verdade. Nós acompanhamos do começo ao fim. Fez um registro técnico que decepcionou muitos daqueles que queriam fazer palanque, porque mostrou o que era a FUNCEF em 2002 e o que era a FUNCEF quando ele saiu, quando passou de 10 bilhões para 40 bilhões. E V.Sa. passa agora, na apresentação, que passamos de 10 bilhões para 55 bilhões, chegando em 2014, 2015. Eu acho que isso incomoda muito aqueles que



estavam loucos para fazer palanque, que contratam gente para bater palmas, coisas parecidas.

Eu quero lhe dizer que sou membro da FUNCEF, sou da Caixa Econômica, aposentei-me agora recentemente. Fui até a FUNCEF tratar da minha aposentadoria e fiquei lhe devendo tomar um café. É normal um político ir ao gabinete de qualquer autoridade. Eu não vou aceitar ser criminalizado. Um Deputado visita um Diretor, visita o Presidente da Caixa Econômica. Se não tiver esse papel, não há mais razão nenhuma da nossa função aqui.

Aqui passam umas falas como se estivessem criminalizando, porque se vai à FUNCEF, à Caixa. Que história é essa? Isso nós não vamos aceitar. Nós vamos sempre repudiar aqueles que tentam montar esse tipo de palanque.

Quero dizer também que estou muito acostumado, trabalhei muito tempo em agência e sempre quando há um assalto de bandidos numa agência, o bandido é danado para chamar aqueles que estão sendo assaltados de ladrão: *Deite aí, ladrão, bandido!* Nós que estamos sendo assaltados somos os mais agredidos. O bandido tem mania de colocar o dedo no rumo dos outros, mas esquece que tem três dedos dirigidos para si. Então, essa forma não contribui.

Eu quero iniciar dizendo que a sua contribuição aqui foi uma aula. Quero me somar aqui ao Deputado Sergio Souza. Deu um grande exemplo de coisas que eu acho que muitos de nós não conhecíamos, muitos companheiros da FUNCEF que estão lá no dia-a-dia não conhecem. O senhor é um técnico que está prestando um grande serviço à FUNCEF, tanto que os números foram apresentados, e contra números não há argumentos. Eu queria só registrar isso.

Eu queria aqui pegar três pontos, e o faço mais para efeito de registro nos Anais. Já foi dito aqui, mas eu queria que ficasse bem consignado. Os dirigentes, e aí boto o exemplo do Diretor de Investimento, possuem autonomia decisória em relação à aplicação dos recursos do fundo? Anote aí, porque eu queria que isso ficasse reiterado. Eu tenho feito essas perguntas de forma reiterada, para depois constarem no relatório final.

Outro ponto que eu queria destacar aqui, Sr. Carlos Borges, é que, na sua opinião, do ponto de vista institucional, foi melhor a instituição da PREVIC como superintendência em substituição à antiga Secretaria de Previdência



Complementar? V.Sa. poderia nos descrever a diferença de atuação da União no trato do tema da previdência complementar antes e depois? Novamente eu retomo. Com todos os depoentes eu estou reiterando essa pergunta, para que fique bem claro, para eu ver a sequência de resposta, porque mesmo aqueles que aqui passaram e contestam a posição política vigente reconhecem que houve um aumento significativo do controle em relação ao que se tinha na época da direita no poder.

Há outro ponto na sua fala que me chamou muito a atenção. Aliás, é importante nós lermos mais. Nem eu estava dando conta de tantas participações positivas da nossa FUNCEF em *shoppings*, hotéis, que são rentáveis. Eu sempre destaco isso, porque às vezes nós jogamos pedra sem analisar o contexto geral. Para ficar bem registrado, nós tínhamos uma FUNCEF, em 2002, com 9 bilhões de ativos. Nós temos 56 bilhões de ativos. Isso é fruto do trabalho de pessoas que trabalharam com muita responsabilidade.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Da apuração dos ativos, graças às boas decisões, às corretas decisões. Se tirassem o palanque e o ódio político, era mesmo para bater palmas pela boa sucessão — houve aumento de 2003 para cá. Infelizmente, há muito palanque.

Na sua apresentação, chamou-me a atenção um ponto: nós temos hoje uma situação da ordem de 5,5 bilhões, que toda hora é reiterada como se fosse uma responsabilidade isolada de A e de B. Mas na sua fala o senhor me colocou a situação de que um percentual significativo — eu não atentei bem, são 70%? — faz parte da Vale, foi contratado contra o seu voto, nos anos 90, por outro Governo, e que tem um contrato para ser assegurado. Que responsabilidade nós poderemos ter por conta de um prejuízo de um contrato daqueles que agora condenam a atual direção. Não é uma insensatez? O prejuízo significativo faz parte de um contrato, que tem de ser respeitado, sim, porque ele foi feito nos anos 90, mas por um outro Governo. Acho que foi até com boas intenções, não acho que foi mal intencionado. Não estou entrando... Mesmo contra o seu voto. Mas foi feito naquela ocasião, e por circunstâncias de crise mundial... Não estou aqui entrando no mérito de responsabilidade nenhuma. Agora, não poderemos dizer que o prejuízo da Vale, o



problema da Vale, é responsabilidade de um gestor vigente. Eu acho que isso é uma insensatez, fazer um registro desse!

Sr. Presidente, eu reitero o pedido aqui, porque o Deputado precisa ter assegurado o seu direito de falar, porque eu estou sendo incomodado permanentemente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu vou ter que pedir providências. Por favor, respeito aos Parlamentares.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Nós ouvimos todos que falaram aqui, entendendo as discordâncias. Inclusive, gritarias no momento das falas. Agora, eu exijo que a minha fala seja assegurada aqui, no espaço que é um espaço conquistado no meio democrático.

Então, há outra coisa que eu queria falar aqui, além dessa situação específica do prejuízo da Vale, contratado nos anos 90 por um outro Governo que não é este Governo. E eu não estou dizendo se foi certo ou errado, eu acho que foi até correto mesmo, naquele momento era correto. Mas por uma circunstância de crise mundial é preciso registrar.

Agora, há um outro ponto que ele registrou muito bem, que também se soma aos prejuízos, que são os precatórios. São ações. Ações que, aliás... Eu era dirigente sindical, o Carlos Borges dirigia a FENAE, e eu tenho muito orgulho de construir isso com outras lideranças deste País. E nós estávamos lá brigando. Por isso que foi registrado há pouco.

O ninho tucano naquela época, para prejudicar os trabalhadores, e não fazer correção salarial, colocava gerentes muito bem remunerados naquela época, do ponto de vista das compensações... Mas para não fazer a correção salarial, agora está aqui a conta batendo em cima exatamente do meu fundo de pensão. E isso as pessoas escondem. Quantos milhões? Nós hoje estamos sendo prejudicados por uma gestão desastrosa, irresponsável, que prejudicou a classe trabalhadora nos anos 90, para colocar gerentes que recebiam um patamar e só recolhiam até ali, e o resto era jogado lá para a frente, para a classe trabalhadora futuramente pagar. Não se registra, sabem por quê? Porque a mídia, com a sua parcialidade, não detalha as coisas. Por isso que essa sua apresentação, Carlos Borges, é uma riqueza.



Eu acho que o Presidente tem conduzido muito bem esta Comissão. O Relator, Deputado Sérgio, tem de pegar muito bem o que acontece aqui, o que foi apresentado, essa forma de governança, o que acontece, para enriquecer o nosso relatório. E devemos procurar forma de cada vez mais ter controle social, ter governança. Graças à boa governança da FUNCEF, é um fato concreto que foi o menor impacto da crise que nós tivemos. Foi a FUNCEF, porque tem governança. Embora, pelos preconceitos políticos, isso muitas vezes não seja colocado com clareza. Então, eu deixaria, portanto, Carlos Borges, as três perguntas que fiz, destacando muito bem as razões principais do prejuízo da Vale e dos precatórios, que não são de responsabilidade de 2003 para cá. São responsabilidade daqueles que querem esconder a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com objetividade, Sr. Carlos Borges, para responder.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Deputado Assis Carvalho, sobre a questão de dirigentes, ou o Diretor de Investimento, ou o Presidente, ou o Diretor de Participações, ou qualquer outro Diretor da administração. Nenhum tem autonomia para tomar uma decisão que não seja uma decisão colegiada, passando por toda uma estrutura de governança. Nenhum na FUNCEF tem isso. A diferença do tratamento da União é muito grande. Eu que conheço um pouco Fundo de Pensão, afinal de contas acompanhei muito na década de 90... Tem uma diferença. Primeiro que a gente evoluiu bastante para a questão da 108, 109. Isso tem evoluído na democratização dos Fundos. Eu acho que esta CPI aqui, como teve a de 2005, Sr. Presidente, Sr. Relator, esta CPI aqui vai ser um marco também para a evolução na questão dos marcos na governança dos fundos de pensão.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho) - Estamos trabalhando para isso.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Então, sobre a valorização dos ativos, que falaram, o pessoal diz muito... Como é que é uma rentabilidade da carteira imobiliária? A rentabilidade da carteira imobiliária vem do resultado gerencial, que é o que enche, que é o que entra na caixa, que é o que entra no cofre da FUNCEF, aquilo que entra, efetivamente, no cofre da FUNCEF, mais a valorização patrimonial. Por exemplo, de 2011 a 2014 entrou 1 bilhão em dinheiro líquido, 1 bilhão e 285 milhões nos cofres da FUNCEF, da carteira imobiliária. Com a



projeção que nós estamos fazendo até o final de 2015, porque até julho foi... Nós estamos com a previsão de chegar a 1 bilhão e 700 milhões. Aí, por que valores ativos? Primeiro, só vou explicar duas coisas. O hotel. O hotel é o que chamamos de FF&E. FF&E é um fundo em que, a cada 10 reais que nós recebemos do hotel, 5% desses 10 reais vão para um fundo que é para fazer a manutenção do hotel. Isso valoriza muito o hotel. Por isso que muitos hotéis quebram aí, como o Fasano e outros, porque não têm a devida valorização. Agora, nós fizemos uma reforma no Renaissance, que é o melhor hoje que tem em São Paulo hoje. Isso é uma questão que a gente faz. Isso valoriza o imóvel. Se você tem uma casa e não faz manutenção, a sua casa desvaloriza. Isso é capacidade gerencial. Essa é uma questão da carteira imobiliária. A outra é a questão dos 5 bilhões. A composição dos 5 bilhões não precisa, é só fazer as contas: 70% foram Vale, que são 3 e 700; 25% foram ações judiciais, 1 bilhão e 400; e 5% foi Bolsa, quando a Bolsa deu 11,89%, e nós chegamos a 5%. Quer dizer, a capacidade nossa de administrar foi tão grande que o resultado negativo nosso foi o menor do sistema, podem pegar os valores do sistema.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Para deixar bem claro, para ficar registrado. É como se de 5% nós pudéssemos assumir responsabilidade de aplicação em Bolsa, e 95% fazem parte de um histórico passado, é isso?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Não, os 100%, Deputado Assis. Tanto a Vale quanto a ação judicial e quanto a Bolsa, elas não dependem de ação do gestor gerencial. São fatos exógenos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não estando presente o Deputado Marcus Pestana, concedo a palavra ao Deputado Zé Carlos.

O SR. DEPUTADO ZÉ CARLOS - Obrigado, Sr. Presidente. Quero parabenizar V.Exa. pela condução desta sessão, quero parabenizar o Deputado Sergio Souza, Relator, e o Deputado Rocha, que praticamente me tiraram qualquer condição de fazer pergunta. Exploraram muito bem a presença do Carlos Borges, a quem quero cumprimentar pessoalmente, pela amizade e pelo tempo em que trabalhamos juntos.

Sr. Presidente, aqui faço um depoimento. Eu fui Superintendente da Caixa durante 8 anos. Nos 4 anos últimos o Carlos Borges chegou à Vice-Presidência da



rede. Eu quero fazer de público um testemunho da competência, da lisura, do comprometimento e da responsabilidade com que o Carlos Borges tratou os negócios da Caixa nesse período, principalmente um aspecto que aqui está em evidência, que é a conformidade processual, Deputado Paulo Teixeira, que significa fazer certo da forma certa.

No período em que Carlos Borges era Vice-Presidente, foi o tempo em que se consolidou e se implantou a verdadeira conformidade na Caixa Econômica Federal. Digo isso com muito orgulho porque a minha Superintendência, a do Maranhão, durante esses 4 anos, foi a que teve o melhor desempenho em conformidade do Brasil. Ele brigava muito por isso, e nós lutávamos muito por isso. Então, aqui se está falando de conformidade, de desempenho, de gestão. Eu não tenho mais perguntas porque, como disse, tanto o Deputado Sergio Souza quanto o Deputado Rocha exploraram muito bem todas as perguntas que poderiam ser feitas, abrangeram de forma global, exploraram muito bem a presença do Sr. Carlos Borges.

Eu aqui apenas elucido também, já na sua gestão da FUNCEF, quando ele mostra nos gráficos a rentabilidade da sua carteira, da carteira que ele dirige, a rentabilidade do segmento de móveis, *shoppings*, aluguéis e outros, o que mostra que, com certeza, ele tratou a FUNCEF com lisura, da mesma forma que tratou os negócios da Caixa Econômica Federal enquanto Vice-Presidente.

Portanto, eu quero parabenizar todos aqui que participaram e estão concluindo esta reunião. Parabenizo o Presidente pela sua condução, bem como o Relator e todos os Deputados pelas perguntas feitas. Quero parabenizar também o Sr. Carlos Borges, pela forma direta, concisa e muito segura com que ele respondeu a todas as perguntas aqui formuladas.

Portanto, era essa a minha participação, Sr. Presidente. Agradeço esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O Sr. Carlos Borges solicita aqui, segundo as palavras dele, um *pit stop*.

Está suspensa a reunião por 3 minutos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Está reaberta a reunião.



Retomando o andamento dos trabalhos, concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, eu queria parabenizar o depoente pelos esclarecimentos prestados, pela firmeza e tranquilidade, para que não ficássemos com dúvidas acerca de todos os questionamentos que aqui foram feitos, até com relação às salas da OAB, o que sempre foi falado aqui. Se não me falha a memória, isso faz parte de um plano de alienação, que é uma imposição inclusive da própria FUNCEF, que envolve 250 imóveis. São 250 imóveis que estão dentro do plano de alienação da própria FUNCEF. Além disso, parece-me que foi ofertado o direito de preferência por mais de 1 ano, mas esse direito não foi efetivado, ou seja, não houve ali, com algumas exceções, o direito de preferência efetivo por aqueles que estavam nos imóveis como locatários.

Eu queria parabenizá-lo pelos resultados objetivos, pelo reajustamento das aposentadorias. Em verdade, temos que resolver o problema da CTVA. Acho que deveríamos trabalhar na perspectiva da contribuição sobre o CTVA para não penalizar as pessoas. Não falo só do que diz respeito à aposentadoria. O CTVA foi uma crueldade feita em 1988 com os trabalhadores e trabalhadoras da Caixa. Eu acompanhei bem de perto isso. O plano de cargos e salários foi completamente distorcido, e criaram os cargos. As pessoas que ganhavam mais do que aquele cargo que exerciam ganhavam essa diferença nessa parcela, e sobre essa parcela não incidia absolutamente nada, nenhum benefício. Quando as pessoas adoeciam e não podiam mais exercer aquele cargo, elas tinham uma redução drástica dos seus salários, porque perdiam o CTVA. Portanto, eu acho que deveríamos trabalhar na perspectiva de possibilitar a contribuição acerca do CTVA.

É óbvio que, quando você reestrutura o plano de cargos e salários, você também vai diminuindo o peso do próprio CTVA. O peso do CTVA fez com que os reajustes que passaram a existir desde 2003 não representassem nenhum impacto nos salários, porque simplesmente se passava de uma rubrica para outra. Há um desafio na FUNCEF para superar o que diz respeito ao CTVA, até porque ele gerou um passivo que tem que ser provisionado. Esse passivo, penso eu, se houver justiça neste País, vai conceder uma aposentadoria, considerando o próprio CTVA aos empregados e empregadas da Caixa.



Além de parabenizá-lo, quero dizer que tive a alegria de conhecer o Carlos Borges há muito tempo. Começamos juntos o movimento por 6 horas dentro da Caixa. Lembro-me da importância da FENAE e das APCEFs, à época, para a construção do movimento, que foi o primeiro grito de liberdade dos empregados e empregadas da Caixa. Eu o conheço há mais de 30 anos e me alegro por isso. Sei da sua honestidade e da sua competência, o que você expressou, em vários momentos, da sua própria vida funcional.

Eu queria apenas esclarecer um aspecto quanto ao BNY Mellon, que está sendo investigado nesta CPI. Há vários requerimentos e depoimentos. Há ações já tomadas, nesta CPI, na perspectiva desta investigação. Parece-me que havia essa relação, esse contrato com a própria FUNCEF. Eu queria que o senhor esclarecesse sobre a BNY Mellon nos outros aspectos. Eu me sinto devidamente contemplada em todos os questionamentos que aqui foram feitos e, particularmente, contemplada com as suas respostas que foram muito lúcidas, nítidas e que nos deixam sem nenhum tipo de dúvida acerca do que já foi perguntado. Era só isso.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Posso responder, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Pode responder, Sr. Carlos Borges. Eu estava ali deliberando com o meu companheiro, Relator da CPI do BNDES, Deputado Rocha, que hoje convocou o Sr. Bumlai. A CPI do BNDES, em breve, deverá estar recebendo o Sr. Bumlai. Espero contar com a colaboração dos membros da Comissão agora, para que a gente possa também fazer essa sessão conjunta, Deputada Erika Kokay. Quem sabe, não conseguimos fazer o convencimento da maioria do Plenário.

Com a palavra o Sr. Carlos Borges.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Deputada Erika Kokay, Deputada colega da Caixa, sobre o BNY Mellon, realmente foi uma das coisas que eu mais estranhei quando cheguei na FUNCEF, porque nós tínhamos uma carteira. Na época, a carteira era de 9 bilhões. A carteira da PETROS, se não me falha a memória, era em entorno de 11 bilhões, que era a carteira ativa 2, que é a Vale. Isso nós estamos falando em torno de 14 bilhões e mais e carteira da FUNCESP, que é o fundo de pensão dos eletricitários de São Paulo. O contrato era de 10 anos, feito em 2002, que vencia em 2012. Então, primeiro o valor. Eu entrei em contato como



empregado da Caixa. É assim que a PREVI atua com o Banco do Brasil. Nós conversamos com a Caixa, com a PETROS pra saber se a Caixa topava ser a gestora, e a PETROS topou. Nós levamos esse fundo de quase 14 bilhões para a Caixa Econômica Federal fazer a gestão. Também eu estranhava que quase todos os empreendimentos que vinham... Estão aqui os nossos assessores, como o Rui, que vinham como indicação do BNY Mellon, ou como administrador, ou como gestor do fundo. Aí eu disse: a partir de hoje, todo e qualquer fundo que vier pra cá, se entrar, nós temos que apresentar a Caixa Econômica como gestora, tanto é que a Caixa passou de 11º lugar, em gestão de fundo, no Brasil, para o 2º lugar e chegou até a ser 1º lugar. É um banco público com mais consistência do que um banco americano. Então, foi isso que aconteceu. Além do mais, a análise que a gente fez... Segundo uma análise de sensibilidade feita pela minha área e pela área do Maurício, a Diretoria de Investimento não entregava. Então, não entregava, e só quem ficou com o BNY Mellon foi a FUNCESP, que é o fundo dos Eletricitários do Governo de São Paulo. Era isso, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Apenas para concluir, Presidente, eu queria fazer aqui o meu protesto com relação a uma fala do Deputado Rubens Bueno, quando disse que a democratização dos fundos é o aparelhamento. Eu acho que é absolutamente infeliz essa declaração, porque os trabalhadores são eleitos. Eu diria que não são do PT, mas eleitos. Na Caixa, na FUNCEF, foram auditores. Alguns, pelos quais eu tenho o maior respeito pelo trabalho profissional, são auditores da própria Caixa que estão no fundo de pensão, no conselho executivo. Portanto, estão olhando e fiscalizando o fundo a partir da condição dos empregados e empregadas, porque o fundo existe para os empregados e empregadas.

Portanto, dizer que a democratização é um aparelhamento é não entender o que custou essa democratização. Foi uma luta grande dos empregados da Caixa para que nós tivéssemos a possibilidade de ter ali diretores eleitos.

Eu penso que a gente deveria sugerir a retirada do voto de minerva. Foram diretores eleitos, a partir dos compromissos que estabelecem com a categoria, representando essa categoria. Se o Deputado Rubens Bueno não sabe, é bom saber que eles não são do PT, mas da carreira de auditoria da própria Caixa e



carregam uma *expertise* importante para o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradeço. Uma das solicitações específicas que a presença do Sr. Carlos Borges aqui estimulou é que a Consultoria ainda não conseguiu localizar. Não que não esteja, mas é um *pen drive* com muitos gigas. Nós temos as auditorias, as fiscalizações da PREVIC sobre a FUNCEF, mas as auditorias da Caixa sobre a FUNCEF e da auditoria externa que foi contratada, salvo engano, o Leonardo, que é nosso consultor, estará com essa tarefa de seguir adiante.

Para a reinscrição, para concluir, tem a palavra o Deputado Rocha.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Rapidamente, Sr. Presidente, o depoente passou algumas perguntas sem responder. Eu queria rapidamente esclarecer, porque são importantes pelo menos para a linha de raciocínio que nós estamos querendo desenvolver.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito. Foram perguntas anteriormente realizadas, mas foram muitas. V.Exa. tem o direito de repeti-las para cobrar a resposta.

O SR. DEPUTADO ROCHA - V.Sa. já disse que conhece a legislação de Fundos de Pensão, não tem problema do conhecimento. Deve conhecer as Leis Complementares nº 108 e 109, de 2001. Queria saber de V.Sa. — eu vou reperguntar — se V.Sa. sabe o que é a reserva de contingência e a que ela se destina.

Eu já fiz o pedido desses montantes do fundo de reserva de 2003 para cá. Isso já foi pedido, mas eu queria saber de V.Sa. se houve ou não descumprimento do art. 20 da Lei Complementar nº 109, que trata justamente dessa reserva de contingência. Houve ou não houve?

Eu perguntei se V.Sa. conhecia, se tem contatos, relações com o ex-Presidente Lula. V.Sa. passou por cima dessa pergunta. Queria que V.Sa. pudesse esclarecê-la.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Deputado, a última pergunta realmente eu esqueci. Peço desculpas a V.Exa. Eu conheço o Presidente Lula. Eu o



conheci pela primeira vez e depois não vi mais, só o vi aqui, em Brasília, enquanto Presidente. Isso foi em 1981, quando derrubaram todas as casas dos moradores e as queimaram perto da Universidade da qual eu era aluno de Economia e Presidente do Diretório de Economia. Ele foi, à época, prestar solidariedade. Depois eu conheci o Presidente Lula quando eu vim para Brasília. Então, eu nunca tive relação de amizade. Acredito que, se o Presidente Lula me olhar, talvez nem conheça. Essa é a nossa relação. Sobre a contingência de 2013 a 2015, nós vamos estar passando, bem como sobre a reserva de contingência. A reserva de contingência, de maneira mais clara, nada mais é do que uma poupança que se faz dentro da estrutura de um fundo de pensão para que a gente possa usá-la, no momento necessário, quando a gente tiver um resultado, fazendo um balanceamento entre um déficit ou um superávit, inclusive para que a gente, nos casos de superávit, diminuir o benefício, diminuir a contribuição ou aumentar o benefício para o participante.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Houve descumprimento do que prevê o artigo 20 para formar esse fundo de contingência, essa reserva de contingência?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Deputado, houve uma discussão, começou uma discussão, em 2003, pelo pagamento da dívida da Caixa. Eu sei, porque eu estava do outro lado. Eu estava na Caixa. Havia a questão da dívida. Era uma reivindicação dos aposentados, dos ativos do Movimento Associativo Sindical. A dívida foi paga. Dentro desse contexto, foi feito um grupo de trabalho para se discutir a questão do "saldamento", discutir a reposição das perdas dos aposentados e a questão da participação dos conselhos. Então, foi feito um processo de discussão, de 1 ano ou quase 2 anos, com a participação de todos. Depois foi referendado num plebiscito, que teve aprovação de 81%, em 2006. Toda essa estrutura, inclusive da idade mínima, da questão das mulheres, consumiu em torno, em valores corrigidos à época, de 21 bilhões de reais.

O SR. DEPUTADO ROCHA - V.Sa., então, está afirmando que foi feita essa reserva de contingência?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Tinha...

O SR. DEPUTADO ROCHA - Não. V.Sa. está afirmando que foi feita?



O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Tinha, senão... Olha, eu não estava lá. Eu estava na Caixa, mas, se não tivessem feito todo esse processo, que foi apoiado pelos participantes ativos e aposentados, com certeza, a FUNCEF teria uma reserva de contingência. Só que esses valores foram todos repassados para os participantes. Então, nesse caso, não foi descumprido nada. Muito pelo contrário, os participantes homologaram através de um plebiscito.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Presidente, peço também a cópia dessa homologação, desse material, de todo esse processo.

Agora, Presidente, rapidamente, só para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Que a assessoria do Sr. Carlos Borges, que o acompanha, tome nota também dessa documentação afirmada por ele, para que seja encaminhada sob compromisso...

O SR. DEPUTADO ROCHA - Só para esclarecer, Sr. Presidente, o Deputado Assis Carvalho... É uma tática, já useira e vezeira do PT, de tentar transferir para os outros os seus erros e enaltecer pessoas que hoje estão presas: Vaccari foi enaltecido; Zé Dirceu; e outros tantos que não são reconhecidos como criminosos, porque são presos.

Então, eu queria falar especificamente sobre a Vale, uma empresa que foi comprada por aproximadamente 700 milhões, que chegou a 9 bilhões e, por maquiagem, pedaladas, para criar um superávit nesses fundos, hoje o PT está querendo colocar, "reprecificar" com os valores atuais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Essa é uma tese...

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Essa é uma tese que está sendo colocada e que está em debate aqui na Comissão.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Apenas quero dizer que essa questão já foi respondida pelo Sr. Carlos Augusto Borges, quando perguntado por outros Deputados em relação à precificação da Vale do Rio Doce; ele já trouxe todo esse histórico aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Trouxe. Ele não vai precisar se pronunciar novamente, não. Foi uma tréplica do Deputado Rocha.



Não havendo mais inscrições, apenas uma resposta do Sr. Carlos Borges eu acredito que ficou incompleta. Eu gostaria de me aprofundar sobre ela, Sr. Carlos Borges. Já não havendo mais inscrições, eu tentarei esclarecer profundamente. Agradeço a Consultoria da Polícia Federal que nos acompanha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Sobre a questão dos investimentos no Fundo Multiner, foram 186 milhões de reais entre outubro e novembro de 2009. O senhor não estava lá ainda em novembro de 2009? Correto?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Correto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas, não sei se é do seu conhecimento, houve, por parte da Consultoria, um parecer contrário para esse investimento, que mesmo assim foi feito. O senhor tem conhecimento desse fato?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito. Mas lhe dou conhecimento de que assim foi. Porém, em 2012, houve um novo aporte, de 84 milhões de reais no Fundo Multiner. É do seu conhecimento?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - É do meu conhecimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O senhor sabe que, em 2011, esse Fundo Multiner deu um prejuízo de 350 milhões de reais, não à FUNCEF. O fundo teve um prejuízo de 350 milhões de reais. Em 2012, já com a sua presença, a FUNCEF aporta novos 84 milhões de reais. O senhor sabe dizer se esse investimento foi aprovado por maioria ou por unanimidade da diretoria?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Presidente, foi aprovado na diretoria, porque essa foi uma decisão sobre a questão do aporte da reestruturação do fundo com a entrada da Bolognesi. Foi uma decisão da assembleia dos acionistas. Ela foi aprovada por... Eu não me lembro se foi por maioria, mas eu acho que foi por maioria. A assessoria está dizendo ali, o pessoal está dizendo que foi aprovado por maioria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Exato. A Ata nº 1.063/2012 diz que a aprovação foi por maioria. O senhor, já refrescando a memória com esse fato, lembraria quem se posicionou contrário?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Olha, eu vou ver na ata quem se posicionou contrário. Realmente, eu não me recordo agora. Eu vejo a ata e mando.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Pois eu aproveito e lhe esclareço. Quem se posicionou contrário — veja só — foi o Diretor de Investimentos, o Sr. Demóstenes Marques. Ele foi contrário a esse investimento, ou seja, um voto contrário do Diretor de Investimentos e também uma condicionante do Diretor de Controladoria, Sr. Antônio Carvalho. O senhor confirma que eles faziam parte da Diretoria e participaram dessa votação com o senhor? O senhor conhece o Sr. Demóstenes Marques?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Conheço, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - É Diretor de Investimentos.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Era Diretor de Investimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O senhor se recorda de ele ter sido contrário? Ele foi contrário, mas o senhor se recorda dessa discussão, deste debate sobre esse investimento?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - O Diretor Demóstenes foi muito econômico na sua posição, porque, quando da entrada do investimento, ele já havia sido contrário. Ele disse que poderia até concordar com a questão da reestruturação, mas, por uma questão de coerência, ele iria manter o voto dele contrário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Como o senhor lembrou ligeiro! Não lembrava nem que tinha votado contrário. (*Risos e palmas*). Lembrou até dos detalhes. A memória acontece.

Muito bem! Então, o senhor foi favorável a esse investimento. O que o levou a divergir desse parecer? O senhor é da Diretoria de Participações. Que argumentos o senhor utilizou para que pudesse divergir do parecer da Diretoria de Investimentos e aprovar e ser favorável? O senhor se recorda?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Não, não, nessa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Porque hoje é deficitário o fundo para a Caixa.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Para a FUNCEF.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Não é que ele seja deficitário, Sr. Presidente. Eu vou explicar o seguinte: um fundo de investimento tem um prazo de



dar um retorno, de atingir a sua taxa interna de retorno. A cada ano, os cotistas e acionistas, em assembleia, fazem a avaliação desse fundo para que possam fazer a contabilização. Então, de repente, nós... Por exemplo, em 2016 nós poderemos colocar algumas PCHs ou outras unidades hidrelétricas desse fundo em funcionamento. Então, isso vai melhorar a *performance*, vai favorecer a *valuation* dele, que a gente chama, positivamente. Então, a gente só pode dizer que esse fundo deu prejuízo ao final de todos os ativos que estão nesse fundo, ao final dos investimentos, quando a gente for fazer o desinvestimento. O que a gente faz é uma questão prudencial de avaliar e contabilizar pelo valor de mercado pelo qual é contratada a empresa. Quem contrata são os cotistas através de assembleia de cotistas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O.k. Vamos investigar mais a fundo esse investimento no Fundo Multiner.

O investimento na Gradiente é do seu tempo?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas V.Sa. tem conhecimento do que se passou na Gradiente?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Não, não tenho conhecimento. Lá na entrada, não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito, mas também é um grande prejuízo para a FUNCEF.

O Banco BVA é do seu tempo?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Não, o BVA não é do meu tempo. A gente não tinha investimento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não foi de 2011 para cá?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Nós não tínhamos aplicação no BVA. Inclusive, o diretor Maurício respondeu isso para a imprensa, quando saiu essa questão. A FUNCEF não tinha investimentos no BVA nem ação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Morada do Sol. V.Sa. sabe do que se trata?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - V.Exa. está falando de Araraquara?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - De Araraquara.



O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - A FUNCEF comprou... Na realidade, não comprou, foi uma doação onerosa de um terreno de 10 milhões de reais. Essa doação onerosa tinha como objetivo... Esse terreno teve o objetivo construir um centro de convenções em Araraquara e reformar o estádio. A FUNCEF ficaria, como ficou, com o terreno para construir duas torres corporativas, um *shopping* e um hotel. Do que eu busquei informação, em 2009 foi feita a assinatura do contrato pelo Prefeito Marcelo Barbieri, Prefeito de Araraquara...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - A negociação foi feita na gestão do então Prefeito Edinho Silva, hoje Ministro?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - O Ministro Edinho Silva foi Prefeito até 2008. Eu não sei se a negociação foi feita em 2008. Eu sei que a assinatura do processo foi em 2009, mas aí tem um contorno, no...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E qual é a situação...

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Hoje a situação é a seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - ... desse investimento hoje?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Hoje, esse investimento está contabilizado, analisado e precificado por empresa de mercado, como a gente faz todos os anos, em 23 milhões 443 mil reais. Então, só o terreno em si, sem o objeto que nós vamos construir, o resultado é positivo para a Fundação. Entrou por 10 e ele está valendo 23 milhões, quatrocentos e...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Nós estamos em 2015. Não foi construído ainda?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Não foi construído por...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Nem o *shopping* nem a torre?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Nem a torre, porque o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Por quê?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Porque nós temos um pátio de manobra da ALL, que era uma decisão, inclusive do DNIT, de tirar esse pátio de manobra para que a gente possa viabilizar... Já houve... O DNIT, segundo informação que a gente teve, o DNIT está empenhado em resolver a situação para que a gente possa fazer a construção. Agora, nós temos o terreno que vale isso, está contabilizado em vinte e três e quatrocentos. Depois de resolvido esse



problema do pátio de manobra, nós vamos fazer o projeto executivo. Houve uma tentativa do Prefeito Marcelo Barbieri de que a gente fizesse um hotel, tendo em vista a Copa, que servisse até para que a Prefeitura de Araraquara fosse uma das sedes de treinamento de seleção. O nosso gerente teve reuniões com o Prefeito, em Brasília, esteve lá com a equipe técnica dele, para liberar para a gente construir um hotel. Nós levamos — acho que me lembro — a rede Accor, a rede Merrill Lynch e a rede BHG para viabilizar a construção de um hotel que nós chamamos categoria econômica, até porque a cidade de Araraquara cresce, e o hotel que tem a maior taxa de ocupação da nossa rede é em Petrolina, de segunda a sexta, 100% e, na média, 80%. O único hotel que a gente tem de categoria econômica é no interior de Pernambuco. Então, foi isso. Nós estamos esperando esse desdobramento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito. Só mais três perguntas.

Parece-me que foi tratada aqui a contratação da Bangraf pela FUNCEF. O senhor confirma essa informação? Existe esse contrato em vigor?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Olha, esse contrato não está mais em vigor e foi feito em 2003 ou 2004. Não sei qual o ano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não foi na sua gestão.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Eu não estava, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito. O senhor falou dos contratos com a Par a respeito da administração de condomínios, não é isso? E com a Par Tecnologia também existem contratos?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Existe um contrato, que inclusive agora foi renovado, por voto do Diretor da DIATI, para transferir inteligência para a FUNCEF, que é a plataforma para a administração do crédito dinâmico. A informação que eu tenho é que, quando a gente fazia isso de maneira manual, nós fazíamos em torno de 600 milhões/ano. A carteira era de 600 milhões. Hoje a carteira está em 1 bilhão e 400 milhões de reais. Então, está em vias de transição para internalizar na fundação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Por fim, agora não é uma pergunta sobre investimento, mas é conceitual. Essa questão do ALM... O senhor sabe o que significa ALM? Pode explicar ao Plenário e a quem nos assiste?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Olha, nós fazemos, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O Asset Liability Management.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Na realidade, nós fazemos, através da Diretoria de Investimentos, o ALM da Fundação na questão de equacionar o ativo e o passivo da FUNCEF, porque nós temos aí, lógico, um crescimento na questão do passivo, principalmente quando a gente tem os Planos de Demissão Voluntária e tem que buscar alternativas para o ativo. Então, por isso que nessa questão do ALM que a gente tem estudado e feito com a proposta da Diretoria de Investimentos... Acho que, para este ano, nós fizemos umas quatro ou cinco reuniões para a gente tentar fazer esse... Essa questão do ALM dos fundos de pensão, assim como o sistema bancário, principalmente o sistema bancário público, é um grande desafio que nós temos hoje no sistema financeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - É hoje um dos grandes desafios e é absolutamente necessária essa história do ALM. Lá se vão quatro, cinco reuniões, e a CPI e a FUNCEF o estimulam a que possa avançar, porque é essencial. Conceitualmente, a própria PREVIC afirma que os grandes responsáveis pelo déficit da FUNCEF são os ativos, que foram supervalorizados, e o passivo, que foi subvalorizado. E isso, quando chegou na hora do abatimento, realmente, está dando esse déficit expressivo, ou seja, é questão realmente de defeito de gestão. Defeito de gestão levou a FUNCEF a enfrentar os problemas que existem hoje. *(Palmas.)* E a ausência de um ALM mais bem elaborado tem uma participação importante, porque se começa a não ter esse fluxo colocado.

Então, tecnicamente, levo em consideração essas reuniões que estão sendo feitas, mas que elas possam avançar e que possam evoluir. Colocou-se um acréscimo de folha de 1%, chegou-se a 4,9%, ou seja, defeito de gestão.

Antes de encerrar, concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Gostaria apenas de fazer uma sugestão. Primeiro, eu acho que o déficit é estrutural. É estrutural, a renda é



variável, isso é inegável — preço de minério, Vale do Rio Doce, enfim, a própria queda da Bolsa. Isso não há como negar.

Mas me preocupa, Sr. Presidente, o déficit aqui apontado — e não é a primeira vez — no que diz respeito ao CTVA, o Complemento Temporário Variável de Ajuste de Mercado. Os participantes estão ganhando na Justiça e acho que são por volta de 6 bilhões, alguma coisa assim.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - O potencial para chegar, o potencial para chegar a esse CTVA é de 9 bilhões de reais, 9 bilhões.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Pois é. Eu queria saber...

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Nove bilhões são duas vezes uma Vale.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Então, eu acho que seria importante se a FUNCEF pudesse entrar com uma ação regressiva contra a Caixa, porque a responsabilidade pelo CTVA é da Caixa. Em 1998, foi feita essa reestruturação no plano (*ininteligível*). Então, nós não podemos penalizar duplamente os empregados e as empregadas. Os empregados foram penalizados com o CTVA e vão ser penalizados com o déficit que o CTVA vai impor ao próprio fundo de pensão.

A sugestão é que seja feita a ação regressiva.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Deputada Erika, inclusive tem uma comissão que foi criada. Nós estamos resolvendo a questão jurídica, e esse é o grande gargalo. E, se não conseguirmos resolver na negociação administrativamente, nós não temos outro mecanismo que não seja entrar com uma ação regressiva. Nós não vamos medir esforços para isso.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Erika, já que você perguntou aí, há negociação? Há essa negociação?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Não. Nós estamos negociando, e já avançamos em outros passivos.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Mas há essa negociação?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Há. Está tendo entre a FUNCEF e a Caixa. Nós avançamos em algumas. Por exemplo, por que a FUNCEF vai pagar passivo de hora extra? O que vai pagar de abono? Mas lá é o seguinte: tem ação de gente que nem é associado da FUNCEF. O senhor imagina...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Só uma última consulta aqui dos nossos Assessores da Polícia Federal, que fazem parte da Consultoria, com duas questões. A primeira delas: já foi perguntado pelo Relator a respeito de indicações políticas, a mídia sugere que teria sido a respeito do hoje Ministro Ricardo Berzoini. Fala-se até mesmo também no Wellington Dias. V.Sa. rechaça essas informações? Não foi indicação política de nenhum deles?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Eu tive um convite exclusivo do Presidente Hereda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O senhor já recebeu o então Deputado Ricardo Berzoini na FUNCEF?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - O Ministro Ricardo Berzoini já esteve na FUNCEF com o Ministro Gabas, inclusive, para discutir com outros fundos de pensão essa questão exatamente dos fundos de pensão, de questão de déficit e tudo. Até como Ministro de Relações Institucionais e bancário, S.Exa. entende essa discussão. Ele e mais outros técnicos estiveram na FUNCEF discutindo esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ele esteve por cinco vezes em 2012: agosto, agosto, setembro, novembro e março.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - O senhor está falando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não, só para saber: essas visitas dele foram em 2012 e foram com o senhor? Ou foram recentes, essas a que o senhor está se reportando? Eu não entendi pelas datas, pelo objeto e pelo...

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - O Ministro Ricardo Berzoini esteve comigo lá uma vez. Agora, lá no prédio da FUNCEF, funciona a CENTRUS - Fundação Banco Central de Previdência Privada, funciona o FUNPRESP - Previdência Complementar do Servidor Público Federal, funciona a gerência lá do BIRD. Enfim, agora comigo teve... Agora, é possível que o Ministro Ricardo Berzoini tenha tido lá com o Presidente Caser comigo junto, mas que ele esteve na FUNCEF esteve, e esteve várias vezes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Os registros do pessoal da Polícia Federal esclarecem que o registro é na própria FUNCEF, mas é natural, como disseram, foram 5 visitas.



O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Mas esteve várias vezes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas foi para tratar de investimentos?

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Não. O Ministro Berzoini...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Em 2012. Não estou falando agora.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - O Ministro Berzoini nunca, nunca, nunca — eu afirmo peremptoriamente — esteve na fundação ou em qualquer outro lugar tratando comigo sobre questão de investimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Certo.

Há também... O senhor também esteve envolvido num episódio bastante polêmico por volta do ano de 2005, que foi quando da então demissão do Ministro Palocci por uma suposta quebra de sigilo do caseiro Francenildo, e que o senhor teria sido colocado à disposição dele para fazer aí uma operação de valor de milhões de reais. O senhor rechaça essa pergunta — antes que a Deputada Erika Kokay pergunte se tem a ver — sobre a questão de ingerência ou interferência política. O senhor teve a interferência política do Sr. Antônio Palocci também na sua indicação para... Com o Hereda na sua indicação para...

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Essa foi a melhor pergunta que eu recebi aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Que bom!

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Queria parabenizá-lo. Primeiro, porque eu estava em Curitiba representando o Presidente Jorge Mattoso numa reunião com a Ministra à época Marina da Silva, Ministra do Meio Ambiente, para lançar o FICA, que é o Fundo de Investimento de Compensação Ambiental. Quando eu cheguei, soube da novidade. A *Veja* colocou isso, o *Correio Braziliense*... Eu tenho duas ações: uma contra a *Veja* e uma contra o *Correio*, inclusive na sindicância da Caixa não aparece meu nome, na sindicância da Polícia Federal não aparece meu nome, até porque eu não estava e não participei. Eu espero que eu ganhe esse recurso para fazer uma poupança também para a minha aposentadoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Já tem sentença?



O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Já subiu para o STJ, já está no STJ e eu tenho ação. Por quê? Primeiro, é o seguinte: eu fiz uma carta para o *Correio* quando disseram que eu participei dizendo que eu não estava aqui. Eu fiz uma carta para a *Veja*. Aí, eu entrei com uma ação contra eles e estou com uma ação. Não estava aqui, a sindicância não estava em Brasília. Eles insistiram. Então, foi a melhor pergunta que eu recebi até para esclarecer essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Que bom! E, como Vice-Presidente da Caixa, eu tenho certeza de que V.Sa. não aprovou a conduta do então Ministro Palocci.

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Olhe, eu não vou entrar em detalhes nessa questão do Ministro Palocci, até porque essa é uma questão... Essa é uma questão que está no poder da Justiça e eu não vou discutir questão de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Concordo. Foi só em virtude da sua resposta que eu... Foi só em virtude da sua resposta que surgiu a curiosidade.

Eu queria agradecer aos senhores e às senhoras. Queria agradecer. Quero saber se V.Sa. gostaria de fazer uso para considerações finais

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Sr. Presidente, posso usar o tempo de Líder ou não? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Para considerações...

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Mas eu não vou usar, não. Só para perguntar se poderia, em tese.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Pode usar e preside até o fim da sessão. (*Risos.*)

O SR. CARLOS AUGUSTO BORGES - Sr. Presidente, eu queria fazer... A única consideração que eu queria fazer, Presidente, era ratificar as minhas congratulações pela posição do Relator, acatada pela Comissão em relação àquela proposta. E gostaria de, se possível, agregar a minha proposta à questão do prazo. Há uma proposta de marcação de investimento de longo prazo que não afeta ou que não sensibiliza nem a patrocinadora, nem os participantes, nem a fundação, nem o Tesouro, a não ser que termine o prazo. Se for em 10 anos, a partir de 10 anos que a gente vai ver se sensibiliza, não pode sensibilizar num prazo anterior, senão os



fundos de pensão não vão mais ter condições de investir na infraestrutura. Para você ter uma ideia, Presidente, para todos... Para se ter uma ideia, hoje, investimentos da PETROS, da FUNCEF e da PREVI geram em torno de 5 milhões de empregos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes agradecendo a presença dos senhores e senhoras da FUNCEF, da POSTALIS, da PETROS, todos os que estiveram aqui presentes conosco hoje. (*Palmas.*)

E convoco os Srs. Deputados para a próxima reunião ordinária, para tomar depoimento dos Srs. Eike Batista, empresário e Presidente do Grupo EBX, e Antônio Luiz de Mello e Souza, sócio-diretor da ASM Asset Management, a realizar-se na próxima terça-feira, 17 de novembro, às 14h30, em plenário a ser informado oportunamente.

Está encerrada a presente reunião.